

Documento do

Grupo Banco Mundial

SOMENTE PARA USO OFICIAL

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION

AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS

ESTRATÉGIA DE PARCERIA COM O PAÍS

PARA A

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RELATIVA AO PERÍODO EF24–EF28

14 de março de 2024

Escritório do Brasil

Região da América Latina e do Caribe

International Finance Corporation

América Latina e Caribe

Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

Este é um documento de distribuição restrita, que deve ser usado apenas no desempenho de funções oficiais. Seu conteúdo não deve ser divulgado sem a autorização do Grupo Banco Mundial.

A última Estratégia de Parceria com o País para o Brasil foi publicada em 13 de julho de 2017.

CONVERSÃO CAMBIAL

Unidade monetária = Real brasileiro (R\$)

US\$ 1 = R\$ 4,98 (em 14 de março de 2024)

EXERCÍCIO FINANCEIRO

De 1º de janeiro a 31 de dezembro

ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS

AEM	Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira — Um Memorando Econômico
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AIMM	Sistema de Medição e Monitoramento de Impactos Previstos
ALC	América Latina e Caribe
Arpa	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
AS	ambiental e social
ASA	serviços de análise e consultoria
AT	assistência técnica
BF	Bolsa Família
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMD	banco multilateral de desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Brics	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRL	real brasileiro
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe
Capag	capacidade de pagamento
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAT	título de catástrofes
CC	carta-consulta
CCB	cobenefício climático
CCDR	relatório sobre clima e desenvolvimento para o país
CDESS	Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável
CEIS	Complexo Econômico-Industrial da Saúde
CIF	Fundo de Investimento Climático
CLR	revisão de conclusão e aprendizagem
CO ₂	dióxido de carbono
Cofix	Comissão de Financiamentos Externos

COP	Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2030
Corsan	Companhia Riograndense de Saneamento
Covid	doença de coronavírus
CP	conta própria
CPF	estratégia de parceria com o país
CPS	estratégia de parceria com o país
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DLI	indicador vinculado a desembolsos
DPF	financiamento da políticas de desenvolvimento
DRM	gestão de riscos de desastres
EF	exercício financeiro
EFTA	Associação Europeia de Livre Comércio
ESG	ambiental, social e de governança
FCLP	Parceria de Líderes de Florestas e Clima
FF	fundo fiduciário
FIP	Programa de Investimento Florestal
FLP	financiamento de longo prazo
G20	Grupo dos 20
GBM	Grupo Banco Mundial
GCP	Programa de Desafios Globais
GDI	renda que leva a uma discussão sobre graduação
GEE	gás de efeito estufa
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GFP	gestão de finanças públicas
GPP	programa prioritário global
Grid	desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo
HLO	Resultado de Alto Nível
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibre	Instituto Brasileiro de Economia
IED	investimento estrangeiro direto
IEG	grupo de avaliação independente
IFC	International Finance Corporation
IFI	Instituição financeira internacional
IG	Instituto Geológico
IHC	índice de capital humano
IPC	índice de percepção de corrupção
IPCA	índice nacional de preços ao consumidor amplo
IPF	financiamento de projetos de investimento
IVA	imposto sobre valor agregado
KPI	indicador-chave de desempenho
LPF	empréstimo para políticas de desenvolvimento

LPI	índice de desempenho logístico
MAS	Marco Ambiental e Social
MdE	memorando de entendimento
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MPA	abordagem programática multifásica
MPMEs	micro, pequenas e médias empresas
n/a	não aplicável
NAS	normas ambientais e sociais
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento
NDC	contribuição nacionalmente determinada
NPC	Programa Natureza, Pessoas e Clima
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	objetivo de desenvolvimento sustentável
OEA	Programa de Operador Econômico Autorizado
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
P4R	programa para resultados
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCM	mobilização de capital privado
PI	Povos indígenas
PIB	produto interno bruto
PICTs	povos indígenas e comunidades tradicionais
PLR	revisão de desempenho e aprendizagem
PMEs	pequenas e médias empresas
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPA	plano plurianual
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPP	parceria público-privada
PRM	país de renda média
PRMA	país de renda média alta
PTE	Plano de Transformação Ecológica
RAS	serviços de consultoria reembolsáveis
RBF	financiamento baseado em resultados
REDD	redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal nos países em desenvolvimento
REI	Integração de Energias Renováveis
RETFs	fundos fiduciários executados pelos beneficiários
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
ROC	Comitê de Operações Regionais
Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCD	diagnóstico sistemático do país

SUS	Sistema Único de Saúde
TFFF	Fundo Floresta Tropical para Sempre
TIC	tecnologia de informação e comunicação
UE	União Europeia
WSMEs	pequenas e médias empresas pertencentes a mulheres

	BIRD	IFC	MIGA
Vice-presidente:	Carlos Felipe Jaramillo	Alfonso Garcia Mora	Ethiopis Tafara
Diretor:	Johannes Zutt	Manuel Reyes-Retana	Moritz Nebe (interino)
Gerente nacional:	n/a	Carlos Pinto	n/a
Líderes de equipes:	Sophie Naudeau e Anastassia Alexandrova	Marcos Vaena e Diogo Falchano Bardal	Gianfilippo Carboni

**ESTRATÉGIA DE PARCERIA COM O PAÍS (EF24–EF28) PARA A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	9
II. CONTEXTO DO PAÍS E AGENDA DE DESENVOLVIMENTO	12
2.1 Fatores sociopolíticos e institucionais	12
2.2 Desdobramentos econômicos recentes e perspectivas	13
2.3 Pobreza e prosperidade compartilhada num planeta habitável	15
2.4 Agenda de desenvolvimento	16
III. MARCO DE PARCERIA COM O BANCO MUNDIAL	19
3.1 Programa do governo e estratégia de médio prazo	19
3.2 Proposta do Banco Mundial de Estratégia de Parceria com o País para o Brasil	20
3.3 Implementação da Estratégia de Parceria com o País EF24–EF28	29
IV. GESTÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS AO PROGRAMA DA CPF	37
43	
ANEXO 1. MATRIZ DE RESULTADOS DA CPF	43
ANEXO 2. REVISÃO DE CONCLUSÃO E APRENDIZAGEM DO BRASIL EF18–EF23	67
ANEXO 3. INDICADORES SELECIONADOS DE DESEMPENHO E GESTÃO DA CARTEIRA BANCÁRIA	135
ANEXO 4. CARTEIRA DE OPERAÇÕES (BIRD/AID E DOAÇÕES)	136
ANEXO 5. PIPELINE DE EMPRÉSTIMOS (BIRD)	137
ANEXO 6. DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA MANTIDA E DESEMBOLSADA DA IFC	139
ANEXO 7. CARTEIRA DE GARANTIAS DA MIGA	142
<i>Quadro 1: Amazônia como motor do desenvolvimento sustentável</i>	18
<i>Quadro 2: Contribuições do GBM para os casos de sucesso do Brasil</i>	23
<i>Quadro 3: Governança melhorada e instituições mais fortes</i>	25
<i>Quadro 4: Maiores oportunidades para afro-brasileiros, indígenas e mulheres</i>	28
<i>Quadro 5: Sinergias ampliadas em todo o Grupo Banco Mundial</i>	33
<i>Quadro 6: São necessárias parcerias novas e ousadas para concretizar as ambições desta CPF.</i>	36
<i>Figura 1. Valor agregado por trabalhador nos setores de agricultura, indústria manufatureira e serviços do Brasil e de países comparáveis.</i>	17
<i>Figura 2. HLOs, objetivos e temas transversais da CPF.</i>	21
<i>Tabela 1: Principais indicadores macroeconômicos e projeções preliminares ao longo do período da CPF</i>	15
<i>Tabela 2: Riscos para o programa da CPF</i>	38

Agradecimentos

Esta Estratégia de Parceria do País (CPF) foi elaborada sob a liderança de Sophie Naudeau (gerente de Operações, LCC5C, líder de equipe do BM-CPF), Anastassia Alexandrova (oficial sênior para o país, LCC5C, colíder de equipe do BM), Marcos Vaena (oficial de Estratégia, CCER3, colíder de equipe da IFC), Diogo Bardal (oficial associado de Operações, CASSP, colíder de equipe da IFC) e Gianfilippo Carboni (oficial sênior de Gestão de Riscos, MIGEC, colíder de equipe da MIGA). Além disso, também integraram a equipe central Shireen Mahdi (economista-chefe para o país, ELCDR, BM), Luis Alberto Andres (economista-chefe e líder setorial, ILCDR, BM), Eli Weiss (especialista-chefe em Agricultura e líder de Programa, SLCDR, BM), Pablo Facundo Cuevas (economista-chefe e líder de Programa, HLCDR, BM), Fabiano Silvio Colbano (economista sênior, ELCMU, BM), Luigi Butron Calderon (economista, ELCMU, BM), Gabriel Lara Ibarra (economista sênior, ELCPV, BM), Luciana Harrington (oficial de Estratégia, CASAE, IFC), Adrian Fossaceca (economista, CASAE, IFC), Maria Elisa Dias Diniz Costa (oficial sênior de Relações Institucionais e Imprensa, LCREC, BM), Tania Lettieri (oficial sênior de Operações, LCC5C), Juliana Neves Soares Brescianini (analista de Operações, LCC5C) e Yanny Rocha (assistente de Programa, LCC5A), com contribuições anteriores de Renato Nardello (assessor de Operações, LCROS; e ex-líder de Programa do SLCDR) e Pablo Ariel Acosta (economista-chefe, HSPG; e ex-líder de Programa no HLCDR).

O documento foi produzido sob a orientação geral de Johannes Zutt (diretor do BM para o Brasil, LCC5C), Manuel Reyes-Retana (diretor da IFC, CASDR), Carlos Leiria Pinto (gerente nacional da IFC, CASSP) e Moritz Nikolaus Nebe (gerente setorial da MIGA, MIGEC).

A equipe da CPF deseja agradecer especialmente aos revisores que contribuíram com comentários em vários estágios do processo de elaboração, entre os quais Deborah Wetzel, (consultora e ex-diretora do BM para o Brasil), Martin Raiser (vice-presidente regional, SARVP; e ex-diretor do BM para o Brasil), Paulo de Bolle (diretor, CSODR, IFC), Sergio Gusmão Suchodolski (vice-presidente executivo da VR Investments) e Fernando Andres Blanco (economista-chefe e líder de Programa, EMFTX).

A equipe da CPF também agradece as contribuições das seguintes pessoas para as várias seções do documento, incluindo a CLR: Bruno Perdigão (economista para o Brasil da IFC), João Carneiro (oficial sênior de Investimentos da IFC, CN6L2), Luiz Daniel de Campos (oficial principal de Investimentos da IFC, CM6L3), Maria Seijas (oficial de Investimentos da IFC, CM6L1), Rogério Santos (oficial sênior de Investimentos da IFC, CF6L3), Bernardo Tavares de Almeida (oficial principal de Investimentos da IFC, CTAPL), Olga Calabozo (subscritora sênior da MIGA), Leonardo Bichara Rocha (economista sênior de Agricultura, SLCAG), Adriana Ferrer Martins (consultora, SLCAG), Anna F. Roumani (consultora, SLCAG), Paula Pedreira de Freitas de Oliveira (especialista sênior em Gestão de Recursos Hídricos, SLCWA), Luis Alfonso Alvestegui Justiniano (especialista sênior em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, SLCWA), Juliana Menezes Garrido (especialista sênior em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, SLCWA), Mariana Kaipper Ceratti (oficial associada de Relações Institucionais e Imprensa, ECRLC), Danilo Pereira de Carvalho (especialista sênior em Aquisições, ELCRU), Tiago Falcão Silva, HLCSP), Josefina Posadas (economista-chefe, HLCSP), Julieta M. Trias (economista sênior, HLCSP), Raquel Tsukada (consultora de longo prazo, HLCSP), Tamires Amorim (consultora de curto prazo, HLCSP), Giovanna Pavlovic Quintao (associada profissional júnior, HLCED), Frederico Ferreira Fonse Pedroso (especialista em Gestão de Riscos de Desastres, SLCUR), Jack Campbell (especialista sênior em Gestão de Riscos de Desastres, SLCUR), Hannah Kim (especialista sênior em Ambientes Urbanos, SLCUR), Eirivelthon Lima (economista sênior de Agricultura, SLCAG), Ildo Lautharte (economista sênior, HLCED), Leandro Costa (economista sênior, HLCED), Louisee Cruz (consultora de longo prazo, HLCED), Courtney Price Ivins (especialista sênior em Saúde, HLCHN), Daniela Pena de Lima (oficial sênior de Operações, HLCHN), Roberto Iunes (economista sênior, HHNGE), Flora Fonseca (consultora de longo prazo, HLCHN), Ernani Argolo Checcucci Filho (especialista sênior em Facilitação de Comércio, ETIRI), Gabriel Sensenbrenner (especialista sênior em Setor Financeiro, ELCFN), Georges Bianco Darido (especialista-chefe em Transporte Urbano, ITRGK), Ana Waksberg Guerrini (economista sênior de Transporte, ILCT1), Carlos Bellas Lamas (especialista sênior em Transporte, ILCT1), Tais Fonseca de Medeiros (especialista em Transporte, ILCT1), Rodrigo Bonfim de Andrade (economista, EAWF1), Asta Zviniene (especialista sênior em Proteção Social, HLCSP), Maria Bernadete Ribas Lange (especialista

sênior em Meio Ambiente, SLCEN), Daniela Ziller Arruda Karagiannis (analista de Operações, SLCEN), Tatiana Teles (consultora, GTFDR), Claudia Mayara Tuffani (consultora, ELFCN), Emanuela Monteiro (especialista sênior em Desenvolvimento Urbano, SLCUR), Werner L. Kornexl (especialista sênior em Gestão de Recursos Naturais, SLCEN), Alberto Coelho Gomes Costa (especialista sênior em Desenvolvimento Social, SLCSO), Juliana Paiva (especialista em Desenvolvimento Social, SLCSO), Gabriela Lima de Paula (especialista em Desenvolvimento Social, SLCSO), Gabriela Gerald Bastos (consultora, SLCSO), Marie Caroline Paviot (especialista sênior em Agricultura, SLCAG), Alessandro Legrottaglie (oficial sênior para o país, ECCSC), Anh Thi Quynh Le (oficial de Relações Institucionais e Imprensa), Barbara Farinelli (economista sênior de Agricultura, SLCAG), Damien Matthias Valentin Boucher (analista de Pesquisa, MIGEC), Diego Arias Carballo (gerente de Prática, SLCAG), Michael Geiger (assessor de Economia, OPSCE), David Michaud (gerente de Prática, SLCWA), Yira J. Mascaro (gerente de Prática, ELFCN), Joseph Mubiru Kizito (gerente de Prática, ELCG1), Susana Amaral (especialista sênior em Gestão Financeira), Christos Kostopoulos (economista-chefe, EECM2), Doyle Gallegos (gerente de Programa, IDD07), Paula Restrepo Cadavid (especialista-chefe em Ambientes Urbanos, SLCUR), Maria Paulina Mogollon (gerente, CM6U1), Lourdes Consuelo Linares (especialista-chefe em Governança, ELCG1), Flora Carvalho Oliveira Fonseca (consultora, HLCHN), Carolina Vaira (especialista sênior em Governança, ELCG2), Sadia Afolabi (especialista-sênior em Governança, ELCG2), Guilherme Oliveira Coutinho (consultor, SLCAG), Carlos Rodriguez Castelan (gerente de Prática, ELCPV), Doerte Doemeland (gerente de Prática, ELCMU), Genevieve Connors (gerente de prática, SLCEN), Carina Fichard (oficial sênior de Investimentos, IFC), Christian Borja-Vega (economista sênior, SWAGL), Carlos Antonio Costa (economista sênior de Energia, ILCE1), David N. Sislen (gerente de Prática, SLCUR), Heron Marcos Teixeira Rios (consultor, ELCMU), Gabrielle Lui Santana (consultora, CASSP, IFC), Alessandra Becker Rieper (analista de Operações, CASSP, IFC), Rafael Santos Dantas (consultor, DIME1), Emanuela Monteiro (especialista sênior em Desenvolvimento Urbano, SLCUR), Natasha Pereira Wiedmann (consultora, LCC5C), Casey Elizabeth Reckman (economista sênior, CROCR), Allen Curtis K. Dennis (assessor de Economia, LCRVP), Silmara Moreira da Silva (especialista em Gestão Financeira, ELCG1), Joaquim Diogo Ribeiro Tavares (consultor jurídico, LEGLE), Anh Phuong Luu Dang (assessora da Vice-Presidência, CELVP), Julian Najles (especialista em Desenvolvimento Digital, IDD07), Gustavo Covolan Bozzetti (consultor, ELCG2), William F. Maloney (economista-chefe, LCRCE), e Raphael Pinto Fernandes (consultor, ELCMU).

A equipe gostaria de agradecer aos seguintes colegas do IEG por sua colaboração durante a CLR: Melissa Metz (economista sênior, IEGEC), Sengphet Lattanavong (consultora, IEGEC) e Jeffrey Allen Chelsky (gerente, IEGEC).

Por fim, os autores da CPF gostariam de agradecer a toda a equipe do Brasil por sua participação nas consultas e suas contribuições durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

I. INTRODUÇÃO

1. O Brasil, o maior país de renda média alta (PRMA) na região da América Latina e do Caribe (ALC), aspira a se tornar uma economia verde e inclusiva de alta renda e um líder do Sul Global. Em seu terceiro mandato, o presidente Lula tem enfatizado, repetidamente, o compromisso de seu governo de combater a pobreza e a desigualdade social por meio da criação de mais e melhores empregos; reindustrializar o Brasil, com um setor privado mais verde e inovador; e promover uma gestão ambiental responsável, tendo o clima e a descarbonização como temas transversais. Essas prioridades se enquadram bem no trabalho permanente do Grupo Banco Mundial (GBM) com foco em ajudar o Brasil a desenvolver uma economia mais produtiva, de baixo carbono e resiliente ao clima, que fomente empresas inovadoras e competitivas e que ofereça oportunidades de emprego a todos os brasileiros. Esses objetivos gerais estão ao centro das atividades do Grupo Banco Mundial nas áreas de gestão fiscal; desenvolvimento do setor privado e apoio empresarial; saúde, educação, proteção social e inclusão; comércio, tributação, inovação e infraestrutura; e ação climática. Um progresso significativo na transição rumo a uma economia verde também posicionaria bem o Brasil no cenário global, num momento em que o país preside o G20 (de dezembro de 2023 a novembro de 2024) e o Brics (em 2025) e se prepara para sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Belém, no final de 2025.

2. O Brasil também é um país altamente heterogêneo, onde coexistem realidades de renda baixa e alta e onde reformas incompletas¹ reduzem o potencial de crescimento a um equilíbrio de baixo nível. Grandes bolsões de pobreza persistem em todo o país, e os afro-brasileiros² (metade da população), os indígenas, as mulheres e os jovens enfrentam disparidades econômicas e sociais que limitam sua capacidade de contribuir com todo seu potencial. Ao mesmo tempo, o potencial de aumento da renda e das oportunidades no país é prejudicado pelos elevados custos de transações, pelo protecionismo e por distorções induzidas por políticas que limitam o investimento, a concorrência e a inovação. Desde o ano 2000, vários governos obtiveram certo grau de sucesso na melhoria da posição fiscal do país, evitando grandes desequilíbrios fiscais; melhorando os mercados de fatores (com reformas trabalhistas, previdenciárias e financeiras) e os mercados de produtos (com certa desregulamentação); e modernizando a infraestrutura (principalmente no setores de energia e água). Além disso, um novo arcabouço fiscal e uma reforma tributária foram aprovados em 2023. No entanto, em algumas áreas, como o comércio, a inovação e a regulamentação empresarial, reformas importantes ainda não se materializaram totalmente.

3. Alcançar níveis mais elevados de produtividade e crescimento sustentável continua a ser um desafio fundamental que vem se tornando mais urgente e que exigirá ações mais ousadas. Atualmente, as taxas de pobreza no Brasil são as mesmas de 2014; a elevada desigualdade é estruturalmente persistente; os níveis de capital humano são baixos; e a pandemia de Covid-19 eliminou uma década de progresso alcançado anteriormente. O crescimento da produtividade na indústria manufatureira e nos serviços está estagnado há 20 anos, e as projeções de crescimento permanecem bem abaixo de outros PRMAs³. O setor agrícola registrou ganhos de produtividade (com investimentos em inovação, tecnologia e logística comercial, além de incentivos setoriais fornecidos pelo Estado) e ajudou o Brasil a manter sua posição de terceiro maior exportador de produtos agrícolas e alimentos do mundo. Contudo, parte desse sucesso depende de um modelo de agropecuária extensiva, que constitui uma ameaça para os

importantes biomas e a biodiversidade do país. Em geral, já está claro que o Brasil não pode continuar a depender de *booms* de *commodities* e de mais insumos (na forma de terra e mão de obra) para alcançar o *status* de país de renda alta. Em vez disso, precisa abandonar o modelo atual (acumulação de fatores) e adotar um modelo de crescimento baseado na produtividade e com baixas emissões de carbono, impulsionado por educação de alta qualidade e infraestrutura moderna, inclusive no ambiente digital, para criar mais e melhores empregos. O Brasil também poderia atuar como *hub* global de inovação por meio de mais concorrência, maior abertura ao comércio e integração com cadeias de valor regionais e globais. Um ambiente empresarial mais propício atrairia mais investimentos privados para o setor industrial e a transição climática. Apesar do nível de desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro, são necessários mais avanços para aumentar sua eficiência. Por fim, o Brasil poderia empoderar toda a força de trabalho para que essa possa contribuir e se beneficiar ainda mais, especialmente por meio da redução das barreiras sistêmicas que limitam a acumulação de capital e as oportunidades de emprego entre afro-brasileiros, indígenas, mulheres e jovens.

4. Além disso, os recursos naturais do Brasil colocam o país numa ótima posição para explorar novas oportunidades de crescimento num momento em que o mundo transita para setores e mercados econômicos de baixo carbono. Como três quartos das emissões brasileiras de gases de efeito estufa (GEEs) resultam de mudanças no uso da terra e da agricultura, a interrupção do desmatamento e a transição para uma agricultura de baixo carbono são medidas prioritárias. A Floresta Amazônica está próxima a um ponto de inflexão. Ao ultrapassá-lo, a floresta pode perder a capacidade de gerar chuvas suficientes para garantir a sobrevivência de seu próprio ecossistema e para sustentar a agricultura, a geração de energia hidrelétrica, o abastecimento de água e as indústrias que impulsionaram o crescimento brasileiro, ou os serviços ambientais que fornece à ALC e ao resto do mundo. Os esforços para interromper o desmatamento na Amazônia não podem resultar em mais desmatamento em outros biomas, como o Cerrado, pois eles também são importantes por motivos semelhantes (ver quadro 1). O setor agrícola tem espaço e capacidade para reduzir o desmatamento e expandir o uso da terra de forma inteligente em termos de clima, ao mesmo tempo que aumenta ainda mais sua produtividade. Além disso, dada sua matriz energética de baixo carbono, o Brasil pode descarbonizar os transportes, a indústria e as cidades (“descarbonização profunda”) a um custo líquido muito baixo: cerca de 0,5% do PIB ao ano acima dos custos do modelo atual (*business as usual*), em média, entre agora e 2050⁴. Isso colocaria o Brasil numa ótima posição para integrar suas empresas à economia verde do futuro.

5. Progressos significativos estão ao nosso alcance, mas o fator tempo é algo essencial. O governo atual trouxe consigo uma renovação da vontade política, uma robusta agenda de reformas e ambiciosos programas de desenvolvimento para combater a fome e a desigualdade, promover justiça social, reindustrializar o Brasil e abraçar uma economia mais verde. Ele está empenhado em zelar o desmatamento ilegal no país até 2028. Com isso em mente, lançou um ambicioso Plano de Transformação Ecológica (PTE) para promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável, ao mesmo tempo que combate as mudanças climáticas. Os objetivos da PTE são aumentar a produtividade e gerar empregos verdes bem remunerados, reduzir a pegada ambiental da economia e promover o desenvolvimento equitativo por meio de uma melhor distribuição de renda e benefícios. Para realizar avanços significativos, serão necessários esforços sustentados e uma forte adesão dos principais atores envolvidos, inclusive no setor privado, de forma que transcenda divisões políticas e ciclos eleitorais. Se forem exitosos, os programas, políticas e reformas adotados agora ajudariam a fortalecer a estrutura produtiva e as inovações

tecnológicas do Brasil no curto prazo, ao mesmo tempo que gerariam bases mais sólidas para o longo prazo.

6. Paralelamente a isso, o Grupo Banco Mundial continua evoluindo para se tornar melhor e maior, com uma nova missão de erradicar a pobreza extrema e promover a prosperidade compartilhada num planeta habitável. Um apoio mais ousado ao Brasil, por meio de financiamento, conhecimento, apoio institucional e mobilização de capital privado, é mais que oportuno. As ações serão baseadas na visão e missão ampliadas do Grupo, no novo manual e no aumento da capacidade de financiamento, conforme definiram as Reuniões Anuais de 2023. O Brasil está numa posição privilegiada para se beneficiar dessa transformação por meio de engajamentos do Grupo Banco Mundial que promovem escala e replicabilidade, fortalecem o uso eficaz dos recursos internos, mobilizam mais capital privado, melhoram a provisão de conhecimentos e alavancam parcerias renovadas. O Brasil também tem uma oportunidade única de contribuir para o futuro do planeta, inclusive por meio de bens públicos globais nas áreas de clima e biodiversidade e da mobilização de financiamento verde no contexto da transformação do Grupo Banco Mundial e da agenda mais ampla de reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs). O país está ativamente empenhado nesse sentido, inclusive como parte da sua liderança do G20.

7. A Estratégia de Parceria com o País (CPF) do Brasil para os exercícios financeiros de 2024 a 2028 foi adaptada para maximizar essas oportunidades. A expectativa é que os empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) atinjam, em média, cerca de US\$ 2 bilhões ao ano, e que o financiamento da International Finance Corporation (IFC) exceda US\$ 5 bilhões anuais. As garantias da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) também devem aumentar. A demanda por apoio do GBM é elevada. Com uma carteira de US\$ 7,2 bilhões em novembro de 2023⁵, o Brasil é o maior cliente da IFC, com um mercado de capitais próspero e sofisticado, o que faz do país um laboratório para soluções de financiamento climático e de parcerias público-privadas (PPPs). O financiamento solicitado por entidades subnacionais e pelos ministérios (que articulam a demanda no âmbito do governo federal brasileiro) ao BIRD excede regularmente o volume de garantias federais que a União aloca às instituições financeiras internacionais (IFIs) para permitir a contratação de empréstimos⁶. Essa abordagem “de baixo para cima” da demanda dos clientes por financiamento do BIRD, juntamente com a ampla gama de desafios de desenvolvimento enfrentados pelo país, exige novas abordagens para o planejamento do programa no Brasil e uma articulação mais ousada do trabalho conjunto do Grupo Banco Mundial no sentido de mobilizar capital privado e melhorar os mercados. Embora a demanda dos investidores por garantias da MIGA tenha estado baixa (exposição bruta total de cerca de US\$ 101 milhões em março de 2024), novas oportunidades podem surgir no período desta CPF dados os baixos riscos políticos e os mercados de capitais bem desenvolvidos, especialmente para apoiar bancos públicos e entidades subnacionais. A CPF anterior cobriu os exercícios financeiros de 2018 a 2023, com ajustes importantes feitos na revisão de desempenho e aprendizagem (PLR) de 2022 para tratar dos problemas causados pela pandemia da Covid-19. Esta nova CPF apoiará as prioridades do governo atual, previstas no novo Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 e no PTE, e as ambições do setor privado brasileiro de assumir um papel de liderança no cenário global.

8. Esta CPF condiz com a política de graduação do BIRD e reflete a crescente adicionalidade da IFC. O diálogo sobre a renda que leva a uma discussão sobre graduação (GDI) enfatiza o acesso aos mercados financeiros em condições favoráveis e a qualidade e sustentabilidade das instituições no sentido de

promover desenvolvimento econômico e social. As recentes melhoras do Brasil em suas classificações de crédito soberano proporcionam acesso melhorado aos mercados de capitais internacionais. Essa posição é sustentada por seus mercados internos, uma taxa de câmbio flexível e a baixa porcentagem de dívida em moeda estrangeira. Apesar disso, o Brasil enfrenta desafios singulares que retardam seu progresso econômico e social. O programa do GBM para o período desta CPF foi concebido em conformidade com isso. O apoio do BIRD visa sistematicamente a fortalecer as principais instituições sociais e econômicas do Brasil, o que continua a representar uma pauta significativa. A adicionalidade da IFC⁷ está se tornando cada vez mais não financeira, e a MIGA vem se concentrando em operações com alta agregação de valor para os setores público e privado, incluindo aquelas com elevado potencial de inovação e replicabilidade e forte alinhamento com prioridades estratégicas, como o clima, o gênero e a inclusão.

II. CONTEXTO DO PAÍS E AGENDA DE DESENVOLVIMENTO

2.1 Fatores sociopolíticos e institucionais

9. **O Brasil, país com uma população de 203 milhões de pessoas e um PIB real *per capita* de US\$ 8.802 em 2022, progrediu significativamente desde o fim da ditadura militar em 1985.** A Constituição Federal de 1988 definiu os direitos dos cidadãos e das minorias, deu proteção a terras indígenas, destacou as preocupações ambientais, estabeleceu práticas e instituições democráticas fundamentais e protegeu o financiamento de serviços essenciais, como saúde e educação. Nesse contexto, o Brasil avançou muito na alfabetização dos jovens, na prestação de serviços de saúde e no acesso à água potável e à eletricidade. O PIB *per capita* quadruplicou, o que ajudou a gerar empregos. Ao mesmo tempo, o aumento do salário mínimo real⁸ e a introdução do Bolsa Família (BF) em 2003 (o principal programa de transferência de renda do país) reduziram significativamente a pobreza e a desigualdade. A economia brasileira atual é, em grande parte, voltada ao mercado; o regime cambial é flexível; o Banco Central do Brasil (BCB) goza de autonomia; e o setor financeiro é resiliente. A política monetária e fiscal, apesar de reveses ocasionais, amadureceu bastante desde a introdução do Plano Real em 1994, que eliminou a hiperinflação no país. Os processos democráticos do Brasil permanecem robustos e resilientes, embora, ao longo da última década, as persistentes desigualdades, o baixo crescimento econômico e uma série de grandes escândalos de corrupção tenham levado a um aumento da polarização e a grandes tensões.

10. **O Brasil também é um país de grande diversidade, e a discriminação baseada em raça e gênero limita sistematicamente as oportunidades de muitos indivíduos e famílias quebrarem o ciclo intergeracional de pobreza⁹.** O Brasil é um grande Estado federal composto pela União (governo federal), 26 estados (27, se contarmos o Distrito Federal) e mais de 5.500 municípios. A população brasileira vive em múltiplos ecossistemas numa superfície terrestre de 8,5 milhões de quilômetros quadrados (aproximadamente o mesmo tamanho do território continental dos Estados Unidos). As acentuadas diferenças de raça, história, cultura e desenvolvimento industrial se manifestam na forma de muitos “Brasis.” O índice de capital humano (ICH) geral do país revela que as crianças brasileiras nascidas hoje atingirão, quando adultas, apenas 55% da produtividade que teriam se tivessem pleno acesso a serviços de saúde e educação de qualidade. Levando em conta o desemprego na idade adulta, a produtividade cai ainda mais, atingindo 33%, o que significa que 67% dos talentos brasileiros não são aproveitados pela sociedade. Essas perdas têm dimensões geográficas, raciais e de gênero profundamente arraigadas, uma vez que os afro-brasileiros e os indígenas têm menos acesso à educação e a serviços de saúde de boa qualidade que os brasileiros brancos; e as mulheres enfrentam mais discriminação no trabalho, o que

limita seu potencial de renda muito mais que o dos homens. Mesmo antes da Covid, algumas regiões registravam um ICH em torno de 40% (por exemplo, as regiões Norte e Nordeste), semelhante ao que pode ser encontrado na África Subsaariana, ao passo que outras (por exemplo, a região Sudeste, mais rica) tinham um ICH em torno de 70% — compatível com os níveis observados nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

11. Embora o Brasil tenha obtido ganhos institucionais importantes nas últimas décadas, o país ainda enfrenta desafios de governança que podem impedi-lo de alcançar um nível de renda mais elevado¹⁰. O Brasil dispõe de marcos jurídicos nacionais sólidos, instituições competentes, sistemas financeiros estáveis e sofisticados e um sistema administrativo bem estabelecido, especialmente em nível federal. O marco que regula as concessões e a participação do setor privado demonstra robustez, o que contribui para consolidar o *know-how* nacional na estruturação de contratos de PPP. Todavia, o país ainda está entre os 25% mais pobres na maioria das dimensões institucionais quando comparado aos países da OCDE, o que limita sua capacidade de implementar e aplicar políticas complexas em seu vasto território. O setor público expandiu-se nos últimos anos¹¹, em parte devido a uma combinação de compromissos constitucionais de despesas e crescentes demandas sociais. Além disso, o sistema democrático brasileiro engloba cerca de 30 partidos políticos e uma mistura diversificada de distritos eleitorais nos níveis federal, estadual e municipal, o que dificulta a construção de um consenso nacional em torno de reformas fundamentais. No Brasil, o sistema jurídico está ancorado no Estado de Direito e na separação dos poderes, e o marco jurídico de combate à corrupção é robusto. Contudo, na prática, persistem desafios na implementação e aplicação dessas leis. Por exemplo, entre 2022 e 2023, o Brasil perdeu dez posições no índice de percepção da corrupção (IPC)¹², passando do 94º para o 104º lugar entre 180 países. A pontuação do país — apenas 36 pontos — ficou bem abaixo da média da OCDE (66 pontos). O novo PPA para 2024–2027 prevê diversas ações para reforçar o combate à corrupção, com foco em transparência, integridade e segurança pública, inclusive melhorando a gestão pública por meio de auditorias, acesso à informação e medidas corretivas relevantes.

2.2 Desdobramentos econômicos recentes e perspectivas

12. A economia do Brasil tem apresentado volatilidade desde o ano 2000. Os preços favoráveis das *commodities*, os fluxos de capitais e a gestão macroeconômica levaram a um crescimento robusto de cerca de 3,3% ao ano em termos reais durante o período 2001–2014, o que permitiu que o Brasil financiasse importantes programas de proteção social e ajudou a retirar mais de 27 milhões de pessoas da pobreza até 2011. Em 2014, contudo, as quedas nos preços das *commodities*, turbulências políticas e desafios estruturais não resolvidos levaram a economia a uma recessão: no período 2014–2019, a média do crescimento real do PIB foi de –0,3%, atingindo –3,3% em 2020 devido à pandemia da Covid-19. Em 2021, a taxa de desemprego duplicou e superou os 14%. Como resultado, muitos brasileiros vulneráveis se viram desempregados, ou tiveram de recorrer à economia informal. A recuperação pós-Covid começou em 2021, quando o crescimento retornou a 5%, impulsionado por um forte estímulo fiscal, uma campanha bem-sucedida de vacinação contra a Covid, um mercado de *commodities* mais favorável e uma demanda reprimida por serviços. O país cresceu 3% em 2022 e 2,9% em 2023 — impulsionado pela forte produção agrícola, pelas exportações e por transferências fiscais para famílias de baixa renda, que estimularam o consumo interno. A produção deve voltar a cair nos próximos cinco anos, ficando em torno de 2% (ver tabela 1) — abaixo das aspirações do país. A projeção é que a inflação se estabilize em cerca de 3,5% no médio prazo, à medida que as pressões sobre os preços diminuïrem, o que permitirá uma flexibilização gradual da política monetária. Na frente externa, o déficit em conta corrente deve permanecer pouco

acima de 2% do PIB no médio prazo, sendo totalmente financiado por investimentos estrangeiros diretos (IEDs). No entanto, as tarifas aplicadas no Brasil permanecem elevadas, o país é menos aberto ao comércio que seus pares e o ambiente de negócios continua a impor uma série de desafios, o que impede que o Brasil se beneficie plenamente das novas cadeias de valor e das oportunidades de *nearshoring* [estratégia de negócios que envolve a realocação da produção para países vizinhos]. Também são necessários mais investimentos em logística multimodal para aumentar a competitividade das cadeias de valor (no índice de desempenho logístico [LPI] de 2023, o Brasil ficou em 51º lugar entre 139 países, caindo dez posições desde 2010 e ficando atrás da Índia, da China e da África do Sul).

13. Vários desafios estruturais contribuem para esse desempenho irregular. Ao longo da última década, os resultados econômicos beneficiaram-se da acumulação de mão de obra, competências e capital. Contudo, o declínio dos níveis de produtividade durante o mesmo período praticamente eliminou esses ganhos. O setor agrícola alcançou ganhos de produtividade, mas, na indústria manufatureira e nos serviços (que representam 87% do PIB e 90% do emprego), observou-se uma estagnação. Embora ainda haja certo potencial de crescimento por meio da acumulação de capital e de uma maior participação na força de trabalho, será cada vez mais necessário aumentar a produtividade para sustentar esse crescimento, principalmente nos centros urbanos. Isso exigiria que o Brasil adotasse medidas de regulamentação de mercado que agucem a concorrência, aumentem os níveis de investimento e viabilizem a modernização. Mais especificamente, seria necessário reduzir o “Custo Brasil”¹³, promover a inovação e a adoção de tecnologias, atrair capital privado, modernizar a infraestrutura e enriquecer o capital humano por meio de melhorias na qualidade da educação, da saúde e dos serviços sociais¹⁴. Uma maior abertura ao comércio internacional, de forma planejada e faseada, também seria de grande ajuda.

14. A transformação econômica exige que o governo mantenha uma posição fiscal sólida e níveis de dívida sustentáveis. À medida que o crescimento brasileiro se estagnava, as pressões estruturais sobre as despesas (incluindo salários do setor público, pensões e redes de proteção social) inflacionaram os gastos recorrentes, limitaram o campo de atuação das políticas públicas e reduziram a margem para investimentos públicos. Após atingir 86,9% do PIB em 2020, a dívida pública caiu para 74,3% do PIB em 2023 devido a melhorias no saldo fiscal primário e à recuperação da atividade econômica. Ainda assim, a razão entre dívida e PIB no Brasil é superior à de seus pares¹⁵ e só se estabilizaria no médio prazo com a implementação de uma âncora fiscal confiável e de políticas que promovam a eficiência. Por outro lado, a composição da dívida brasileira permanece favorável, com baixa exposição a riscos cambiais e uma parcela pequena em moeda estrangeira. O saldo primário do governo geral deve atingir 0,7% do PIB em 2026, em contraste com o déficit de 2,3% observado em 2023. Como resultado, projeta-se que a dívida pública atinja um pico de 77,7% do PIB em 2027, antes de retornar gradualmente a uma tendência descendente. Essa perspectiva depende do progresso na implementação de medidas que aumentem as receitas e da ausência de choques nas taxas de juros. Do lado das despesas, o risco de aumento dos salários do funcionalismo público, da demanda por transferências sociais e de novos investimentos poderia atrasar ainda mais os ajustes necessários para garantir a sustentabilidade no médio prazo. Outras reformas fiscais estruturais complementares poderiam apoiar a implementação do arcabouço fiscal brasileiro, como, por exemplo, medidas para aumentar a eficiência das despesas públicas e promover finanças públicas sustentáveis em nível subnacional¹⁶.

15. Apesar de o setor bancário brasileiro ser resiliente, com bancos bem capitalizados, com alta liquidez e lucrativos, o país ainda enfrenta muitos desafios. O *spread* do Índice de Títulos de Mercados

Emergentes do Brasil, inferior a 200 pontos-base, está entre os mais baixos da região¹⁷. Apesar do arrocho da política monetária, as taxas de empréstimos improdutivos permanecem próximas à média de longo prazo (cerca de 3%), e a confiança dos investidores se manteve sólida. O sistema bancário brasileiro realizou progressos consideráveis na promoção da inclusão financeira e na ecologização das políticas do setor financeiro, mas, considerando a magnitude da economia, o crédito geral é relativamente baixo (cerca de metade do PIB). Há um forte potencial para aumentar a inclusão financeira, especialmente considerando que quase 44% da população adulta está inadimplente com suas dívidas de consumo devido aos elevados custos dos empréstimos¹⁸. A aplicação de seletividade ao crédito direcionado¹⁹ (linhas de crédito específicas, muitas vezes oferecidas a taxas subsidiadas) ajudaria a atrair o investimento privado e reduziria a volatilidade do mercado, as taxas de juro e as barreiras existentes ao financiamento privado de longo prazo, contribuindo, ao mesmo tempo, para um maior crescimento da produtividade.

Tabela 1: Principais indicadores macroeconômicos e projeções preliminares ao longo do período da CPF

	2021	2022	2023 e	2024 f	2025 f	2026 f	2027 f	2028 f
Real GDP growth, at constant market prices	4.8	3.0	2.9	1.7	2.2	2.0	2.0	2.0
Private Consumption	3.0	4.1	3.1	1.5	2.2	2.0	2.1	2.0
Government Consumption	4.2	2.1	1.7	1.2	1.7	1.7	1.5	1.5
Gross Fixed Capital Investment	12.9	1.1	-3.0	1.7	1.5	1.3	2.0	2.0
Exports, Goods and Services	4.4	5.7	9.1	3.0	3.0	3.0	3.0	3.1
Imports, Goods and Services	13.8	1.0	-1.2	2.0	2.3	2.5	2.6	2.8
Real GDP growth, at constant factor prices	4.5	3.1	3.0	1.7	2.2	2.0	2.0	2.0
Agriculture	0.0	-1.1	15.1	0.0	2.0	2.0	2.0	2.0
Industry	5.0	1.5	1.6	1.5	1.7	1.7	1.6	1.5
Services	4.9	4.1	2.1	2.0	2.4	2.1	2.0	2.0
Inflation (Consumer Price Index)	8.3	9.3	4.6	3.9	3.7	3.4	3.5	3.5
Current Account Balance (% of GDP)	-2.8	-2.5	-1.3	-1.8	-2.1	-2.3	-2.2	-2.2
Net Foreign Direct Investment Inflow (% of GDP)	1.8	2.1	1.6	2.0	2.2	2.5	2.5	2.5
Fiscal Balance (% of GDP)	-4.2	-4.6	-8.5	-7.1	-5.1	-4.6	-4.2	-3.8
Debt (% of GDP) ^{1/}	77.3	71.7	74.4	77.2	77.3	77.4	77.7	77.5
Primary Balance (% of GDP)	0.7	1.2	-2.3	-0.4	0.4	0.7	1.1	1.2

Fonte: Práticas Globais de Pobreza e Equidade e de Macroeconomia, Comércio e Investimento do Banco Mundial.

Observações: e = estimativa; p = previsão.

1/ Definição do Banco Central do Brasil (metodologia de 2008), que exclui os títulos federais da carteira do BCB e inclui o estoque das operações compromissadas do BCB.

2.3 Pobreza e prosperidade compartilhada num planeta habitável

16. As taxas de pobreza caíram acentuadamente no início do século XXI, mas permaneceram estagnadas durante a última década. A pobreza foi reduzida pela metade entre 2001 e 2012 devido ao crescimento econômico, à maior formalização do trabalho e à expansão das políticas sociais, mas a crise iniciada em 2014 levou à estagnação do crescimento da renda entre os mais pobres, com pouco progresso subsequente. O Brasil implementou um ousado conjunto de medidas emergenciais durante a pandemia da Covid-19 para apoiar a resiliência dos grupos mais vulneráveis, em grande parte por meio da expansão do programa Bolsa Família²⁰, e maiores oportunidades de emprego surgiram como parte da recuperação econômica. A taxa de pobreza, que atingiu um pico de 28,4% em 2021, foi estimada em 24,1% em 2022, um nível equivalente ao de 2014²¹.

17. Com um coeficiente de Gini de 0,518 em 2021, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. A parcela de 1% dos brasileiros mais ricos detém 32,2% da riqueza familiar do país. As desigualdades regionais são marcantes, especialmente entre as regiões mais pobres ao norte e as mais ricas ao sul, mas também dentro das cidades e entre zonas rurais e urbanas. Os avanços do Brasil em termos de aprendizagem, mortalidade infantil, mortalidade materna e acesso à água potável, energia elétrica e qualificações relevantes para o trabalho (especialmente nas áreas de ciências, engenharia e tecnologia) ainda favorecem as famílias mais ricas, o que também reforça a desigualdade. Ademais, há lacunas significativas e persistentes no acesso à atenção primária à saúde, ao saneamento básico, ao financiamento e à propriedade de terras (e à segurança financeira associada a isso). As famílias monoparentais chefiadas por mulheres, os afro-brasileiros e os indígenas estão sobrerrepresentados entre os excluídos, com piores resultados no mercado de trabalho e disparidades salariais duradouras, mesmo em setores e níveis de qualificações comparáveis. Os aumentos reais do salário mínimo e a introdução de benefícios adicionais para famílias com crianças devem reduzir a pobreza para 22,1% em 2023 (considerando US\$ 6,85²² em PPC de 2017). No entanto, também será necessário acelerar a criação de empregos, realizar investimentos mais profundos em capital humano e oferecer mais oportunidades para grupos desfavorecidos.

18. Qualquer progresso no Brasil pode melhorar a habitabilidade no resto do mundo e vice-versa. Os desafios enfrentados pelo Brasil estão alinhados a seis dos oito desafios globais identificados²³ no Roteiro de Evolução. A agenda de transformação do Brasil está diretamente ligada aos desafios globais de *Adaptação e Mitigação Climáticas, Segurança Hídrica e Acesso à Água e Proteção da Biodiversidade e da Natureza*. As necessidades — e oportunidades — do país relacionadas ao desenvolvimento de uma economia mais competitiva e produtiva estão relacionadas aos desafios globais de *Acesso à Energia e Promoção da Digitalização*. Por fim, o desafio global de *Segurança Alimentar e Nutricional* é condizente com os esforços do Brasil para oferecer assistência aos 70,3 milhões de pessoas que, atualmente, sofrem algum tipo de insegurança alimentar (de moderada a grave). A agenda climática está intimamente inter-relacionada à redução da pobreza e à promoção de prosperidade compartilhada no Brasil (ver seções 1, 2.4, 3.1 e 3.3 para uma análise mais aprofundada).

2.4 Agenda de desenvolvimento

19. Para retomar seu progresso rumo ao status de país de renda alta, o Brasil precisa demonstrar um vigor renovado para enfrentar velhos desafios. De acordo com a atualização do SCD de 2023²⁴, é necessária uma atenção renovada e soluções inovadoras para promover um crescimento impulsionado por produtividade, inclusão social, ação climática e disciplina fiscal. Esses desafios estão intimamente inter-relacionados. Em cada uma dessas áreas, será necessária uma reorientação fundamental.

20. Um primeiro desafio importante envolve a criação de oportunidades para todos os brasileiros, com foco no crescimento impulsionado pela produtividade e numa economia competitiva (Produtividade). O principal obstáculo ao aumento da renda no Brasil é a baixa produtividade da economia²⁵. A produtividade total dos fatores caiu 0,8% entre 2014 e 2022, fazendo com que o desempenho do Brasil ficasse significativamente atrás de alguns de seus pares (ver figura 1). A agricultura tem registrado ganhos de produtividade, mas a crescente mecanização do setor resulta numa menor geração de empregos em comparação com o setor dos serviços, que faz um uso mais intensivo de mão de obra e que emprega a maior parte da população amplamente urbanizada do Brasil. Algum crescimento ainda pode ocorrer por meio do aumento dos insumos de capital e trabalho, mas ganhos de produtividade

significativos são essenciais para aumentar e sustentar o crescimento nos setores de indústria manufatureira e serviços. Isto implicaria melhorar o ambiente empresarial, atrair investimento privado, expandir o acesso ao financiamento, qualificar os trabalhadores, promover eficazmente a inovação, modernizar as infraestruturas (especialmente digitais, logísticas e de transportes) e modernizar o regime tributário. O aprofundamento da integração regional e global por meio do comércio e das cadeias de valor globais também seria algo muito útil.

Figura 1. Valor agregado por trabalhador nos setores de agricultura, indústria manufatureira e serviços do Brasil e de países comparáveis.



Fonte: Atualização do SCD de 2023.

21. Um segundo desafio está relacionado ao desenvolvimento de uma estratégia centrada nas pessoas que aumente a capacidade de geração de renda dos mais pobres (*Inclusão*). A capacidade do Brasil de promover oportunidades de renda para todos, sem deixar ninguém para trás, exigirá políticas inclusivas que eliminem as lacunas existentes na acumulação de capital humano, natural, financeiro e de outros tipos. As prioridades incluem medidas para elevar a qualidade da educação e dos serviços de saúde, além de aumentar a resiliência das famílias para enfrentar choques, melhorar o acesso a serviços digitais e regulamentar, de maneira eficaz, a propriedade de terras²⁶.

22. Um terceiro desafio fundamental é a realização do pleno potencial do país como economia sustentável e líder climático global (*Ação Climática*). A matriz energética limpa do Brasil e seu perfil de emissões mais baixas de carbono fazem do país um destino atraente para investimentos verdes. No entanto, o compromisso do Brasil de zerar seu desmatamento líquido e sua maior exposição a riscos naturais exigem esforços renovados e mais amplos para que o país possa avançar rumo a uma economia muito mais verde. Conforme demonstram o Relatório sobre Clima e Desenvolvimento do Brasil (CCDR) e o Memorando Econômico da Amazônia Legal (AEM)²⁷, as prioridades para o enfrentamento desses desafios incluem a promoção da produtividade em toda a economia, a expansão de um modelo agropecuário inteligente em termos de clima, o aumento da resiliência das indústrias e das cidades, a redução (ainda maior) do desmatamento ilegal, a melhoria da gestão dos recursos naturais e a mobilização de financiamento climático. A agenda amazônica — transversal a todas essas áreas — é descrita em mais detalhes no quadro 1²⁸.

Quadro 1: Amazônia como motor do desenvolvimento sustentável

A Amazônia brasileira está ao centro de uma série de desafios locais, nacionais e globais. A região abriga 28 milhões de pessoas, das quais 75% vivem em cidades e cerca de 1 milhão são indígenas de centenas de tribos, cujos saberes e modos de vida tradicionais constituem ativos inestimáveis.

A Floresta Amazônica é o bioma com maior biodiversidade do mundo. Com uma área total de 5,5 milhões de km² (60% da qual se encontra no Brasil), ela corresponde a cerca de metade de todas as florestas pluviais remanescentes no planeta. No entanto, a floresta está cada vez mais próxima a um ponto de inflexão. Ao ultrapassá-lo, pode perder sua capacidade de fornecer importantes serviços ecossistêmicos ao Brasil e ao resto do mundo (estimados em US\$ 317 bilhões anuais). Segundo estimativas preliminares do Grupo Banco Mundial, serão necessários de US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões anuais até 2028 para salvar as florestas da região e promover oportunidades econômicas e investimentos inteligentes em termos de natureza para a população amazônica. Contudo, apenas uma fração desse montante está disponível atualmente. A bioeconomia²⁹ oferece perspectivas de meios de subsistência sustentáveis para algumas pessoas e grupos; no entanto, as competências e capacidades limitadas da população aliadas à baixa conectividade física e digital da região continuam a representar barreiras importantes.

Desde o início da década de 1990, o Grupo Banco Mundial tem contribuído para o desenvolvimento da região por meio de sua liderança do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7 — uma iniciativa de múltiplos doadores), suas contribuições significativas para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa — a maior iniciativa de conservação tropical até o momento) e seu apoio à implementação do Código Florestal Brasileiro. No âmbito desta nova CPF, o apoio do Grupo Banco Mundial abrangerá as agendas de produtividade, inclusão e clima com o propósito de ajudar o Brasil a atingir suas metas de desmatamento e a criar estruturas e mecanismos de financiamento que possam resistir a reversões políticas ao longo do tempo e gerar impactos em grande escala.

Os engajamentos do BM no Brasil serão compatíveis com o programa da ALC para a Amazônia, concentrando-se em: (i) *uma Amazônia verde* — salvar os ativos naturais por meio do fortalecimento da gestão florestal, fundiária e hídrica, das áreas protegidas, dos territórios indígenas e da regularização fundiária e ambiental; (ii) *uma Amazônia próspera* — promover oportunidades econômicas inteligentes em termos de natureza, promovendo a bioeconomia e cadeias de valor produtivas e sustentáveis, a agricultura de baixo carbono, a restauração florestal e os empregos urbanos verdes; e (iii) *uma Amazônia habitável* — atender às pessoas, melhorando os serviços rurais de saúde e educação, as infraestruturas básicas e a conectividade e promovendo cidades sustentáveis e resilientes. Os engajamentos de consultoria da IFC nas áreas de edificações verdes e iluminação pública em cidades amazônicas, juntamente com seus crescentes investimentos no uso sustentável da terra, na restauração florestal e na conexão com cadeias de valor sustentáveis, alavancarão investimentos privados adicionais para a região. As soluções de redução de riscos da MIGA também devem ser consideradas como medidas articuladas com o Banco Mundial e a IFC. Além disso, o Grupo Banco Mundial atuará em estreita colaboração com o BID para permitir o financiamento de investimentos na Amazônia e alavancar os títulos da Amazônia³⁰ a fim de financiar investimentos inteligentes em termos de clima e natureza.

23. Um desafio final envolve o financiamento do crescimento do país por meio de gastos mais eficientes, de um sistema fiscal mais progressivo e eficiente e de um marco fiscal sólido. A criação de espaço fiscal num contexto de gastos discricionários limitados não é novidade para o Brasil. No entanto, diversos fatores tornam o financiamento dos investimentos necessários uma prioridade fundamental na

área de políticas públicas, entre os quais as crescentes necessidades fiscais causadas pela Covid-19, a ampliação dos riscos relacionados às mudanças climáticas e o lento progresso na construção de uma economia competitiva. As recentes iniciativas governamentais para aumentar a eficiência dos gastos públicos, harmonizar os impostos entre diferentes fontes de renda, eliminar isenções regressivas e melhorar o mercado de crédito são opções promissoras de políticas para enfrentar esse desafio. Isto também surge paralelamente ao aumento da participação do setor privado na prestação de serviços públicos, o que pode aumentar sua eficiência sem comprometer o acesso e a qualidade.

III. MARCO DE PARCERIA COM O BANCO MUNDIAL

3.1 Programa do governo e estratégia de médio prazo

24. O PPA 2024–2027 foi aprovado pelo Congresso Nacional no final de 2023 e já está em fase de implementação. Ele destaca três pilares: (i) *Desenvolvimento social e garantia de direitos*; (ii) *Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática*; e (iii) *Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania*. O PPA também propõe cinco agendas transversais: mulheres, povos indígenas, igualdade racial, crianças e adolescentes e meio ambiente. O forte compromisso do PPA com a justiça social, a ação climática e as instituições democráticas é uma marca registrada do governo atual. Isso envolve uma ênfase renovada em temas que já estavam presentes nos mandatos anteriores do presidente Lula entre 2003 e 2010. Além disso, introduz programas novos e ousados (por exemplo, o PTE e seu foco nas energias renováveis) e versões mais ambiciosas de iniciativas anteriores, tais como o terceiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de US\$ 350 bilhões em investimentos relacionados à infraestrutura, sendo um terço proveniente do setor privado; o quinto Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e seus equivalentes em outros biomas (por exemplo, o PPCerrado), cujo propósito é apoiar o controle do desmatamento; um Plano Safra mais ousado, com mais de US\$ 70 bilhões em linhas de crédito para pequenos e grandes agricultores e um foco ampliado na mitigação climática; e uma nova política industrial, com financiamento de US\$ 60 bilhões até 2026.

25. As prioridades de reforma fiscal e estrutural buscam fortalecer as bases macroeconômicas para o crescimento inclusivo, promover uma economia mais produtiva e verde e atrair mais capital privado. Em substituição ao antigo teto de gastos, o Congresso Nacional aprovou, em agosto de 2023, um novo arcabouço fiscal que pretende criar mais espaço para o investimento público, ao mesmo tempo que estabiliza a dívida ao longo do tempo³¹. Em dezembro de 2023, o Congresso também aprovou a tão esperada reforma tributária. O objetivo é simplificar a tributação indireta com a introdução de um sistema de imposto sobre valor agregado (IVA), reduzindo, assim, os custos de conformidade e as distorções causadas pelo sistema atual e, ao mesmo tempo, promovendo a produtividade e o crescimento³². Ao mesmo tempo, o Brasil busca expandir suas relações comerciais com mercados *premium*, inclusive por meio do Mercosul³³, e estabelecer um mercado regulamentado de carbono³⁴ que limite as emissões de GEEs de setores-chave da economia. Avanços adicionais na redução de distorções nos mercados de crédito, inclusive a composição do crédito direcionado no sistema financeiro, serão essenciais para promover um setor privado mais competitivo e uma economia mais produtiva.

26. O Brasil está aproveitando sua presidência do G20 para promover temas-chave tanto em nível nacional quanto global. O lema da presidência brasileira do G20 é “Ajudar a construir um mundo justo e

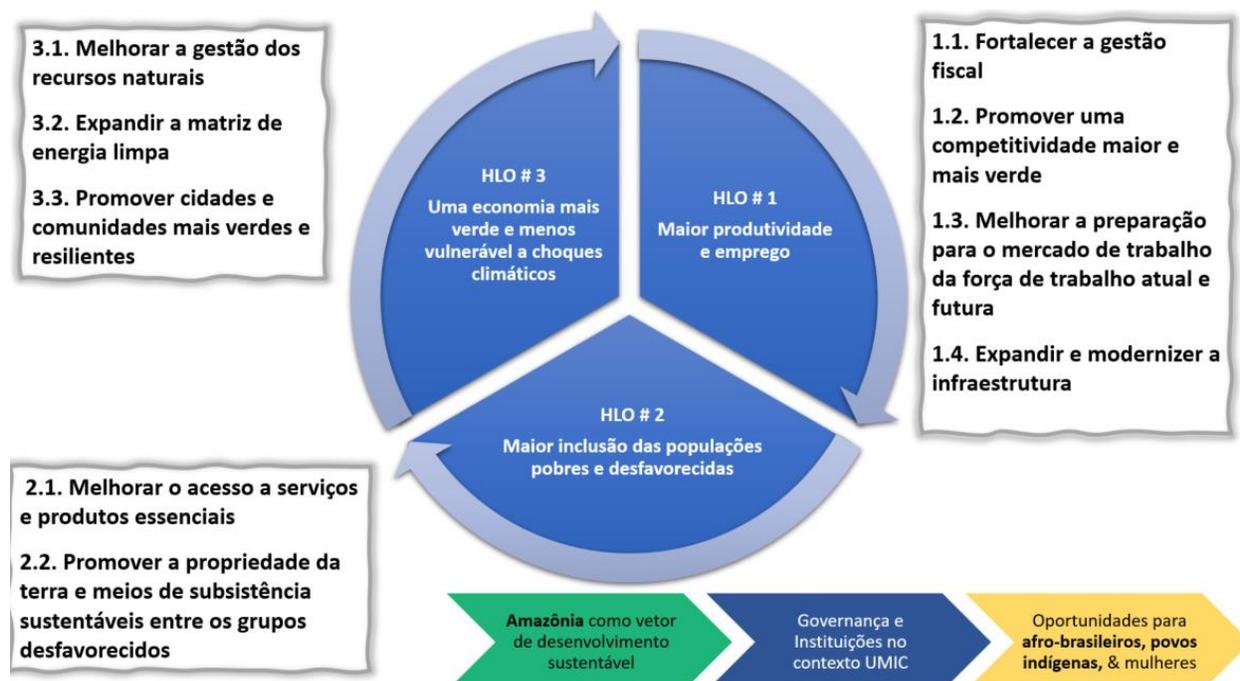
um planeta sustentável”, com três prioridades específicas: (i) *Inclusão social e combate à fome*; (ii) *Desenvolvimento sustentável nas vertentes social, econômica e ambiental*; e (iii) *Reforma da governança internacional*. Essas aspirações refletem a visão do Brasil para um novo paradigma de globalização e abrem oportunidades adicionais para o Grupo Banco Mundial oferecer ajuda com sua experiência global e contribuições *just-in-time*. O governo já está buscando engajamento com o Grupo Banco Mundial em diversas áreas, entre as quais o PTE; um novo grupo de trabalho para criar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e acelerar o progresso nos ODS 1 e 2; a economia digital; e a preparação para pandemias. Por meio do Grupo de Líderes de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, o Brasil também está aproveitando sua presidência do G20 para ajudar a desenvolver um roteiro do G20 para um sistema de BMDs melhor, maior e mais eficaz.

3.2 Proposta do Banco Mundial de Estratégia de Parceria com o País para o Brasil

27. O objetivo geral desta CPF é ajudar o Brasil a construir uma economia mais produtiva, mais inclusiva e mais verde durante e após o período do EF24 ao EF28. A CPF está estruturada em torno de três Resultados de Alto Nível (HLOs — *High Level Outcomes*) e nove objetivos (ver figura 2, seção 3.2., e Anexo 1), que são baseados em conquistas anteriores, aproveitam os aprendizados passados e dão ênfase específica às prioridades atuais do governo. Juntos, eles refletem fortemente as novas visão e missão do Grupo Banco Mundial: promovem a redução da pobreza e a prosperidade compartilhada no Brasil e apoiam avanços na superação de desafios globais de forma a tornar o Brasil e o planeta mais habitáveis. Os temas transversais da CPF referem-se à Amazônia, a instituições e governança e a disparidades raciais e de gênero (ver quadros 1, 3 e 4).

28. O programa foi definido com base nos três filtros-padrão de seletividade da CPF, a saber: (a) prioridades do cliente e demanda por apoio do Grupo Banco Mundial, conforme articulado no PPA e no diálogo contínuo nos níveis federal e subnacional; (b) trajetórias cruciais para alcançar a redução da pobreza e a prosperidade compartilhada num planeta habitável, conforme identifica a atualização do SCD; e (c) vantagem comparativa do Grupo Banco Mundial, dado seu histórico contínuo de engajamentos de impacto. Os critérios adicionais de seletividade estão relacionados a: (i) alcançar escala e replicabilidade; (ii) aumentar a eficiência dos gastos públicos; e (iii) viabilizar e mobilizar capital privado.

Figura 2. HLOs, objetivos e temas transversais da CPF



Filtro de seletividade 1: Prioridades dos clientes e demanda por apoio do Grupo Banco Mundial

29. A adesão, o comprometimento e a capacidade de absorção dos clientes são determinantes importantes de seletividade do Grupo Banco Mundial no Brasil. Clientes em todo o Brasil valorizam o trabalho do Grupo Banco Mundial graças a suas ideias, inovações, conhecimentos e oferta de financiamento. A qualidade e a robustez do diálogo indicam, de forma consistente, que clientes federais e subnacionais veem o Grupo Banco Mundial como um parceiro neutro que trabalha em prol dos melhores interesses do Brasil, o que consolida uma parceria de longo prazo baseada em confiança, compromissos compartilhados e cooperação pragmática para desenvolver e implementar soluções sustentáveis para enfrentar os desafios mais urgentes para o país. Embora o volume relativo do financiamento do Grupo Banco Mundial permaneça modesto no contexto de uma economia de US\$ 2 trilhões (cerca de 0,4% do PIB) as atividades do GBM costumam gerar impactos excepcionais, ajudando a desenvolver e ampliar reformas institucionais e de políticas públicas, inovações tecnológicas e melhorias na gestão de projetos em áreas-chave de desenvolvimento. Devido a restrições orçamentárias em nível federal, a demanda das entidades subnacionais por empréstimos do BIRD regularmente excede o volume das garantias que a União pode alocar a IFIs para viabilizar a contração de empréstimos. A demanda por instrumentos de dívida, capital, financiamento climático, estruturação de PPPs e serviços de consultoria *upstream* da IFC não está sujeita a esses limites e continua a crescer junto com as ambições do país. Também podem surgir novas oportunidades para que garantias da MIGA venham a acelerar a mobilização de capital privado para entidades subnacionais com foco em clima, gênero e inclusão.

30. Para ampliar os impactos durante o período desta CPF, o Grupo Banco Mundial adaptará ainda mais seu apoio às necessidades e prioridades específicas de cada região. Apoio adicional será direcionado às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que apresentam os maiores desafios e

oportunidades para redução da pobreza e ação climática, inclusive nos biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga³⁵. Alguns engajamentos específicos nas regiões Sul e Sudeste buscarão promover inovação, externalidades positivas, maior resiliência às mudanças climáticas e efeitos demonstrativos que possam ser ampliados ou replicados dentro e fora do Brasil³⁶. Os empréstimos em nível federal terão seu foco em questões sistêmicas de relevância nacional (por exemplo, proteção social; reforma da educação; e transformação verde da economia). A IFC continuará a promover a inovação, a produtividade e o crescimento do setor privado brasileiro, ao mesmo tempo que busca oportunidades de inclusão para superar os desafios das populações carentes em todas as regiões. O Grupo Banco Mundial buscará atrair níveis mais elevados de financiamento privado para apoiar as prioridades centrais do governo. Para tal, se baseará na carteira da IFC (que é atualmente a maior do mundo, com um mercado de capitais próspero e sofisticado que o torna um laboratório de soluções para o financiamento climático) e na potencial implantação de soluções de redução de riscos da MIGA.

Filtro de seletividade 2: Redução da pobreza e prosperidade compartilhada num planeta habitável

31. Os principais desafios de desenvolvimento destacados na seção 2.4 surgiram diretamente de um programa analítico robusto (ASAs) concluído nos exercícios financeiros de 2022 e 2023. Esses ASAs influentes incluíram um relatório de revisão de capital humano, uma atualização da avaliação sobre a pobreza, um relatório de avaliação de infraestrutura, o CCDR e o AEM. Os principais achados desses relatórios foram consolidadas em dezembro de 2022 na forma de notas de políticas públicas com foco no diálogo do Grupo Banco Mundial com o então novo governo sobre quatro desafios principais: (i) criar oportunidades por meio de um crescimento impulsionado pela produtividade; (ii) aumentar as capacidades e a inclusão econômica dos pobres para que estejam mais aptos a aproveitar essas oportunidades; (iii) realizar o potencial do Brasil como líder em desenvolvimento verde e favorável ao clima; e (iv) financiar o desenvolvimento de forma sustentável, posicionando as enormes necessidades de crescimento, inclusão e ação climática do Brasil num marco macroeconômico confiável e de políticas fiscais disciplinadas. Juntamente com contínuas ações de assistência técnica, essas notas de políticas públicas e os vigorosos relatórios que as embasam já conseguiram influenciar alguns dos programas emblemáticos e importantes reformas mencionadas acima.

32. A atualização do SCD de 2023 refletiu esse grande conjunto de evidências e se concentrou nas trajetórias cruciais para o Brasil alcançar a redução da pobreza e a prosperidade compartilhada num planeta habitável. O SCD introduziu três HLOs, a saber: (i) aumentar o acesso a oportunidades de emprego de alta qualidade; (ii) melhorar a capacidade de geração de renda das famílias por meio da acumulação e utilização de ativos produtivos; e (iii) reduzir a vulnerabilidade aos choques climáticos. A sustentabilidade fiscal foi analisada de forma transversal, uma vez que desempenha um papel facilitador sistêmico em sua relevância e implicações. Vinte e duas prioridades foram selecionadas nos três HLOs do SCD, com base em seu alto potencial para enfrentar os desafios de desenvolvimento do Brasil. Os HLOs propostos nesta CPF demonstram alinhamento aos HLOs do SCD, mas são mais seletivos.

Filtro de seletividade 3: Vantagem comparativa do Grupo Banco Mundial

O Grupo Banco Mundial continuará a concentrar seus esforços em engajamentos nos quais possa alcançar níveis de influência e impacto que vão além do volume de seu financiamento. O Grupo Banco Mundial tem um histórico robusto de influência e apoio a casos de sucesso no Brasil. O quadro 2 apresenta alguns exemplos da capacidade do Grupo Banco Mundial de alcançar impacto por meio de assistência

técnica, análises, projetos de consultoria e mobilização de recursos de terceiros. Na qualidade de único BMD com atuação global, o Grupo Banco Mundial também funciona como catalisador para o compartilhamento de inovações e aprendizados do Brasil com outros países e vice-versa. Os projetos, reformas de políticas públicas e intervenções no setor privado em diversos estados e municípios brasileiros, inclusive na forma de instrumentos financeiros e adicionalidade não financeira, servem de incubadoras para a expansão, replicação ou adaptação em outras partes do mundo. O Grupo Banco Mundial está bem posicionado para compartilhar experiências e sucessos de outros países com o Brasil, de forma a promover seu potencial como *hub* de inovação e fortalecer suas instituições e governança (o que é fundamental num contexto de superação da GDI).

Quadro 2: Contribuições do GBM para os casos de sucesso do Brasil

A parceria do Brasil com o Grupo Banco Mundial abrange décadas de colaborações inovadoras desde 1949, quando o primeiro empréstimo viabilizou a construção de algumas usinas hidrelétricas que, a partir de então, fizeram do Brasil um dos líderes mundiais em fornecimento de eletricidade de baixo carbono. Ao longo do tempo, o apoio transformacional do Grupo Banco Mundial estendeu-se muito além do âmbito de seu financiamento e abrangeu os três “Ps” inter-relacionados, ou seja, Pessoas, Prosperidade e Planeta:

Pessoas: O apoio do BM influenciou significativamente uma série de programas e intervenções, tais como: (i) o principal programa de transferência condicionada de renda do país, o Bolsa Família, que, desde 2003, já tirou milhões de brasileiros da pobreza e continua a ser uma referência de resposta a crises e transparência; (ii) a abordagem pioneira do estado do Ceará para elevar a qualidade da educação, inclusive por meio de avaliações robustas de aprendizado e financiamento baseado em resultados, o que inspirou outros países e o governo federal brasileiro a seguirem seu exemplo; e (iii) a prestação inclusiva de serviços de saúde de qualidade por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), um dos sistemas de saúde pública mais avançados do mundo. Intervenções complementares da IFC para apoiar operadores privados de saúde ajudaram a garantir o acesso à saúde a preços acessíveis em mercados precários. O BM também ajudou a criar oportunidades sustentáveis para povos indígenas, comunidades tradicionais, afro-brasileiros, mulheres e jovens, com avanços importantes na legislação brasileira — nas áreas de responsabilização social, prevenção da violência e redução das desigualdades raciais e de gênero — que agora podem ser ampliados. A IFC lançou o primeiro título social no Brasil por meio do Banco Itaú, o que vai apoiar soluções financeiras para pequenas e médias empresas pertencentes a mulheres (WSMEs), com foco adicional em empresas carentes nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. .

Prosperidade: O Grupo Banco Mundial apoiou a primeira PPP do Brasil como parte da expansão da Linha 4 do Metrô de São Paulo. Desde então, a IFC e o BIRD têm apoiado um programa substancial de PPPs no Brasil, o qual atraiu pelo menos US\$ 8,5 bilhões em investimentos privados nos últimos dez anos, com modelos de PPP inovadores e impactantes que incluem um ambicioso programa de concessões rodoviárias no estado de São Paulo, projetos de iluminação pública municipal em vários estados e o programa Estradas do Paraná. Esses programas têm melhorado significativamente a mobilidade urbana, a prestação de serviços e o acesso ao mercado. Ao longo dos anos, as análises e a assistência técnica do BM também contribuíram para o avanço de reformas fiscais e estruturais no Brasil, tais como as políticas comerciais; a reforma previdenciária de 2019; o sistema federal de classificação da capacidade de pagamento dos estados (Capag), que ajudou a estabelecer limites subnacionais de endividamento desde 2017; e a recém-aprovada reforma da tributação indireta.

Planeta: Desde a década de 1990, o apoio do BM na região amazônica (ver quadro 1) contribuiu para a demarcação de terras indígenas, com uma área total equivalente ao território da Suécia; a criação de

reservas extrativistas geridas pelas comunidades; uma maior adoção de abordagens de gestão florestal certificada; um fortalecimento institucional significativo nos níveis federal e estadual; e abordagens participativas em centenas de comunidades e organizações da sociedade civil. Em reconhecimento à importância crucial de outros ecossistemas, o BM também tem sido um parceiro importante nos biomas Cerrado e Caatinga, fomentando programas de empréstimos em nível nacional e estadual, bem como atividades de financiamento para apoiar a gestão sustentável da água, a agropecuária, a regularização ambiental, a gestão de recursos naturais e a gestão de paisagens e do uso da terra. Paralelamente a isso, a IFC foi pioneira na criação de instrumentos inovadores de finanças sustentáveis no Brasil, inclusive o primeiro empréstimo vinculado à sustentabilidade para o setor de gestão de resíduos em mercados emergentes; o primeiro empréstimo azul na ALC; o primeiro empréstimo superverde por meio de financiamento vinculado a indicadores ESG; o primeiro título social; o primeiro empréstimo a uma empresa comercial com compromisso de desmatamento zero; e um mecanismo inovador para compartilhamento de riscos cambiais em concessões rodoviárias³⁷. No final de 2023, o Brasil emitiu seu primeiro título soberano de sustentabilidade (um título de sete anos no valor de US\$ 2 bilhões³⁸ com taxa de cupom de 6,5%) no âmbito de um marco articulado com o apoio do Grupo Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que oferece um modelo para emissões soberanas e destrava o potencial para novas formas de PCM e de financiamento sustentável.

Objetivos apoiados pelo Programa do Grupo Banco Mundial

33. O HLO 1 — Maior produtividade e emprego — deve enfrentar desafios relacionados a: (i) fortalecimento da gestão fiscal em todos os níveis do governo³⁹; (ii) aumento da competitividade da economia brasileira; (iii) melhora dos resultados de capital humano, especialmente os resultados da educação dos estratos de renda mais baixa; e (iv) modernização da infraestrutura e redução das disparidades. O progresso em relação a este HLO será acompanhado por meio do monitoramento da produtividade do trabalho, da produtividade total dos fatores e das taxas de emprego. O HLO 1 será apoiado por quatro objetivos:

- **Fortalecer a gestão fiscal (1.1).** Este objetivo apoia esforços para reduzir as restrições fiscais e melhorar a eficiência do setor público, inclusive na prestação de serviços relevantes para o crescimento da produtividade, por meio de DPFs subnacionais e da série de projetos/MPA do Progestão. Os trabalhos analíticos e o diálogo político apoiarão o progresso complementar rumo a uma melhor gestão fiscal em nível federal.

- **Promover uma competitividade maior e mais verde (1.2).** Este objetivo concentra os empréstimos, o conhecimento e a assistência técnica do Grupo Banco Mundial na remoção das principais restrições à competitividade e à produtividade. Ele apoia esforços institucionais e políticas públicas que visem a reduzir o "Custo Brasil" nos níveis federal e subnacional, promover a descarbonização da indústria e atrair investimento privado para a transição climática, inclusive por meio de apoio a MPMEs. Os investimentos e serviços de consultoria *upstream* da IFC, juntamente com a assistência técnica, os produtos analíticos e o apoio político do BIRD, alavancarão capital privado para apoiar este objetivo. A adoção de garantias da MIGA em apoio aos bancos públicos para atividades verdes pode fornecer apoio complementar. Este objetivo contribui diretamente para o enfrentamento do desafio global de adaptação e mitigação climáticas.

- **Melhorar o capital humano (1.3).** Este objetivo apoia os esforços do Brasil para acelerar melhorias no capital humano por meio de intervenções em educação, saúde e proteção social, inclusive no que diz

respeito a competências digitais. A ênfase na alfabetização, na escola em tempo integral e numa assistência social mais robusta serão fundamentais para promover a acumulação de capital humano e a resiliência entre os mais pobres. A melhoria dos serviços de saúde e nutrição, principalmente para melhorar a preparação para pandemias, também faz parte deste objetivo. A IFC apoiará este objetivo por meio do financiamento do ensino superior em benefício das populações mais desfavorecidas, ao mesmo tempo que explora modelos inovadores de PPP para a prestação de serviços de saúde e educação.

- **Expandir e modernizar a infraestrutura (1.4).** Este objetivo se concentra na infraestrutura como importante facilitador da produtividade. A IFC apoiará o compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e a digitalização de produtos, serviços e processos, ao passo que o BIRD se concentrará numa MPA no setor de transportes (que inclui o transporte de massa, inclusive ônibus elétricos, e estradas rurais para aumentar a produtividade agrícola e fortalecer as cadeias de valor) e várias operações subnacionais que promovem a expansão da rede elétrica, a confiabilidade do abastecimento de água para fins produtivos e a melhoria da logística. Consolidando as ações da CPF anterior, o Grupo Banco Mundial fortalecerá ainda mais os marcos de PPPs e apoiará novas PPPs e concessões em todos os setores relacionados à infraestrutura. A MIGA explorará novas oportunidades para reduzir o risco de PPPs de infraestrutura por meio de suas garantias de seguro contra riscos políticos, conforme a demanda do mercado, e apoiará projetos públicos de infraestrutura mediante garantias não honradas. Ambos os Objetivos 1.3 e 1.4 contribuem para o desafio global de *Promoção da Digitalização*.

Quadro 3: Governança melhorada e instituições mais fortes

No período desta nova CPF, o fortalecimento institucional continuará a ser fundamental para apoiar a trajetória do Brasil rumo a um *status* de renda mais alta. Avaliações institucionais sólidas e marcos de M&A serão a norma na fase de concepção para garantir o sucesso da implementação de projetos e para embasar o uso de sistemas nacionais (inclusive em relação à GFP e ao MAS), sempre que possível. As atividades procurarão elevar os padrões técnicos, de supervisão e de transparência.⁴⁰ Aspectos específicos do marco de resultados desta CPF contribuirão diretamente para este objetivo. Eles estão identificados como *IS* (*institutional strengthening*, ou seja, fortalecimento institucional) no Anexo 1, com alguns exemplos ilustrativos, a saber:

- No âmbito do Objetivo 1.1, os engajamentos com entidades subnacionais fortalecerão os sistemas de gestão de investimentos públicos, a capacidade de auditoria interna, funções gerais de gestão fiscal e da dívida e outros mecanismos institucionais que ajudem os estados a alcançar e manter classificações elevadas de capacidade de pagamento (ou seja, Capag A ou B).
- No âmbito do Objetivo 1.2, o Grupo Banco Mundial apoiará boas práticas de negócios ou investimentos nos estados e, ao mesmo tempo, contribuirá para melhoras no ambiente regulatório global de forma a promover uma melhoria da governança e reduzir eventuais distorções de mercado. Engajamentos complementares no âmbito do Objetivo 3.2 apoiarão mudanças de políticas e regras do mercado para melhorar a governança e a eficiência no setor de energia.
- No âmbito do Objetivo 1.4, o Grupo Banco Mundial apoiará melhoras na governança corporativa nos setores de infraestrutura (inclusive como parte de PPPs e mecanismos de concessões para alavancar a participação privada). Em termos gerais, o apoio será baseado em aprendizados passados (por exemplo, sobre a definição dos preços de mercado dos pacotes de aquisições, sobre a necessidade de maior documentação ao reequilibrar contratos, ou sobre a gestão adequada de contratos no longo prazo, inclusive quando as concessionárias se tornarem incapazes de cumprir suas obrigações e precisarem ser

substituídas. Uma melhor governança na gestão dos recursos hídricos também fará parte da agenda de segurança, confiabilidade e disponibilidade de água.

- As atividades no âmbito dos Objetivos 2.1 e 2.2 apoiarão modelos de governança fundiária inclusivos, transparentes e sustentáveis para promover uma maior regularização fundiária de territórios indígenas/tradicionais, assentamentos de reforma agrária e terrenos públicos vagos, entre outros.
- No âmbito do Objetivo 3.1, o apoio aos sistemas de monitoramento do desmatamento no Brasil oferecerá mais transparência e sensibilização sobre a magnitude e as fontes do problema, o que, por sua vez, levará a uma maior responsabilização de várias partes interessadas.
- O fortalecimento institucional para a ação climática e a resiliência climática incluirá, também, o apoio aos sistemas de gestão de riscos de desastres (DRM) em nível subnacional, no âmbito do Objetivo 3.3.

34. O HLO 2 — Maior inclusão das populações pobres e desfavorecidas — concentra-se na redução da desigualdade e na melhoria da situação econômica e social da população mais desfavorecida. O progresso será monitorado principalmente por meio das disparidades de salário e emprego entre vários grupos e do coeficiente de Gini. Dois objetivos apoiam este HLO:

- **Melhorar o acesso a serviços e produtos essenciais (2.1).** Este objetivo ajuda a eliminar as lacunas existentes no acesso a serviços essenciais e a produtos específicos necessários para a prestação desses serviços. O BIRD e a IFC apoiarão a expansão do acesso à água potável e ao saneamento adequado, a serviços de saúde aprimorados e mais resilientes (inclusive por parte de operadores privados) e a produtos de higiene para as populações pobres urbanas e rurais. A IFC também apoiarã o desenvolvimento de iniciativas habitacionais a preços acessíveis, utilizarã seus serviços de consultoria para incentivar o envolvimento comunitário das empresas e apoiarã indústrias criativas, como o turismo verde e sustentável. Além dos investimentos diretos, muitas atividades do BIRD terão seu foco na capacitação institucional relacionada. O Cadastro Único será reforçado para que as redes de proteção social possam aumentar sua eficácia e eficiência na resposta a choques. Dessa forma, este objetivo contribuirã diretamente para a superação dos desafios globais de *Segurança Alimentar e Nutricional* e *Segurança e Acesso à Água*. As garantias da MIGA também podem ser usadas no âmbito deste objetivo, conforme a demanda do mercado.

- **Promover a propriedade da terra e meios de subsistência sustentáveis entre os grupos desfavorecidos (2.2).** Este objetivo apoia o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis e lucrativas entre os mais vulneráveis, com especial destaque para a regularização do acesso e propriedade da terra e a expansão do acesso a soluções financeiras. A IFC, o BIRD e a MIGA promoverão a inclusão financeira de microempresas, agricultores familiares, minorias e populações vulneráveis. Soluções para grupos específicos (povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais), tais como cadeias de valor de nicho no setor agrícola e na bioeconomia, serão implementadas por meio de uma combinação de investimentos, inclusive com a mobilização de fundos fiduciários executados pelos beneficiários (RETFs). Como tal, este objetivo contribui indiretamente para o progresso em relação ao desafio global de *Segurança Alimentar e Nutricional*.

35. O HLO 3 — Uma economia mais verde e menos vulnerável a choques climáticos — concentra-se em realizar todo o potencial do Brasil como uma economia mais sustentável, ao mesmo tempo que apoia medidas de mitigação e adaptação em resposta ao impacto das mudanças climáticas nas famílias, na natureza e na infraestrutura do país. Todos os três objetivos do HLO 3 oferecem contribuições diretas no

âmbito do desafio global de *Adaptação e Mitigação Climáticas*. O HLO 3 apoia a implementação das recomendações do CCDR e do AEM por meio de investimentos relacionados à gestão de recursos naturais, soluções inteligentes em termos de clima, maior resiliência das indústrias e cidades e — o mais importante, dado o perfil único de emissões de gases de efeito estufa do Brasil — o fim do desmatamento ilegal. O progresso neste HLO será acompanhado por três indicadores: (i) emissões de gases de efeito estufa, (ii) taxas de desmatamento e (iii) e perdas estimadas resultantes de eventos hidrometeorológicos extremos. Três objetivos contribuem para este HLO:

- **Melhorar a gestão dos recursos naturais (3.1).** Este objetivo apoia uma abordagem holística para desincentivar o desmatamento e promover a proteção, a gestão sustentável e a restauração de ecossistemas naturais e modificados, beneficiando, assim, o bem-estar humano e a biodiversidade. Portanto, este objetivo contribui diretamente para o desafio global de *Proteção da Biodiversidade e da Natureza*. O apoio consultivo e na área de políticas públicas do BIRD e da IFC ajudará a promover políticas e regulamentos que permitam a ecologização das indústrias, da produção agrícola e do setor financeiro; atraiam capital privado; e promovam incentivos para reduzir o desmatamento e apoiar atividades de reflorestamento. O BIRD e a IFC promoverão cadeias de valor mais sustentáveis, com maior rastreabilidade dos produtos finais, soluções baseadas na natureza e inovações inteligentes em termos de clima, atuando em conjunto com a MIGA, quando relevante. A IFC apoiará empresas privadas na implementação de sistemas de rastreabilidade no agronegócio e no manejo florestal e promoverá fundos de reflorestamento, concessões florestais e outros meios para promover o uso sustentável da terra. Paralelamente, uma parte significativa do programa do BIRD será concentrada na gestão de recursos hídricos e na agricultura, com tecnologias e práticas com baixa emissão de carbono que melhorem a produtividade da terra e desencorajem seu uso extensivo, aumentando, ao mesmo tempo, a adaptação climática na agricultura.

- **Expandir a matriz energética limpa (3.2).** Este objetivo eleva a matriz energética brasileira, que já é limpa, a um patamar mais alto. Ele promove uma independência maior e mais sustentável no consumo interno, ao mesmo tempo que aumenta o potencial exportador do Brasil, contribuindo diretamente para o desafio global de *Acesso à Energia*. O Grupo Banco Mundial apoiará as tecnologias mais recentes e uma maior integração das energias renováveis (por exemplo, hidrogênio verde, amônia verde, biocombustíveis, energia solar e energia eólica). Em especial, o hidrogênio limpo é uma solução importante para a descarbonização de setores que não podem ser descarbonizados com o uso da energia elétrica (por exemplo, siderurgia, cimento, refinarias, transporte pesado etc.) e, portanto, um facilitador de extrema importância para a transformação ecológica do Brasil.

- **Promover cidades e comunidades mais verdes e resilientes (3.3).** Este objetivo concentra-se na transformação das áreas urbanas do Brasil e de comunidades menos desenvolvidas dentro delas em áreas de alta produtividade e habitabilidade. Ele apoia a implementação de diversas soluções de adaptação climática que reduzem as disrupções que os riscos naturais impõem à infraestrutura urbana e de transportes do Brasil, gerando, assim, repercussões positivas na competitividade da economia. Os pontos de entrada específicos incluem mecanismos de preparação para desastres (prevenção de inundações, regeneração urbana e proteção contra deslizamentos de terra), seguros parametrizados em eventos climáticos⁴¹ e outras medidas, como a certificação de edificações verdes implementada com financiamento do BIRD e da IFC e apoiada pelo trabalho de consultoria *upstream* da IFC (além de soluções de redução de riscos da MIGA, sempre que viável).

Quadro 4: Maiores oportunidades para afro-brasileiros, indígenas e mulheres

O Brasil tem a maior população afrodescendente fora da África, com os afro-brasileiros representando 56% da população do país. Juntamente com os povos indígenas e as mulheres, eles enfrentam preconceitos históricos e culturais profundamente enraizados. O enfrentamento desses preconceitos é fundamental para a promoção da equidade racial e de gênero, bem como da justiça social e econômica, pois eles privam sistematicamente mais de metade da população de oportunidades essenciais para conduzir vidas produtivas e contribuir para o progresso social e o crescimento econômico do Brasil⁴².

O governo atual criou, pela primeira vez, um Ministério da Igualdade Racial e um Ministério dos Povos Indígenas, dando, assim, atenção e ímpeto renovados para lidar com essas disparidades. Juntamente com o Ministério das Mulheres e o forte apoio do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda⁴³, essas pastas buscam planejar, coordenar e executar políticas para promover maior igualdade racial e de gênero e combater a discriminação.

Esse ímpeto cria uma oportunidade para o Grupo Banco Mundial consolidar seu forte histórico na área de igualdade racial e de gênero (ver quadro 2). As atividades do HLO 2 beneficiam diretamente os afrodescendentes, os povos indígenas e as mulheres que se encontram em situações de pobreza e exclusão, ao passo que as atividades do HLO 1 e do HLO 3 buscam proporcionar maiores oportunidades para todos os brasileiros, independentemente de sua etnia ou gênero, usando metas e indicadores desagregados, sempre que possível, para ajudar a reduzir as lacunas existentes, inclusive por meio de acesso ampliado ao crédito. Por exemplo, os esforços para desenvolver competências no âmbito do Objetivo 1.3 terão um foco explícito na eliminação de disparidades raciais e de gênero, ao passo que a expansão, a modernização e o aumento da confiabilidade e resiliência das infraestruturas digitais e de transportes (ver Objetivos 1.4 e 3.3) permitirão que grupos específicos façam uso mais amplo de suas competências — e desenvolvam novas — por meio da melhor conectividade com empregos, mercados e serviços. No âmbito do Objetivo 3.1, serão envidados esforços para garantir que as mulheres, os afro-brasileiros e os povos indígenas se beneficiem mais da implementação de práticas ambientais sustentáveis por meio do acesso facilitado a tecnologias de agricultura regenerativa, sistemas produtivos de baixo carbono e financiamento verde, entre outros.

36. Esses três HLOs e nove objetivos estão interligados e se reforçam mutuamente; juntos, eles concentram o programa da CPF no enfrentamento dos desafios mais urgentes para o Brasil. O HLO 1 aumenta a capacidade das pessoas de contribuir diretamente para a prosperidade do país e vice-versa. Seu foco é permitir que a economia crie mais e melhores empregos, melhorando, ao mesmo tempo, a preparação da força de trabalho atual e futura para aproveitar oportunidades de emprego por meio da melhoria da saúde, da educação, da resiliência e da conectividade digital das pessoas. O HLO 2 amplifica esses esforços e fortalece o contrato social, ligando as pessoas mais pobres e vulneráveis a serviços e a outros fatores facilitadores de que necessitam para acessar empregos e mercados e para superar as barreiras econômicas e sociais que enfrentam. Nada disso seria possível, tampouco sustentável, sem o foco do HLO 3 na descarbonização dos setores impulsionadores do crescimento (por exemplo, agricultura, água, energia, indústria farmacêutica, transportes e infraestruturas urbanas) e sem uma maior resiliência aos choques climáticos.

37. Os HLOs também contribuem para melhorar a habitabilidade do Brasil, com externalidades positivas para criar um planeta habitável. Segundo o AEM, o aumento da produtividade, especialmente na indústria manufatureira e nos serviços (HLO 1), é fundamental para reduzir as pressões de

desmatamento, transferindo oportunidades para setores não baseados na terra. Logo, isso pode ajudar a proteger a biodiversidade e a natureza, juntamente com as atividades de uso sustentável almejadas no âmbito do HLO 3. A transformação das áreas urbanas brasileiras em motores de crescimento resilientes e de baixo carbono (HLO 3) será complementada por soluções de transporte seguras, confiáveis e verdes, capazes de conectar as pessoas e a economia de forma ambientalmente limpa (HLO 1 e HLO 2). Isso também apoiará a agenda antirracismo, promovendo desenvolvimento nos assentamentos irregulares mais pobres e menos favorecidos das grandes cidades, onde há uma sobrerrepresentação de afro-brasileiros. A integração de pequenos agricultores a cadeias de valor alimentares sustentáveis e competitivas (HLO 3) e o apoio ao turismo sustentável (HLO 2) ajudarão a aumentar a renda das pessoas (HLO 1) e fortalecerão o envolvimento comunitário e as práticas de inclusão social, inclusive entre empresas do setor privado (HLOs 2 e 1). Juntos, os três HLOs pretendem tornar o Brasil um país mais limpo, mais conectado e mais seguro, com oportunidades para todos. Eles contribuem, também, para a superação de seis dos oito desafios globais, conforme as explicações acima, e podem, portanto, fomentar também o progresso global, inclusive no contexto de intercâmbios Sul-Sul⁴⁴.

38. O alinhamento entre objetivos nacionais e aspirações globais vincula organicamente muitos indicadores da CPF ao emergente *scorecard* corporativo do Grupo Banco Mundial (detalhes no Anexo 1). Alguns exemplos são: (i) os indicadores do HLO 3 de emissões de GEEs, da taxa líquida de desmatamento e dos danos causados por eventos climáticos refletem a Área 6 (*Um Planeta mais verde*); (ii) muitos indicadores em nível de objetivo monitoram o número de pessoas com acesso a serviços, infraestruturas e ativos essenciais (por exemplo, água, saneamento, conectividade digital, transporte, educação, redes de segurança ou títulos fundiários), o que se alinha às Áreas 1, 3, 4, 10 e 11⁴⁵; e (iii) as taxas de emprego, os salários e os indicadores de lacunas nos HLO 1 e HLO 2 subsidiam a Área 8, relacionada a empregos.

3.3 Implementação da Estratégia de Parceria com o País EF24–EF28

39. O programa de empréstimos do BIRD para o EF24 e o EF25 está totalmente alinhado às prioridades desta CPF e deve crescer, atingindo cerca de US\$ 2 bilhões ao ano (ver Anexo 4). Após uma desaceleração no exercício financeiro de 2023 devido às eleições gerais de 2022 e às transições políticas em nível federal e estadual, o nível de demanda por financiamento do BIRD com endosso do governo federal aumentou significativamente. Até março de 2024, doze operações no valor de US\$ 1,77 bilhão já haviam sido aprovadas ou negociadas para o exercício financeiro de 2024, e 18 projetos adicionais no valor de US\$ 2,97 bilhões se encontram em fase de preparação, com CCs aprovadas — além de muitas outras operações em fase de análise. A expectativa é que o *pipeline* oriente ainda mais a carteira para as três regiões prioritárias e alcance um equilíbrio entre três tipos de engajamentos: (i) grandes operações com um único mutuário (inclusive em nível federal); (ii) ações programáticas com múltiplos estados (por exemplo, nas áreas de eficiência dos gastos públicos, agricultura inteligente em termos de clima e infraestruturas resilientes) para permitir a replicabilidade e gerar impacto em escala; e (iii) número selecionado de operações independentes menores, adaptadas às necessidades específicas de desenvolvimento, ao espaço fiscal e à capacidade de implementação de estados e municípios onde há uma grande demanda pelas condições de empréstimo competitivas e pelo forte apoio técnico do BIRD. A “multissetorialidade implementável” recomendada na CLR é compatível com a simplificação do Grupo Banco Mundial e já está refletida na concepção dos projetos do *pipeline*.

40. Os investimentos da IFC atingiram US\$ 6,5 bilhões no EF23⁴⁶, o valor anual mais alto para qualquer país na história da IFC. Os engajamentos futuros apoiarão os três HLOs desta nova CPF. Para cada US\$ 1 de recursos próprios investidos, a IFC mobilizou US\$ 2,20 adicionais de outros credores nos últimos dois anos, uma estratégia que continuará a alavancar um impacto ampliado do Grupo Banco Mundial. O financiamento às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) canalizado através de bancos privados em moeda local, atualmente no valor de US\$ 2,4 bilhões, crescerá ainda mais para enfrentar um dos principais fatores da estagnação da produtividade brasileira, com parcelas maiores destinadas a empresas chefiadas por mulheres. A infraestrutura, outro gargalo para a produtividade, também é uma prioridade da IFC, com investimentos futuros direcionados a regiões e setores mal atendidos, nos quais o Brasil fica atrás de seus pares (por exemplo, transporte e saneamento). A IFC também apoiará melhorias na qualidade dos serviços e produtos básicos por meio de uma maior participação do setor privado. A IFC manterá sua pegada na prestação de serviços privados de saúde e educação, além de promover novos marcos de PPP para melhorar a eficiência dos serviços públicos e o acesso universal às necessidades básicas. Por fim, a IFC apoiará o Brasil na realização de seu potencial verde por meio de investimentos na restauração de terras degradadas, na ampliação do setor florestal e num modelo de agricultura inteligente em termos de clima. Ela também ajudará a atrair investimentos privados para aproveitar a matriz energética renovável do país (ajudando a criar indústrias de hidrogênio verde, amônia e metanol); descarbonizar setores em que é mais difícil reduzir as emissões; inovar e expandir o uso de biocombustíveis; e integrar as empresas brasileiras a cadeias de valor globais. Cerca de 60% da carteira da IFC no Brasil já é identificada como climática, bem acima da média da região de 46%, e a expectativa é que aumente ainda mais⁴⁷.

41. A exposição em aberto da MIGA no Brasil era de US\$ 101 milhões em março de 2024, relativa a uma garantia soberana não honrada emitida em 2014 para o setor de transportes do estado de São Paulo como parte de um pacote de financiamento conjunto MIGA-BIRD. No futuro, a MIGA aproveitará o BIRD e a IFC para explorar novas oportunidades de abordagens conjuntas, inclusive para replicar a estrutura de São Paulo em escala e, assim, otimizar a mobilização de capital privado. Também serão oferecidas garantias da MIGA em apoio ao financiamento em moeda local, por exemplo, a entidades subsoberanas. As áreas focais incluem financiamento climático, infraestrutura, PPPs, financiamento do comércio, finanças municipais e agricultura sustentável.

42. A agilidade e a flexibilidade continuarão a ser fundamentais para que o Grupo Banco Mundial possa responder com eficácia à demanda. Ao longo da história, a maior parte dos empréstimos do BIRD tem sido dirigida diretamente a entidades subnacionais, que só podem contrair empréstimos quando a União concorda em fornecer ao BIRD uma garantia de pagamento⁴⁸. Essa estrutura é exclusiva do Brasil e envolve vários processos adicionais que fogem ao controle do BIRD, tais como (i) aprovação preliminar do conceito do projeto pelo governo federal (ou carta-consulta — CC) antes que a preparação do projeto possa começar; (ii) aprovação pelo Legislativo local de uma lei autorizando o andamento do projeto; e (iii) múltiplas etapas em nível federal, desde as negociações até a aprovação do Senado — tudo antes de os empréstimos serem assinados. Entre o EF18 e o EF23, o tempo de preparação de um projeto desde a aprovação da CC até a aprovação pelo Conselho do BIRD foi, em média, de 12 meses (em comparação com 24 meses há 15 anos), mas foram necessários 14 meses — em média — para a aprovação do Senado e a assinatura do empréstimo (em comparação com apenas seis meses 15 anos atrás). O governo aumentou recentemente a transparência de seus processos e criou duas novas janelas de financiamento (uma para financiamento sustentável e outra para PPPs), o que pode ajudar a superar alguns desses desafios no futuro. Para a IFC e a MIGA, há um caminho mais simples para fornecer produtos financeiros

(por exemplo, compartilhamento de riscos, investimentos tradicionais em dívida e capital, ou soluções de redução de riscos) para apoiar o crescimento e a expansão do dinâmico setor privado do país. A IFC também pode apoiar empresas públicas e bancos de desenvolvimento para que consigam superar falhas de mercado nos mercados de crédito. As garantias da MIGA podem ser usadas para atrair investimentos estrangeiros para setores prioritários por meio da redução dos riscos de estruturas financeiras. Em termos gerais, dadas as restrições existentes ao acesso a garantias soberanas, o crescimento e o impacto do programa do Grupo Banco Mundial dependerão de sua capacidade de mobilizar capital privado.

43. O Grupo Banco Mundial continuará a buscar formas de ajudar a simplificar, inovar e abrir caminho em áreas transformadoras. No Brasil, não faltam grandes ideias inovadoras, mas pode ser necessário muito trabalho para superar os obstáculos legais e políticos e alcançar algum progresso. No entanto, as recompensas resultantes podem ser imensas. Por exemplo, a IFC foi pioneira no financiamento climático e em instrumentos ligados à sustentabilidade (empréstimos azuis e verdes, ou compromissos para a redução de GEEs), atraindo clientes do setor privado para esses marcos. A IFC também está apoiando inovações revolucionárias, como, por exemplo, ao adquirir debêntures da EcoRodovias para cobrir taxas de concessão num momento de escassez de crédito e ao emitir o primeiro empréstimo azul em apoio à universalização dos serviços de esgotamento sanitário. Por sua vez, o BIRD começou recentemente a trabalhar com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para conceder financiamento climático por meio de seus canais a municípios menores, que o BIRD não consegue alcançar diretamente. O BIRD também está finalizando um projeto integrado de mobilidade urbana com um consórcio de 11 municípios no estado de Santa Catarina, usando mecanismos de pagamento que levam em consideração as diferentes capacidades de pagamento de cada município. Se for bem sucedido, o projeto permitirá investimentos privados em melhorias adicionais na rede de transportes urbanos (inclusive uma travessia do rio bastante necessária). Além disso, o BIRD está alavancando o capital do Banco do Brasil (numa proporção de 3 para 1) para melhorar as ofertas de financiamento climático para clientes empresariais, permitindo ajustes nas taxas de juros com base nas reduções das emissões de GEEs e trabalhando para converter as emissões evitadas de GEEs em créditos potenciais de carbono. Todas as três entidades do Grupo Banco Mundial continuam a buscar novas oportunidades para interagir com novos clientes e beneficiários em maior escala, inclusive trabalhando em estreita colaboração com o governo federal para superar barreiras institucionais à utilização de instrumentos de garantia. Tanto o BIRD quanto a IFC estão cooperando com governos subnacionais e empresas estatais para utilizar PPPs de forma a melhorar a qualidade e a prestação de serviços públicos, o que poderia abrir novas oportunidades para a MIGA. Sempre que possível, o BIRD continuará a expandir o uso de sistemas nacionais de GFP em toda sua carteira e acelerará o uso dos sistemas de salvaguardas brasileiros para requisitos selecionados do MAS.

44. Com base em seu sólido histórico, a IFC, o BIRD e a MIGA aprofundarão sua coordenação logo de início para garantir o sequenciamento e complementaridade ideais entre engajamentos públicos e privados. Já existem muitas oportunidades inovadoras nos segmentos de veículos elétricos, hidrogênio verde, rastreabilidade agrícola e cadeias de valor verdes. Por exemplo, a IFC está desenvolvendo modelos alternativos para financiar concessionárias, empresas de serviços públicos e municípios interessados em substituir suas frotas de ônibus a diesel por veículos elétricos, e o BIRD está ajudando entidades do setor de transportes a superar lacunas regulatórias e a compensar as concessionárias no processo de substituição. Nos segmentos de hidrogênio verde e amônia, o BIRD está financiando adaptações no Porto do Pecém (e possivelmente em outros portos do Nordeste). Isso abre oportunidades para a IFC participar de estudos de viabilidade e financiar patrocinadores privados para instalar usinas de eletrólise de pequena

escala como prova de conceito. Na gestão de ativos públicos, os projetos de DPF do BIRD ajudam as entidades subnacionais a criar um ambiente regulatório mais favorável, ao passo que as operações do Progestão apoiam a melhoria dos sistemas públicos por meio de assistência técnica extensiva⁴⁹. Quando ambos os engajamentos se materializam no mesmo estado, surgem oportunidades para a IFC apoiar entidades privadas interessadas na compra ou aluguel desses ativos, inclusive para a promoção de moradia social ou energia solar. Além disso, a IFC e o BIRD também poderiam expandir ainda mais suas complementaridades na rastreabilidade de produtos agropecuários. Ademais, a IFC pode ajudar os grandes produtores a cumprir integralmente as regras vigentes de maneira a criar cadeias de valor mais verdes e maiores oportunidades comerciais em mercados *premium*, ao passo que o BIRD pode fornecer assistência técnica e financeira específicas (por meio de intermediários) a pequenos produtores que não tenham os meios para obtê-las por conta própria. A MIGA também vem debatendo opções de financiamento com entidades subnacionais para projetos de melhoria de crédito por meio de garantias. Por fim, o BIRD, a IFC e a MIGA planejam desenvolver uma estratégia conjunta específica no setor de água e saneamento.

Operacionalização do novo Manual do GBM no Brasil

45. O Roteiro de Evolução do Grupo Banco Mundial oferece oportunidades tempestivas para o Brasil se beneficiar ainda mais. Graças às transformações em andamento no Grupo Banco Mundial, como a ampliação de sua visão e missão, a introdução de um novo manual e a expansão de sua capacidade de financiamento, esta CPF está prestes a incubar oportunidades melhores, mais ousadas e mais amplas para enfrentar os desafios mais prementes do Brasil. Abordagens complementares para promover avanços em relação a indicadores essenciais, como parte do *scorecard* do Grupo Banco Mundial, em constante evolução, e para alavancar os novos Programas de Desafios Globais (GCPs) são analisadas no Anexo 1. Abordagens mais simples, rápidas e inovadoras para a produção de resultados, juntamente com novas parcerias ousadas necessárias para concretizar os propósitos desta CPF, são analisadas abaixo.

46. Para obter escala e replicabilidade, o Grupo Banco Mundial está agregando subprojetos e ampliando suas intervenções com clientes e entidades específicas (como grandes corporações, instituições financeiras privadas, bancos de desenvolvimento locais e consórcios de municípios⁵⁰) para alcançar mais beneficiários com mais rapidez. Ao fazê-lo, tenta aprender com engajamentos anteriores a fim de aumentar sua eficiência e mitigar eventuais riscos pendentes. Por exemplo, novas abordagens programáticas multifásicas (MPAs) permitirão que vários estados brasileiros incubem e compartilhem soluções inovadoras para desafios comuns (por exemplo, por meio de sistemas de agricultura inteligente em termos de clima e de infraestruturas resilientes, entre outros) e concorram, de forma amigável, para identificar as abordagens mais bem-sucedidas. Isso permitirá às autoridades federais apoiar e racionalizar a expansão dessas iniciativas em nível nacional. Além disso, os engajamentos do BIRD e da IFC com bancos públicos e privados beneficiam-se, agora, de avaliações institucionais mais robustas e se concentram na resolução de falhas claras do mercado (por exemplo, ao aumentar a capacidade das PMEs de tornarem suas cadeias de valor mais ecológicas e de participarem de esforços de rastreabilidade, ou ao apoiar a cadeia de valor do agronegócio para desenvolver a restauração de terras degradadas) com o propósito de evitar distorções financeiras indevidas. Por fim, o Grupo Banco Mundial garantirá maior seletividade em projetos repetidos, financiando apenas aqueles que ofereçam maior adicionalidade ou impacto de desenvolvimento em grande escala.

47. Com uma robusta mobilização de receitas (37% do PIB⁵¹ em 2022), o BM pretende ajudar o governo brasileiro a criar espaço fiscal adicional, alcançando maior eficiência de gastos. A série Progestão — já aprovada em cinco estados e com vários outros em fase de preparação como parte de uma MPA — promove ganhos de eficiência fiscal em setores-chave e funções de todo o governo. Vários DPFs em fase de implementação ou preparação (por exemplo, com o município do Rio de Janeiro e os estados de Sergipe e Alagoas) também contribuem para essa agenda com reformas na gestão das finanças públicas. O BIRD também apoia vários projetos com abordagens de financiamento baseado em resultados (RBF), inclusive dois programas para resultados (P4Rs) em nível federal para melhorar a eficiência e o impacto dos gastos públicos com educação; um P4R sobre a modernização do setor público, em parceria com o estado do Paraná; e vários financiamentos de políticas de investimento (IPFs) com indicadores vinculados a desembolsos (DLIs), por exemplo, para aumentar a eficiência e o impacto dos serviços de assistência social, educação e saúde no município de Salvador.

48. O Grupo Banco Mundial também se esforçará para operar de forma integrada — entre o BIRD, a IFC e a MIGA — para viabilizar as melhores soluções públicas e privadas para o Brasil, inclusive atraindo e mobilizando capital privado (ver detalhes no quadro 5 e na seção relativa a cada HLO). Por exemplo, um investimento histórico da IFC numa grande indústria de papel e celulose mobilizou US\$ 5 por cada US\$ 1 financiado, ao mesmo tempo que propunha soluções para importantes questões ambientais. Um projeto pioneiro do BIRD com um banco nacional de desenvolvimento (Banco do Brasil) como intermediário financeiro expandirá o financiamento vinculado à sustentabilidade para a mitigação climática e deve alavancar US\$ 3 em capital privado para cada US\$ 1 emprestado. Esses exemplos estabelecem precedentes positivos para abordagens semelhantes em matéria de bioeconomia, restauração de florestas e pastagens e aumento da resiliência e sustentabilidade em nível municipal (ver quadro 6). DPFs adicionais financiados pelo BIRD em nível estadual com o objetivo de eliminar os principais gargalos para atrair o setor privado e um programa de consultoria da IFC sobre PPPs como veículo essencial de mobilização de capital privado — ambos baseados nos exemplos de sucesso descritos no quadro 2 — atrairão mais capital privado para projetos essenciais. O programa de PPPs da IFC inclui uma carteira diversificada de 27 transações que poderão gerar até US\$ 30 bilhões em investimentos privados em 11 estados ao longo dos próximos dez anos.

Quadro 5: Sinergias ampliadas em todo o Grupo Banco Mundial

O BIRD, a IFC e a MIGA estão ampliando suas sinergias para alavancar maior financiamento público e privado em apoio às prioridades do Brasil, incluindo os seis eixos do PTE (financiamento sustentável; adensamento tecnológico; bioeconomia; transição energética; economia circular; e nova infraestrutura e adaptação às mudanças climáticas). Alguns exemplos ilustrativos são:

Financiamento relacionado ao clima: A carteira de ativos verdes do Grupo Banco Mundial no sistema financeiro tem espaço para crescer. As equipes de instituições jurídicas e financeiras da IFC estão contribuindo com ideias sobre estruturação, políticas e procedimentos de um fundo de financiamento climático apoiado pelo BIRD a fim de aumentar sua atratividade para investidores privados. O BIRD e a IFC também estão unindo forças para apoiar o Ministério da Fazenda no desenvolvimento e utilização de uma taxonomia de projetos sustentáveis.

Manejo e restauração florestal e agricultura sustentável: O apoio do BIRD às reformas de políticas públicas para acelerar a regularização ambiental e fundiária e para promover um ambiente geral mais favorável cria condições atraentes para investimentos privados na gestão dos recursos naturais, na

restauração florestal e na agricultura sustentável, incluindo a restauração de terras degradadas. Por meio de clientes atuais e potenciais (por exemplo, Amaggi, Suzano e Louis Dreyfus Company), a estratégia *upstream* da IFC oferecerá apoio adicional ao setor privado para ampliar a restauração e o monitoramento da biodiversidade, inclusive para ajudar na identificação de metas de restauração para terras degradadas no Cerrado, na Mata Atlântica e na Amazônia⁵². Há oportunidades adicionais de colaboração em investimentos em agricultura sustentável e cadeias de valor (por exemplo, para o cacau). A MIGA também está debatendo a mobilização de financiamento privado em apoio à agricultura sustentável com uma importante instituição bancária.

Transporte (mobilidade elétrica e rede ferroviária): A IFC e o BIRD participaram de um diálogo conjunto sobre políticas públicas com os municípios de Belo Horizonte e São Paulo relativo à introdução de ônibus elétricos (em fase-piloto) e aos desafios regulatórios relacionados. A expectativa é que isso leve a outros engajamentos semelhantes. A IFC tem um mandato consultivo junto ao governo federal para a estruturação da ferrovia FICO-FIOL, o que é complementar ao apoio do BIRD ao ambiente regulatório do setor ferroviário e abre espaço para a MIGA também apoiar esses engajamentos.

Água e saneamento: Uma transação recente da IFC no setor de água e saneamento (DesenvolveSP) resultou do aumento da coordenação entre as equipes de Infraestrutura e PPPs da IFC e as equipes de Recursos Hídricos do BIRD. A expectativa é que isso abra espaço para outras ações semelhantes, e a MIGA permanece ativamente empenhada na exploração de oportunidades para operações conjuntas.

Edificações verdes e cidades resilientes: A equipe de Desenvolvimento Urbano do BIRD trabalha em coordenação com a estratégia *upstream* da IFC na promoção de mais edificações verdes nas cidades da Amazônia. O governo federal, por meio do Ministério das Cidades, estabeleceu uma série de prioridades nacionais para a criação de *Cidades Resilientes e Sustentáveis*. Estão previstos investimentos para o novo programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*; resiliência a desastres; urbanização de favelas levando os riscos em consideração; saneamento urbano; gestão de resíduos sólidos; e investimentos estruturais para a redução de riscos. Paralelamente, vários bancos brasileiros pretendem financiar investimentos urbanos e de resiliência em nível estadual e municipal por meio de programas expandidos do setor público. Esse contexto em constante evolução proporciona excelentes oportunidades para o Grupo Banco Mundial inovar na área das PPPs e promover um desenvolvimento urbano mais resiliente.

Incorporação de *feedback* e aprendizados

49. A nova CPF referente ao período do EF24–EF28 incorpora lições relevantes da CPF anterior. De acordo com a Revisão de Conclusão e Aprendizagem (CLR) de 2023, apresentada no Anexo 2, as lições mais relevantes para esse próximo engajamento quinquenal referem-se aos seguintes aspectos: (i) necessidade de estratégias diferenciadas para cada região geográfica; (ii) importância de interagir com diversos clientes, explorando, ao mesmo tempo, novos instrumentos e modalidades de financiamento inovadoras para produzir um impacto mais rápido e em maior escala; (iii) calibragem pragmática do marco de resultados da CPF, com metas que estabeleçam um equilíbrio realista entre escala e atribuíbilidade; (iv) necessidade de medidas de mitigação personalizadas e flexibilidade incorporada para superar procedimentos governamentais complexos, inclusive no nexo entre investimentos públicos e privados; e (v) esforços sustentados para reforçar a capacidade dos clientes mediante o uso mais frequente dos sistemas nacionais, sempre que possível.

50. Amplas consultas no âmbito da CPF geraram *insights* e sugestões valiosas de partes interessadas públicas e privadas. Essas consultas (que abrangem o período de junho de 2023 a fevereiro de 2024) envolveram uma vasta gama de partes interessadas internas e externas, incluindo o governo federal; entidades subnacionais; o setor privado; associações empresariais; lideranças jovens e femininas; representantes de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; e parceiros bilaterais e multilaterais. A Presidência também apoiou consultas no âmbito da CPF com o Conselho da Federação (composto por representantes regionais que coordenam estratégias subnacionais comuns) e com o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (que reúne representantes de destaque da sociedade civil, ambiente acadêmico, sindicatos e setor privado). A importância de oportunidades de educação e formação de qualidade foi sistematicamente mencionada como uma restrição importante e uma prioridade máxima para o Brasil. Outros temas enfatizados incluíram a importância da transformação digital e da tecnologia acessível para oferecer igualdade de condições; o impacto negativo do "Custo Brasil" para empreendedores (inclusive *startups*) envolvidos em transações rotineiras; a falta de coordenação eficiente entre vários prestadores de serviços públicos no mesmo estado ou município; a elevada correlação entre pobreza, falta de habitação digna e acessível, fome e insegurança alimentar; o impacto generalizado do racismo estrutural no Brasil e, portanto, a necessidade de incluir as disparidades raciais como um tema transversal para garantir que os povos indígenas e os afro-brasileiros possam contribuir com soluções e *know-how*; a importância de priorizar intervenções relacionadas ao clima em biomas inter-relacionados (e não apenas na Floresta Amazônica); e os benefícios de apoiar cadeias de valor inteiras para promover maior sustentabilidade e geração de empregos. A riqueza das consultas resultou num compromisso compartilhado de manter um diálogo durante a implementação da CPF para ajudar a apoiar sua implementação e adaptação ao longo do tempo.

51. Com base em todo o *feedback* recebido, há várias áreas nas quais o Grupo Banco Mundial atuará de forma diferente durante o período do EF24 ao EF28. O Grupo Banco Mundial oferecerá apoio a áreas específicas do setor financeiro do Brasil para promover a modernização das políticas do setor; mobilizar capital; desenvolver novos instrumentos financeiros e emissões de títulos temáticos; expandir o acesso ao financiamento para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e setores desfavorecidos; e redirecionar o setor bancário rumo a práticas mais sustentáveis, especificamente em apoio ao PTE. Ademais, fornecerá apoio limitado ao reforço da capacidade estatística e à gestão das finanças públicas em nível federal para intervenções específicas, dada a capacidade existente nessas áreas. O BIRD não prevê um grande envolvimento na regulamentação das relações trabalhistas (exceto por uma demanda explícita de apoio a uma pesquisa independente sobre os trabalhadores de plataformas digitais). O BM atuará pouco no setor no ensino superior devido à baixa demanda e às regras de financiamento desafiadoras, embora a IFC continue a apoiar as instituições privadas de ensino superior que oferecem opções acessíveis para estudantes oriundos de ambientes desfavorecidos. Em linha com uma recomendação de junho de 2022 do Grupo de Avaliação Independente (IEG) do Grupo Banco Mundial, a IFC manterá o congelamento dos investimentos em escolas privadas de ensino fundamental e médio que cobram mensalidades⁵³. Além disso, a IFC continuará a aplicar sua lista de exclusão, e o Grupo Banco Mundial não investirá nos setores de carvão, petróleo e gás. As atividades da MIGA serão ancoradas na mesma abordagem de seletividade.

52. O Grupo Banco Mundial também será seletivo na forma como pretende implementar a nova série de trabalhos analíticos no Brasil. O BIRD concluiu diversas análises centrais no período EF22–EF23. Durante a primeira metade do governo atual, o foco será a implementação de achados e recomendações importantes para produzir maior impacto em nível nacional e replicar os sucessos de desenvolvimento. A

combinação específica de assistência técnica e estudos continuará a ser priorizada de acordo com a demanda dos clientes (por exemplo, em apoio a reformas estruturais importantes, ao fortalecimento das instituições e à presidência brasileira do G20) e para manter a vantagem de um banco de conhecimentos. Importantes estudos analíticos (por exemplo, o relatório de Revisão do Financiamento Público Verde) ainda estão em curso, mas a expectativa é que sejam lançados menos estudos amplos até o período de 12 a 18 meses antes das próximas eleições gerais⁵⁴. A IFC continuará a alavancar seus serviços de consultoria, inclusive a consultoria *upstream*, quer através do desenvolvimento de novos modelos para financiar autocarros eléctricos, quer apoiando empresas farmacêuticas na internacionalização, quer através da exploração de novos mercados em circularidade, entre outros. Ademais, continuará a fornecer adicionalidade não financeira por meio de conhecimentos globais em áreas como finanças sustentáveis, finanças azuis e boas práticas ambientais e sociais para o setor privado. A MIGA continuará a coordenar suas ações em estreita colaboração com o BIRD e a IFC para aproveitar os conhecimentos mais recentes e aplicar suas soluções de redução de riscos.

53. No futuro, o Grupo Banco Mundial também alavancará parcerias e fontes de financiamento adicionais (tais como investimentos privados, inclusive por meio de mercados de capitais, doações e recursos concessionais) para enfrentar desafios globais. O GBM pretende ampliar seus níveis atuais de assistência técnica, com o apoio de doadores (por exemplo, o Programa de Investimento Florestal [FIP], o Fundo Global para o Meio Ambiente [GEF] e o Fundo de Investimento Climático [CIF], além dos programas Natureza, Pessoas e Clima [NPC] e Integração de Energias Renováveis [REI]) para promover a conservação ambiental em biomas importantes e aumentar a capacidade de implementação para a promoção de desenvolvimento sustentável. Também explorará abordagens para aproveitar parcerias e contribuições significativamente maiores (ver quadro 6). O financiamento concessional adicional no contexto dos seis GCPs do Grupo Banco Mundial ajudaria a incentivar o Brasil a apoiar mais bens públicos globais durante o período desta CPF, incluindo a proteção da Floresta Amazônica e de sua biodiversidade. Como esses recursos provavelmente permanecerão escassos para os PRMAs, o Grupo Banco Mundial apoiará o Brasil na seleção das atividades mais cruciais, como, por exemplo, no contexto do Plano de Transformação Ecológica do país, em que uma infusão de recursos concessionais poderia produzir grandes impactos positivos.

Quadro 6: São necessárias parcerias novas e ousadas para concretizar as ambições desta CPF.

O Grupo Banco Mundial está fortalecendo suas parcerias para contribuir com soluções ambiciosas que ajudem a mudar a vida da população brasileira. O Grupo Banco Mundial e o BID assinaram um memorando de entendimento (MdE) em agosto de 2023 para estabelecer parcerias sobre desenvolvimento sustentável na região amazônica e transformação digital e conectividade, com foco especial na educação. Isso gerará economias de escala e capitalizará a capacidade de mobilização de ambas as instituições para ajudar o Brasil a alcançar metas ambiciosas em termos de desmatamento líquido zero, atividades de bioeconomia e desenvolvimento sustentável na Amazônia, ao mesmo tempo que permitirá um progresso maior na infraestrutura pública digital, na conectividade das escolas e na promoção das competências digitais dos professores. O GBM e o BID também estão explorando novos títulos da Amazônia para capitalizar a nova taxonomia sustentável do Brasil, atrair novos financiamentos para o país e emular abordagens semelhantes em outros países vizinhos. Além disso, a IFC e o BID lançaram a Rede Financeira da Amazônia durante a COP28, juntamente com 24 signatários fundadores, para mobilizar capital, compartilhar conhecimentos sobre soluções de financiamento inovadoras e gerar sinergias com o setor público para gerar oportunidades de emprego por meio de MPMEs na Amazônia.

O BIRD também está atuando em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para implementar o Fundo Clima⁵⁵. Além disso, faz parte de um grupo de trabalho com potenciais doadores e países beneficiários, cujo objetivo é determinar a viabilidade e as principais características de um novo Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF). Se viável, o fundo ajudaria a atrair novos investidores (por exemplo, investidores soberanos, fundos soberanos, fundos de pensão) para apoiar a proteção das florestas tropicais no Brasil e em outros países. Uma parceria complementar entre o Grupo Banco Mundial e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) apoiará atualizações do Sistema de Monitoramento da Amazônia, um observatório de alta tecnologia criado para rastrear dados em tempo real sobre cobertura florestal e gestão da água e do fogo⁵⁶.

O Grupo Banco Mundial está ampliando ainda mais suas parcerias com bancos de desenvolvimento nacionais e regionais, consórcios e entidades de pesquisa, inclusive o BNDES, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste (BNB), o Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com o propósito de atingir as principais metas de desenvolvimento nacional. Já existem esforços conjuntos para criar uma nova unidade de produção de hidrogênio de baixo carbono, apoiar a energia renovável em todo o Nordeste, melhorar o capital privado e o acesso ao crédito para os pequenos agricultores e a bioeconomia do Brasil e fomentar outras soluções inteligentes em termos de clima, inclusivas e sustentáveis para a agricultura e a resiliência das cidades.

54. Por fim, a plataforma Brasil Aberto⁵⁷, lançada em 2021, continuará a melhorar a comunicação, a transparência e os dados em tempo real no que diz respeito ao desempenho do programa do Grupo Banco Mundial ao longo do período desta nova CPF. A plataforma Brasil Aberto é uma ferramenta interativa *online* que monitora os indicadores da CPF usando plataformas de dados abertos do governo, entre outras fontes. Também aproveita as redes sociais para acompanhar o sentimento público sobre os investimentos, a assistência técnica e as análises do Grupo Banco Mundial nos níveis federal e subnacional. Seu recurso de “supervisão inteligente” apresenta os resultados concretos das ações do GBM.

IV. GESTÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS AO PROGRAMA DA CPF

55. O risco global para o programa da CPF, com base na probabilidade de se atingirem seus objetivos uma vez incorporadas as medidas de mitigação, é classificado como moderado. As bases macroeconômicas melhoraram e os riscos residuais são considerados moderados nesta fase. A evolução dos preços das *commodities* e seu impacto no Brasil ao longo do período desta CPF dependerão da evolução da demanda em meio a uma possível desaceleração global, especialmente da China (o maior parceiro comercial do Brasil), tensões geopolíticas e condições climáticas desfavoráveis. Um progresso mais lento que o esperado rumo a um ajuste fiscal pode atrasar a estabilização da dívida pública e limitar a futura margem de manobra política. Esse risco será monitorado e mitigado no contexto dos riscos gerais políticos e de governança, conforme explicado em mais detalhes a seguir.

56. Duas subcategorias (*Riscos políticos e de governança e Riscos de capacidade institucional de implementação e sustentabilidade*) são classificadas como substanciais. Não está certo se o Brasil terá incentivos, capacidade e apoio suficientes para aproveitar ao máximo a breve janela de oportunidade para realizar avanços reais em relação aos desafios urgentes que enfrenta. Depois de um ano no poder, o

governo desfruta de níveis de confiança relativamente altos entre os brasileiros. Os principais programas do governo e as reformas introduzidas durante esse breve período beneficiaram-se de amplas consultas e foram bem recebidos pelas principais partes interessadas. No entanto, a sociedade brasileira ainda enfrenta divisões profundas, e as próximas eleições (municipais, no final de 2024; e federal e estaduais, no final de 2026) podem afetar o ritmo das reformas e o nível de estabilidade e compromissos necessários para alcançar plenamente os objetivos da CPF até junho de 2028. O Grupo Banco Mundial mitigará esses riscos com ajustes proativos em seu programa sempre que necessário, inclusive envolvendo o setor privado. O risco relacionado à *Capacidade institucional de implementação e sustentabilidade* também é *substancial*, levando em consideração o desvio intencional rumo a maiores investimentos nas regiões Norte e Nordeste, onde as lacunas institucionais permanecem maiores que em outras partes do Brasil. Esse risco será mitigado por meio de um foco sistemático na governança e no fortalecimento das instituições em todos os HLOs e objetivos, conforme descreve mais detalhadamente o quadro 3. O Grupo Banco Mundial continuará a monitorar de perto todos os riscos ao longo do período da CPF, e as medidas de mitigação relevantes serão atualizadas regularmente, inclusive na fase de PLR.

Tabela 2: Riscos para o programa da CPF

Categorias de riscos	Classificação*
1. Riscos políticos e de governança	S
2. Riscos macroeconômicos	M
3. Riscos de estratégias e políticas setoriais	M
4. Riscos de concepção técnica do projeto ou programa	M
5. Riscos de capacidade institucional de implementação e sustentabilidade	S
6. Riscos fiduciários	M
7. Riscos ambientais e sociais	M
8. Riscos de partes interessadas	B
9. Outros riscos	M
CLASSIFICAÇÃO GERAL	M

* A = alto(s); S = substancial(is); M = moderado(s); e B = baixo

Notas

¹ Detalhes adicionais sobre políticas sugeridas podem ser encontrados em Banco Mundial (2022), *Opportunities for All – Brazil Policy Notes 2023*, disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/969f34ab-f98d-53c2-8432-5df1db1c7197>.

² O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) distingue cinco categorias raciais e étnicas em suas pesquisas domiciliares, que adotam o sistema de autodeclaração: preta (geralmente entendida como afrodescendentes de pele escura), parda (geralmente afrodescendentes de pele clara ou pessoas mestiças), indígena, amarela (descendentes de asiáticos) e branca. Nesta CPF, o termo *afro-brasileiro* refere-se conjuntamente a pessoas *pretas* e *pardas*.

³ Ver, por exemplo:

<https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects> e

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/10/10/world-economic-outlook-october-2023>.

⁴ Informações detalhadas estão disponíveis em Banco Mundial (2023), *Relatório sobre Clima e Desenvolvimento do Brasil (CCDR)*, disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/a713713d-0b47-4eb3-a162-be9a383c341b>.

⁵ Exposição da carteira comprometida, incluindo operações e instrumentos sindicados.

-
- ⁶ A Secretaria do Tesouro Nacional divulga o teto anual das garantias federais para empréstimos de IFIs até o final de março de cada ano. Desse envelope anual, os empréstimos do BIRD costumam representar de 20% a 25% das garantias concedidas, e outras IFIs — principalmente o BID, o NDB e a CAF — absorvem o resto.
- ⁷ O conceito de “adicionalidade” capta a premissa de que as contribuições da IFC vão além do que está disponível no mercado e não excluem o setor privado. No período desta CPF, a adicionalidade da IFC terá um foco maior na introdução de indicadores-chave de desempenho (KPIs) ligados à sustentabilidade em seu financiamento privado; no aproveitamento de seus conhecimentos e experiência como instituição de desenvolvimento global e definidora de normas, especialmente no que diz respeito a normas ambientais e sociais (NAS); no apoio a estudos de viabilidade em novos mercados ou novas tecnologias que impulsionem o crescimento das empresas no futuro; na adoção de uma visão de mais longo prazo (em comparação com outros *players* do mercado) e de um papel anticíclico; na ancoragem das transações de mercados de capitais, especialmente em setores onde ainda estão subdesenvolvidas; e na oferta de ajuda aos clientes para que desenvolvam estratégias em segmentos carentes (por exemplo, dimensões de renda, gênero e raça).
- ⁸ Engbom, Niklas; Moser, Christian. 2022. *Earnings Inequality and the Minimum Wage: Evidence from Brazil*. *American Economic Review* 112 (12): 3803–3847.
- ⁹ Para resolver essas questões, o governo lançou 25 ações em 2023 para proteger os direitos e melhorar a desigualdade de gênero, além de outras 13 ações para promover a igualdade racial.
- ¹⁰ Os detalhes resumidos no parágrafo estão disponíveis na atualização do SCD de 2023.
- ¹¹ Conforme detalha a atualização do SCD de 2023, as receitas e despesas do governo geral (GFSM) passaram, respectivamente, de 37,7% e 41,1% do PIB em 2004 para 43,3% e 46,4% do PIB em 2022.
- ¹² O relatório (disponível em <https://www.transparency.org/en/cpi/2023>) ressalta os vínculos entre corrupção e integridade judicial, destacando os desafios enfrentados pelo Brasil no que diz respeito a interferências institucionais, reverses legais e comprometimento dos órgãos de supervisão.
- ¹³ O “Custo Brasil” refere-se aos custos operacionais adicionais associados à realização de negócios no Brasil, que tornam os bens e serviços brasileiros mais caros em comparação com outros países.
- ¹⁴ Detalhes adicionais sobre políticas sugeridas podem ser encontrados em Banco Mundial (2022), *Opportunities for All – Brazil Policy Notes 2023*, disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/969f34ab-f98d-53c2-8432-5df1db1c7197>.
- ¹⁵ https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/October/weo-report?c=223,924,233,534,536,273,199,&s=GGXWDG_NGDP,&sy=2021&ev=2028&ssm=0&scsm=1&sc=0&ssd=1&ssc=0&sic=0&sort=country&ds=.&br=1
- ¹⁶ Desde o início de 2023, o Ministério do Planejamento e Orçamento tem uma unidade específica (Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos) encarregada de avaliar e melhorar a qualidade das despesas públicas.
- ¹⁷ A classificação de crédito do Brasil é BB (perspectiva estável) segundo a Standard & Poor's; Ba2 (perspectiva estável) segundo a Moody's; e BB (perspectiva estável) segundo a Fitch.
- ¹⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/economia/noticia/2023-07/default-cases-brazil-record-first-decline-2023>
- ¹⁹ O governo considera que um pouco de crédito direcionado pode ser uma ferramenta útil para promover setores estratégicos considerados vitais para o desenvolvimento econômico de longo prazo e nos quais haja falhas de mercado claras.
- ²⁰ O Bolsa Família, que é, por definição, um programa de transferência condicionada de renda, foi rebatizado Auxílio Emergencial e, em seguida, Auxílio Brasil pelo governo anterior. Em 2023, voltou a assumir seu nome original. Algumas das condicionalidades tiveram de ser suspensas durante a pandemia, mas foram posteriormente restauradas.
- ²¹ O governo adotou uma série de medidas para reduzir a pobreza a partir de 2023, inclusive por meio do programa Bolsa Família, do Plano Brasil Sem Fome e da retomada do Minha Casa, Minha Vida, entre outras.
- ²² Os programas adicionais implementados em 2023 (Brasil Sem Fome; Minha Casa, Minha Vida) podem ter contribuído ainda mais para a redução da pobreza.
- ²³ Os desafios relacionados a *Fragilidades e Conflitos e Prevenção e Preparação para Pandemias* (ou seja, os Desafios Globais (ii) e (iii), respectivamente) não são particularmente relevantes no Brasil em comparação com outros países, embora o Brasil certamente contribua para melhorias globais nessas áreas.
- ²⁴ <https://documentsinternal.worldbank.org/Search/34120723>.
- ²⁵ O Relatório de Desenvolvimento Mundial (RDM) de 2024 sobre o Crescimento Econômico nos Países de Renda Média (ainda não publicado) documenta o papel crucial da produtividade no sentido de permitir que os PRMAs escapem à chamada “armadilha da renda média” mediante um crescimento sustentado ao longo do tempo. O Brasil não é exceção a essa regra. O

país não alcançará o *status* de país de renda alta sem um crescimento maior liderado pela produtividade, e os fortes compromissos do país de combate à fome e à desigualdade social e os investimentos em adaptação e mitigação climáticas serão difíceis de financiar sem os recursos adicionais que um crescimento maior ajudaria a gerar.

- ²⁶ Série de políticas lançadas ou reativadas pelo governo federal desde 2023, inclusive por meio do Bolsa Família; do programa Mais Médicos; de aumentos do salário mínimo; do programa Escola em Tempo Integral; e do Programa Pé-de-Meia (que oferece uma conta-poupança a alunos do ensino médio com o propósito de reduzir as taxas de abandono e evasão escolar).
- ²⁷ Ver, por exemplo, as seguintes publicações do Banco Mundial (2023): Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira — Um Memorando Econômico (AEM) em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/26dc1f44-f50e-4a71-b4b6-b5dc143f5dfb>; e Relatório sobre Clima e Desenvolvimento do Brasil (CCDR Brasil) em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/a713713d-0b47-4eb3-a162-be9a383c341b>.
- ²⁸ Embora o quadro 1 se concentre na Amazônia, o GBM também apoiará outros biomas (como o Cerrado e a Caatinga), conforme descrito mais detalhadamente no quadro 2 e nos Objetivos 3.1 e 3.3.
- ²⁹ Diversas definições de bioeconomia — algumas mais restritas e outras mais amplas — são utilizadas no Brasil e no mundo. O Grupo de Trabalho de Bioeconomia G20 pretende chegar a um consenso sobre uma definição unificada. Para os fins deste relatório, a bioeconomia consiste em cadeias de valor inteligentes em termos de florestas, tais como a produção madeireira, a produção florestal não madeireira, a produção agroflorestal, a agricultura sustentável e a restauração de pastagens. Ela é capaz de gerar empregos e elevar os padrões de vida da população, simultaneamente protegendo e restaurando os ecossistemas. A promoção da bioeconomia está alinhada às recentes Declaração dos Chefes de Estado e Declaração da Coalizão Verde dos Bancos de Desenvolvimento (ambas assinadas durante a Cúpula da Amazônia em Belém, em agosto de 2023) e ao Memorando de Entendimento GBM-BID assinado em 31 de agosto de 2023.
- ³⁰ O Banco Mundial e o BID concordaram em desenvolver e implantar títulos da Amazônia para apoiar o financiamento de um programa regional de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Inicialmente, isso incluirá o Brasil, a Colômbia, o Equador e o Peru como emissores. A proposta trabalhará no lado da demanda por financiamento dos mercados de capital, apoiando os emissores de títulos da Amazônia, desenvolvendo a emissão necessária de títulos e monitorando as capacidades institucionais; no lado da oferta de financiamento, interagindo com os investidores; e no lado regulatório, com organismos de normalização internacionais e órgãos reguladores dos mercados de capital locais.
- ³¹ O novo arcabouço permite ao governo aumentar a despesa numa faixa de 0,6% a 2,5% acima da inflação, mas apenas dentro dos limites de 70% do crescimento da receita.
- ³² O Grupo Banco Mundial apoiou essa reforma com assistência técnica (AT) e análises com o objetivo de reduzir a regressividade do sistema. Ver Lara Ibarra, Gabriel; Rubião, Rafael M.; Fleury, Eduardo (2021), *Indirect Tax Incidence in Brazil: Assessing the Distributional Effects of Potential Tax Reforms*. Policy Research Working Papers No. 9891.
- ³³ O Mercosul assinou um acordo de livre comércio com Singapura e está em negociações com a União Europeia (UE), a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e o Canadá.
- ³⁴ Estão atualmente em discussão projetos de lei (PL 528, PL412 e PL 2148) para criar sistemas nacionais de contabilidade e comércio de carbono, começando pelas emissões industriais e de energia (o setor agrícola ainda não está incluído). Graças ao apoio *just-in-time* da PMI, o Banco Mundial está atualmente apoiando o Ministério da Fazenda do Brasil no desenvolvimento dos alicerces para a implementação de um sistema de comércio de emissões (SCE) no país, especificamente na forma de um roteiro prático para a implementação do SCE.
- ³⁵ Conforme os detalhes apresentados no Anexo 4, esse apoio inclui novos projetos nos estados do Acre, Tocantins, Mato Grosso, Ceará, Pará, Bahia, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte.
- ³⁶ Alguns exemplos disso são novos engajamentos do BIRD com os municípios do Rio de Janeiro e São Paulo e com os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina.
- ³⁷ Idealizado pela IFC em conjunto com o estado de São Paulo, o mecanismo foi incorporado às concessões rodoviárias do estado desde 2017 e, recentemente, passou a ser replicado também nas concessões rodoviárias federais. O mecanismo permite à concessionária deduzir do componente variável das parcelas dos bônus de subscrição os impactos adversos da variação cambial em relação ao valor principal da dívida em moeda estrangeira.
- ³⁸ A oferta inicial foi de US\$ 1 bilhão, mas a alta demanda dos investidores (próxima a US\$ 6 bilhões) levou o governo brasileiro a elevar a oferta para US\$ 2 bilhões.
- ³⁹ O BIRD continuará a buscar, em parceria com o governo federal, formas de permitir que os mutuários subnacionais exerçam as opções de gestão de riscos incorporadas aos empréstimos do BIRD (tais como conversões cambiais e fixações de taxas de juros). Essas características podem ajudar os estados, municípios e empresas públicas a proteger seus orçamentos contra choques financeiros e a melhorar sua resiliência financeira.

-
- ⁴⁰ Os riscos fiduciários são avaliados como *moderados*. O BM continuará a garantir que haja mecanismos fiduciários robustos na fase de elaboração de projetos e que esses permaneçam adequados durante toda a implementação dos projetos. O BM também realizará atividades de formação e capacitação, incluindo a opção de uma plataforma de aprendizagem virtual (*e-Learning*). Estas atividades serão concebidas para garantir que o pessoal envolvido disponha das competências e conhecimentos necessários para gerir eficazmente os recursos do projeto.
- ⁴¹ Sempre que possível, o BIRD também procurará identificar oportunidades para a adoção de outras soluções financeiras para lidar com o financiamento dos riscos de desastres, tais como títulos de catástrofes, opções de saque diferido para catástrofes (CAT DDOs) e o recém-aprovado financiamento de projetos de investimento com opção de saque diferido (IPF DDO).
- ⁴² Em 2023, pela primeira vez na história do Brasil, o Censo incluiu a população quilombola e todas as aldeias indígenas em nível nacional: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/censo-do-ibge-revela-que-ha-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-7-mil-municipios-de-todo-o-pais#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022%2C%20do,quilombolas%20est%C3%A3o%20em%201.696%20muni; https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>.
- ⁴³ Um novo memorando de entendimento entre o Banco Mundial e o Ministério do Planejamento prevê colaborações reforçadas para promover uma maior equidade de gênero em nível federal e subnacional. Uma perspectiva específica de gênero também será aplicada aos novos programas de capacitação apoiados pelo BM, atualmente sendo debatidos com a Secretaria do Tesouro Nacional.
- ⁴⁴ O BIRD apoia trocas de conhecimentos Sul-Sul no Brasil, facilitando o intercâmbio de informações, tecnologias, experiências, habilidades e recursos entre governos, organizações e indivíduos em países em desenvolvimento e promovendo a aprendizagem a partir de experiências práticas de terceiros com desafios semelhantes.
- ⁴⁵ Área 1: Inclusão dos mais pobres; Área 3: Erradicação da pobreza de aprendizagem; Área 4: Vidas mais saudáveis; Área 10: Alimentação sustentável para todos; e Área 11: Comunidades conectadas.
- ⁴⁶ Compromissos totais, incluindo financiamento de longo e curto prazos e mobilização de capital privado.
- ⁴⁷ Os cobenefícios climáticos (CCBs) do BIRD também atingiram um nível recorde (87%) no Brasil no EF23, e a expectativa é que excedam sistematicamente os compromissos empresariais no período desta nova CPF.
- ⁴⁸ Todos os outros comparadores relevantes, independentemente de o sistema ser provincial (por exemplo, a Argentina), unitário com províncias (por exemplo, a China e a Indonésia), ou federativo com estados (por exemplo, a Índia e a Nigéria) optaram, até agora, apenas por empréstimos soberanos e, posteriormente, por repasses a entidades subsoberanas.
- ⁴⁹ O programa Progestão visa a melhorar a eficiência da gestão dos recursos públicos, melhorando a sustentabilidade fiscal a longo prazo, implementando reformas administrativas, melhorando a gestão de ativos e dívidas e racionalizando os gastos públicos em departamentos específicos dos governos estaduais.
- ⁵⁰ Novos engajamentos com pequenos municípios beneficiam-se de uma Resolução de 2018 que autoriza os consórcios a contrair empréstimos de IFIs, cabendo aos municípios maiores e mais sólidos do ponto de vista fiscal dentro de cada consórcio arcar com os custos do empréstimo, com garantias da União.
- ⁵¹ Cálculos do BM com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/estatisticas-fiscais-do-governo-geral/2021/22>). Vale destacar que esse número é menor (33,7% do PIB; <https://www.poder360.com.br/economia/tributos-sobre-o-consumo-dominam-arrecadacao-no-brasil/>) quando se consideram apenas as receitas fiscais e contribuições sociais, sem transferências e doações e outras receitas (por exemplo, rendimentos de capital, receitas de juros, dividendos e concessões).
- ⁵² A IFC, em sua função de priorizar intervenções relacionadas ao clima em vários biomas (e não apenas na Floresta Amazônica), reconhece os benefícios de apoiar cadeias de valor para promover maior sustentabilidade e geração de emprego nessas áreas. A estratégia da IFC no bioma Caatinga inclui o apoio à inclusão econômica sustentável de pequenos agricultores e MPMEs, garantindo, ao mesmo tempo, a gestão sustentável dos recursos naturais do bioma.
- ⁵³ Em nível global, a IFC não investe no ensino básico; em vez disso, o foco estratégico da IFC no setor da educação é o ensino superior e a formação profissional.
- ⁵⁴ Os serviços de consultoria reembolsáveis (RAS) não são mais possíveis no Brasil desde 2012. A Lei n.º 8.666 (substituída pela Lei n.º 14.133) sobre Licitações e Contratações Públicas no Brasil inclui expressamente serviços prestados à administração pública, e os Acordos de RAS atualmente se enquadram nesse escopo (ao contrário dos empréstimos do BIRD, que são explicitamente excluídos dessa lei). Já estão em andamento alguns esforços para superar esse gargalo, mas é pouco provável que obtenham sucesso no curto prazo.

⁵⁵ O Fundo Clima é um instrumento central da Política Nacional sobre Mudança do Clima. É um fundo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente que busca garantir recursos para apoiar projetos ou estudos e financiar empreendimentos que visem a mitigar as mudanças climáticas.

⁵⁶ Uma vasta gama de atividades podem ser adicionadas para apoiar a OTCA (em estreita cooperação com o BID), mas as atividades iniciais se concentrarão em identificar desafios e oportunidades para o uso de informações e sistemas de informação aprimorados para deter o desmatamento (complementando o trabalho desenvolvido pelo Observatório Regional Amazônico), melhorar a resposta a emergências e alavancar novas oportunidades econômicas inteligentes em termos de natureza por meio de cooperação regional. Está prevista a publicação de uma nota de avaliação institucional para ajudar a definir o apoio futuro.

⁵⁷ <https://brasilaberto.worldbank.org/>.

G	Indicadores relacionados ao gênero
CC	Indicadores relacionados às mudanças climáticas
GL	Indicadores relacionados ao quadro de resultados global
IS	Indicadores relacionados a fortalecimento institucional e governança

ANEXO 1. MATRIZ DE RESULTADOS DA CPF

Resultado de Alto Nível 1 (HLO1) — Maior produtividade e emprego		
<p>Este HLO é novo em sua forma atual, mas está bem alinhado à Área Focal 2 (<i>Investimento e produtividade do setor privado</i>) da CPF referente ao período EF18–EF23. Conforme destacam o SCD de 2016 e a atualização do SCD de 2023, tratar da agenda de produtividade e emprego é fundamental para enfrentar alguns dos desafios de desenvolvimento mais fundamentais do Brasil. Maiores ganhos de produtividade, juntamente com a criação de mais empregos de melhor qualidade, são importantes para a dignidade e o bem-estar da população e são necessários para que o Brasil gere receitas suficientes para financiar investimentos em outras áreas. Uma maior produtividade, especialmente na indústria manufatureira e nos serviços, também é um fator-chave para reduzir as pressões do desmatamento, transferindo oportunidades para setores não baseados na terra. Na agricultura, é necessário promover ganhos de produtividade maiores e mais sustentáveis para melhorar a renda dos mais vulneráveis sem esgotar o capital natural do país nem aumentar ainda mais suas emissões de GEEs. Este HLO é um habilitador de grande importância que pode guiar o país rumo a uma maior redução da pobreza; ao aumento da equidade e inclusão; e à ampliação dos esforços de mitigação e adaptação climáticas (no âmbito dos HLOs 2 e 3). Ademais, está diretamente relacionado aos objetivos duplos e à nova missão do GBM.</p> <p>Os focos deste HLO são: melhorar as condições habilitadoras de forma que os setores público e privado possam criar mais empregos de melhor qualidade (Objetivos 1.1, 1.2 e 1.4); e melhorar o capital humano (Objetivo 1.3) para proporcionar oportunidades melhores a todos os brasileiros.</p>		
Indicadores do Resultado de Alto Nível	Fontes de dados	Valores atuais ⁵⁸
<p>1. <i>Produtividade do trabalho</i> — G</p> <p>2. <i>Taxa de emprego</i> — G GL⁵⁹</p>	<p>1. Observatório da Produtividade do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) https://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade/temas/categorias/pt-anual</p> <p>2. PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)</p>	<p>1. Valores de 2022 (em reais brasileiros de 2020): R\$ 76.279,00 por trabalhador, ou R\$ 36,35 por hora trabalhada. Vale notar que a produtividade do trabalho no Brasil caiu 4,18% de um ano para o outro (YoY), conforme apuração de dezembro de 2022.</p> <p>2. 57,5% (2022).</p> <p>Observação: Alguns valores desagregados que enfatizam as elevadas desigualdades raciais e de gênero no Brasil são:</p>

- Em 2022, a taxa de emprego foi menor entre os afro-brasileiros (56,1%) e mulheres (47,6%) em comparação com a média nacional (57,5%), a média de toda a população branca (59,2%) e a média de todos os homens (68%).

Descrição do Resultado de Alto Nível

A análise do Grupo Banco Mundial documenta que o principal obstáculo ao aumento da renda do povo brasileiro é a baixa produtividade do país nos setores não agrícolas. Os elevados custos de fazer negócios, a precariedade das infraestruturas físicas, os baixos níveis de capital humano e os obstáculos à concorrência resultantes da forte regulamentação e das barreiras comerciais relativamente elevadas estão entre as causas subjacentes. Ao longo da última década, a produtividade permaneceu estagnada na indústria manufatureira e em muitos setores de serviços, nos quais mais de 90% da força de trabalho está empregada: a produtividade total dos fatores caiu 0,8% entre 2014 e 2022. A principal motivação do HLO 1 é ajudar o Brasil a explorar seu potencial em todos os setores da economia para facilitar uma maior integração global, melhorar a legislação tributária e o ambiente de negócios, promover inovação, modernizar a infraestrutura de forma eficiente e favorável ao clima e elevar o capital humano da população. Esses esforços aumentariam a produtividade e gerariam riqueza, em vez de a consumirem por meio da acumulação de dívidas ou da destruição de recursos naturais, tornando o crescimento mais sustentável do ponto de vista fiscal e ambiental. As autoridades brasileiras têm promovido essa agenda por meio de várias reformas, entre as quais a reforma trabalhista (2017), a reforma previdenciária (2019), a Lei de Liberdade Econômica (2019), a lei que estabelece a autonomia do Banco Central (2020), o novo regime de saneamento (2020) e outras medidas em curso para simplificar a tributação indireta. Do lado do capital humano, os esforços incluem iniciativas de alfabetização precoce e escolarização em tempo integral, bem como melhorias e fortalecimento do Bolsa Família e do Sistema Único de Saúde. Novos esforços para ajustar ainda mais o arcabouço fiscal, limitando o crescimento das despesas primárias a uma proporção do crescimento das receitas e tentando estabilizar a dívida pública em termos de porcentagem do PIB até 2026, necessitarão de mais reformas e apoio para sua implementação. Mais recentemente, o Plano de Transformação Ecológica (PTE) de 2023, cujo objetivo principal promove o aumento da produtividade e a geração de empregos sustentáveis, forneceu uma plataforma de engajamento para empréstimos relacionados a políticas públicas, assistência técnica e serviços de consultoria do Grupo Banco Mundial em todos os seus pilares. Os empréstimos para investimentos do BIRD e os investimentos da IFC complementarão os esforços de viabilização das reformas. As atividades no âmbito deste HLO contribuirão para o enfrentamento de uma série de desafios globais, como, por exemplo, viabilizar a digitalização; promover a prevenção, preparação e resposta a crises sanitárias; e melhorar o acesso à energia

ODS associados:

- ODS 3 — Saúde e bem-estar
- ODS 4 — Educação de qualidade
- ODS 5 — Igualdade de gênero
- ODS 8 — Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 9 — Indústria, inovação e infraestrutura

Objetivo 1.1 da CPF: Fortalecer a gestão fiscal

Continuação de atividades desenvolvidas na Área Focal 1 da CPF de EF18–EF23.

Lógica de intervenção:

O BM continuará a ajudar o Brasil a fortalecer a sustentabilidade e a gestão fiscal em todos os níveis de governo com o propósito de fortalecer as bases para um crescimento impulsionado pela produtividade. Conforme destacam as notas de políticas públicas sobre *Oportunidades para Todos* e a atualização do SCD de 2023, uma política fiscal confiável é algo crucial para o Brasil atingir seus objetivos de desenvolvimento em crescimento e produtividade, inclusão social e ação climática. O país realizou progresso no sentido de reequilibrar seu orçamento, reduzindo grande parte do pacote de despesas emergenciais da pandemia, mas seus níveis de dívida permanecem elevados, as pressões sobre as despesas são altas, e uma perspectiva menos favorável de crescimento global e interno apresenta riscos consideráveis. No longo prazo, as pressões intergeracionais sobre o sistema previdenciário e a prestação de serviços públicos aumentarão na ausência de reformas substanciais. Melhorar a eficiência e a eficácia da política fiscal constitui um caminho para o enfrentamento desses desafios. As lições da CPF anterior nessa área demonstram que a adesão à âncora fiscal promoveu a consolidação fiscal e ajudou a conter os gastos primários federais, apesar das múltiplas pressões (por exemplo, relacionadas à necessidade de enfrentar as consequências da Covid-19). O apoio do BIRD, inclusive em ações de *advocacy*, foi uma demonstração de sua capacidade de ajudar as autoridades a controlar despesas recorrentes, especialmente no que diz respeito aos aumentos salariais dos servidores públicos e à reforma previdenciária, conforme documenta a revisão de conclusão e aprendizagem (CLR). A implementação de reformas iniciadas no âmbito da CPF anterior será levada adiante, assim como será mantido o apoio do Grupo Banco Mundial — por exemplo, por meio de conhecimentos e empréstimos (programa Progestão e DPFs subnacionais).

Indicadores de objetivos da CPF	Indicadores suplementares de progresso	Programa do GBM
<p>Indicador 1.1.1: Despesas correntes primárias do governo federal como parcela das despesas primárias totais — IS Linha de base (2023): 98,96% Meta (2028): 98,3%</p> <p>Indicador 1.1.2: Número de estados e municípios que alcançaram ou mantiveram a classificação Capag B ou A com apoio do GBM — IS Linha de base (2023): 0% Meta (2028): 4 (dos quais 2 no Norte e Nordeste)</p>	<p>ISP 1.1.1: Número de estados com novo marco integrado de gestão de investimentos públicos aprovado — IS Linha de base (2023): 0 Meta intermediária (2026): 2 Meta (2028): 5</p> <p>ISP 1.1.2: Número de estados com um ente unificado de gestão de pensões — IS Linha de base (2023): 1 Meta intermediária (2026): 3 Meta (2028): 5</p>	<p>Financiamento em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Série de projetos (SP) Progestão: Alagoas (P177070), Mato Grosso (P178339), Acre (P179406), Tocantins (P179088) e Piauí (P178663) • Modernização e Inovação do Setor Público do Paraná para a Prestação de Serviços (P168634) • DPF de Recuperação Sustentável do Estado de Goiás (P177632) • Empréstimo 1 para a Política de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro (P178729) • DPF Sustentável do Estado do Ceará (P180497) • Empréstimo 2 para a Política de Gestão Fiscal e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro (P179182) <p>Pipeline de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Continuação da MPA do Progestão: Amazonas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros estados • DPF de Alagoas (P500614)

	<p>ISP 1.1.3: Número de Controladorias-Gerais do Estado que alcançaram os níveis 2 e 3 de capacidade de auditoria interna⁶⁰ — IS</p> <p>Linha de base (2023): 19 CGEs no nível 1, e 1 CGE no nível 2</p> <p>Meta (2028): 13 CGEs no nível 3, e 7 CGEs no nível 2</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DPF para Melhorar a Prosperidade e Sustentabilidade do Estado de Sergipe (P181501) • Outros DPFs subnacionais concentraram-se na sustentabilidade fiscal e em reformas-chave. <p style="text-align: center;">ASAs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão das Despesas Públicas Relacionadas a Políticas Fiscais Mais Verdes no Brasil (P179495) • Integração da Abordagem de Toda a Economia: Subtarefa Brasil (P181128) • Fortalecimento dos Sistemas de Investimento Público para Promover uma Infraestrutura Inteligente em Termos de Clima no Brasil (QII) (P178339): • Integração das Mudanças Climáticas à Governança — Brasil Amazonas (P172569)
Objetivo 1.2 da CPF: Promover uma competitividade maior e mais verde		
<p>A fim de promover ainda mais o objetivo anterior da CPF referente a EF18–EF23 (<i>Reduzir as barreiras regulatórias e outras distorções microeconômicas à concorrência, ao investimento e ao comércio</i>), o BM continuará a se concentrar na melhoria do ambiente regulatório para reduzir as barreiras ao crescimento do setor privado. Outras intervenções importantes e complementares para promover uma economia mais verde são incluídas no HLO 3.</p>		
<p>Lógica de intervenção</p> <p>Este objetivo se concentra nos gargalos que impedem a economia brasileira de ser tão competitiva quanto poderia. Para tal, é necessário: (i) melhorar o ambiente regulatório para reduzir distorções e custos de transações, incluindo a implementação de reformas fiscais para reduzir o ônus do Custo Brasil sobre a economia; (ii) reduzir as lacunas de financiamento para MPMEs, inclusive do setor agrícola, de forma a abrir espaço para investimentos em tecnologias novas e verdes; e (iii) apoiar tecnologias de ponta e disruptivas, inclusive por meio do fortalecimento do capital de risco e do capital privado, especialmente no setor industrial. Uma economia de baixo carbono impulsionará a competitividade global do Brasil e capacitará suas empresas para competir em mercados globais; portanto, o Grupo Banco Mundial aumentará a ênfase no apoio a inovações que promovam a ecologização da economia brasileira. Os aprendizados da CPF anterior indicam que é essencial oferecer apoio <i>upstream</i> a políticas e regulamentos que incentivem a ecologização. Os focos do Grupo Banco Mundial serão: indústrias, agricultura e infraestruturas sustentáveis e mais ecológicas; setores financeiro e de saúde; desenvolvimento científico e tecnológico; logística; embalagens sustentáveis, etc. A IFC e a MIGA ampliarão seu apoio nessas áreas, e o BIRD baseará seu trabalho em novas iniciativas inovadoras (por exemplo, com o Banco do Brasil) para alavancar capital privado em escala</p>		
Indicadores de objetivos da CPF	Indicadores suplementares de progresso	Programa do GBM
<p>Indicador 1.1.2: ISP 1.2.1: Reforma do Sistema de IVA no Brasil — IS</p> <p>Linha de base (2023): Não</p>		<p style="text-align: center;">Financiamento em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Financiamento Climático do Brasil (P178888) • Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (P147158)

<p>Meta (2028): Sim (adoção da reforma)</p> <p>Indicador 1.2.2: Número de estados e municípios que adotaram boas práticas de negócios ou de investimento com apoio do Grupo Banco Mundial — IS Linha de base (2023): 0⁶¹ Meta (2028): 6 (dos quais 3 no Norte e Nordeste)</p> <p>Indicador 1.2.3: Porcentagem de financiamento sustentável/climático nos empréstimos do setor financeiro — CC Linha de base (2021): 21,41% Meta (2028): 25%</p> <p>Indicador 1.2.4: Criação de um mercado regulado de carbono⁶² — CC Linha de base (EF24): Não Meta (EF28): Sim</p> <p><u>Indicadores que contribuem para este objetivo:</u> Indicador 3.1.2 e 3.1.3 (HLO 3).</p>	<p>ISP 1.2.1: Capital privado mobilizado pelo Grupo Banco Mundial durante o período da CPF — GL Linha de base (EF23): 0 Meta (EF28): US\$ 12 bilhões</p> <p>ISP 1.2.2: Carteira de MPMEs beneficiadas pelo apoio do GBM (das quais empresas chefiadas por mulheres) — G Linha de base da IFC (2024): R\$ 12,7 bilhões (dos quais R\$ 4,1 bilhões para MPMEs chefiadas por mulheres) Meta intermediária (2026): R\$ 14,65 bilhões (dos quais R\$ 3,1 bilhões para MPMEs chefiadas por mulheres) Meta da IFC (2028): R\$ 16,6 bilhões (dos quais R\$ 4,1 bilhões para MPMEs chefiadas por mulheres)</p> <p>Linha de base do BIRD¹ (EF23): 0 Meta intermediária (EF26): US\$ 200 milhões Meta do BIRD (EF28): US\$ 1 bilhão</p> <p>ISP 1.2.3: Financiamento de longo prazo de tecnologias disruptivas e empresas de capital privado que se beneficiam dos investimentos da IFC</p>	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento Rural Sustentável e Competitividade do Ceará — Fase II (P167455) Carteira de investimentos da IFC: Daycoval PME A/B (45006); Santander SMEs (41746); Santander GHP Br (45666); Alfa Loan (44697); Banco BV (43661); Eurofarma (46047); União Química (46445); Fitesa (45571); DCM Vermelho RealFIDC (45178); Bauducco III (37708); Bauducco Growth (40796); Bauducco COVID (44358); Viveo (43082); DCM Patria COF (39271); DCM RedAsset FIDC (41555), (45178); Farmoquímica (39739); Pier (44500); Cantu (48313); DARP NPL Jive (1037756), (46784); Austral Par (782473); Canopus Holding (694325); Valor III (1044504); Cobli (47644); CI Valor (1046062); Crescera Fund IV (1008298); Monashees Expansion Fund (1051568); Vinci CP III (1025539) (47292); Crescera Fund V (1057064); Valor VOF I (1044505); Pátria Credit Fund FIDC (1017633); Icatu Equity (51399); Vinci VIR IV (1051574); Valor IV (1057891); Revelo (1039187); Recarga (808107); Monashees X (1058761); Valor Venture II (1023492); Open Co Holding Limited (1038469); Contabilizei (1030823); Creditas (1009020); Pátria Infra Crédito (1057497); DARP NPL Jive II (1062938); Loggi (1016965); Tembici (43918); Jalles Machado (39264); RSE COVID Jalles (44203); Bansascredi (639345); SPVentures (1038027); Tembici (1052835); Santander Green (45017); DCM Itau GB (46238); ABC Climate II (44866); Suzano Climate (45987); Amadeus JV (42202); SABESP UCL (46253); Klabin Growth (42138); Amaggi Cotton (43740); Cibrafertil (38380); DCM Solis FIDC (45323); Alvoar (47068); Green Buildings Brazil (606983); Brazil Soy (603178) <p style="text-align: center;">Pipeline de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Pernambuco Agroecológico (P500431) Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em Mato Grosso (P175723) Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bahia — Fase 2 (P180429) Rio Grande do Norte — Fase 2 (P502493)
--	---	---

	<p>Linha de base (2024): US\$ 262,4 milhões Meta intermediária (2026): US\$ 290 milhões Meta (2028): US\$ 322,8 milhões</p> <p><u>Indicadores que contribuem para este objetivo:</u> ISP 3.1.4 (HLO 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí — Fase 2 (P177474) • Projeto de Financiamento da Eletromobilidade e da Transição Energética (P504543) <p style="text-align: center;">ASAs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ASA sobre Produtividade e Desenvolvimento Regional no Brasil (P180192) • CEM Subnacional para a Região Nordeste do Brasil (P179494) • Brasil 2040 (P173458) • Revisão do Setor Agrícola Brasileiro (P179206) • Apoio à Facilitação do Comércio no Brasil (P173672) • Apoio ao Desenvolvimento Digital para Reduzir a Lacuna Digital no Brasil (P179126) • Programa <i>Upstream</i> e de Consultoria da IFC: União Química Vaccines (607050), Global Pharma REF (607188), Health SME Cred (607260)
--	---	---

Objetivo 1.3 da CPF: Melhorar o capital humano

O capital humano consiste nos conhecimentos, competências e saúde que as pessoas acumulam ao longo da vida, que são valiosos por si só e fundamentais para que as pessoas realizem seu potencial como membros produtivos da sociedade. Este novo objetivo baseia-se no Objetivo 1.3 (*Ampliar a prestação de serviços de educação*) da CPF do período EF18–EF23. Ele pretende abordar o impacto negativo da pandemia da Covid-19 e outros desafios mais estruturais relativos à aquisição de capital humano. O Grupo Banco Mundial apoiará esforços na área de políticas públicas para acelerar melhorias de capital humano por meio de intervenções nos setores de educação, saúde e proteção social.

Lógica de intervenção

As crianças e jovens brasileiros precisam estar saudáveis, prontos para aprender e em escolas onde o processo de aprendizagem seja eficaz. Além de sua importância direta para o bem-estar individual, a saúde e a boa educação também geram retornos sociais e econômicos. Melhorar o capital humano das pessoas as ajuda a se tornarem melhores cidadãos, conseguirem melhores empregos e, em geral, alcançarem maior produtividade e crescimento econômico. De acordo com a Revisão de Capital Humano de 2022, as crianças nascidas em 2019 atingirão apenas 60% (ICH de 0,60⁶³) de seu capital humano potencial aos 18 anos. Isso significa que 40% de seus talentos não serão aproveitados pela sociedade e pela economia. A elevada taxa de desemprego entre os jovens (mais de 27%) também indica a necessidade de melhorar suas competências e superar os obstáculos específicos enfrentados pelas gerações mais jovens. Promover saúde, aprendizagem e aquisição de competências entre crianças e jovens ajudará a acelerar a melhoria do capital humano, fortalecer a sociedade e impulsionar ganhos na produtividade do trabalho. Os aprendizados de engajamentos anteriores parecem indicar uma necessidade de promover maior resiliência, qualidade e eficiência da assistência social e dos serviços de saúde e nutrição, inclusive no contexto de preparação para pandemias, de forma a promover o cumprimento deste objetivo. Intervenções adicionais relacionadas à inclusão e ao acesso fazem parte do HLO 2.

Indicadores de objetivos da CPF	Indicadores suplementares de progresso	Programa do GBM
<p>Indicador 1.3.1: Porcentagem de alunos do 2º ano (ensino fundamental 1) alfabetizados, com dados desagregados por gênero — GL G Linha de base (2023): 43,6% Meta (2028): 63,6%</p> <p>Indicador 1.3.2: Porcentagem de alunos do ensino médio matriculados em escolas públicas em tempo integral — G Linha de base (2023): 24,1% Meta (2028): 45%</p> <p>Indicador 1.3.3: Número de indivíduos que concluíram formação em competências digitais por meio de programas de “competências digitais para o trabalho”, com dados desagregados por gênero — G Linha de base (EF23): 0 Meta (EF28): 6 mil (dos quais 3 mil mulheres)</p>	<p>ISP 1.3.1: Número de crianças de 0 a 6 anos em domicílios beneficiários do Bolsa Família que recebem o Benefício Primeira Infância — G GL Linha de base (2023): 9.126.300 Meta intermediária (2026): 9,2 milhões Meta (2028): 9,3 milhões</p> <p>ISP 1.3.2: Cobertura vacinal tetravalente (DTP3) e tríplice viral (MMR2) para crianças abaixo de 6 anos — G Linha de base: 70% DTP3; 54% MMR2 Meta intermediária: 80% DTP3; 70% MMR2 Meta: 96% DTP3; 80% MMR2</p>	<p style="text-align: center;">Financiamento em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modernização e Inovação do Setor Público do Paraná (P168634) • Operação de Apoio à Reforma do Ensino Médio no Brasil (P163868) • Recuperação das Perdas de Aprendizagem Decorrentes da Pandemia de Covid-19 no Brasil (P178563) • Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador II (P172605) • Projeto de Desenvolvimento da Saúde e Proteção Social do Piauí (P178567) • Projeto de Aprendizagem Resiliente, Inclusiva e Sustentável em Mato Grosso (P178993) • Apoio ao Novo Programa de Transferência Condicionada de Renda Bolsa Família (P179365) • Carteira de investimentos da IFC: Anima Growth (37083); Anima Northeast (43130); Revelo (48211); Mauricio Equity (1021808) <p style="text-align: center;">Pipeline de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avança Pará: Projeto de Desenvolvimento Humano Sustentável (P500524) • Apoio ao Programa de Inclusão Econômica Produtiva Urbana da Bahia (P504897) • Fortalecimento da Assistência Social e Prestação de Serviços às Famílias Vulneráveis e em Risco Social no Município de São Paulo (P504899) • Projeto de Aceleração Digital do Espírito Santo (P180462) • Projeto de Aceleração Digital de Sergipe (P500570) • Pipeline de investimentos da IFC: Afya, Cogna <p style="text-align: center;">ASAs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio a uma Recuperação da Aprendizagem Resiliente, Inclusiva e Sustentável no Brasil (P179810) • Apoio ao Desenvolvimento Digital para Reduzir a Lacuna Digital no Brasil (P179126) • ASA de Política de Saúde do Brasil (P179951) • Programa Upstream e de Consultoria da IFC: Programa de Financiamento da

		Educação (606336); Ferramenta de Empregabilidade Vitae (601920); Programa Digital de Ensino Superior D4TEP (606707)
Objetivo 1.4 da CPF: Expandir e modernizar a infraestrutura		
Este objetivo é baseado no Objetivo 2.3 (<i>Mobilizar maiores investimentos em infraestrutura para melhorar os serviços, inclusive por meio de PPPs</i>) da CPF do EF18–EF23. Infraestruturas obsoletas e inadequadas continuam a ser um dos principais obstáculos ao aumento da produtividade, do crescimento econômico e da geração de empregos.		
Lógica de intervenção		
<p>As necessidades de infraestrutura do Brasil são enormes e constituem uma das causas da estagnação da produtividade, conforme enfatiza a atualização do SCD de 2023. O déficit de financiamento em infraestrutura aproxima-se de US\$ 800 bilhões, o equivalente a 3,7% do PIB anual até 2030. Desse déficit total, 53% correspondem ao setor de transportes, no qual o Brasil precisa investir 2% de seu PIB anualmente, especialmente porque os transportes (e a logística) são elementos cruciais para a competitividade global do país e para garantir o acesso das pessoas ao trabalho e a serviços públicos — especialmente quando se considera a participação das mulheres na força de trabalho e a redução da violência de gênero. A melhoria do transporte urbano também ajudará a eliminar algumas das disparidades raciais no acesso ao emprego e à educação, em apoio à agenda do HLO 2. A lacuna de financiamento também é significativa nos setores de saneamento básico (onde os investimentos precisam mais que duplicar), saúde (especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a alocação de investimentos para a inovação é inferior a 5% do orçamento anual total), energia elétrica e telecomunicações. A principal lição da CPF anterior é que a mobilização de capital privado será essencial para eliminar essa lacuna; portanto, o Banco Mundial continuará a apoiar reformas fundamentais, reforçar a governança e promover mecanismos de implementação (por exemplo, estruturação de concessões e PPPs) para alavancar o financiamento e a participação do setor privado, inclusive por meio de garantias da MIGA. Este objetivo será apoiado por uma série de investimentos setoriais para ajudar a modernizar a infraestrutura física e digital do Brasil de uma forma “inteligente em termos de clima”, considerando tanto a mitigação quanto a adaptação climáticas, bem como o alinhamento de todas as intervenções do BIRD à agenda do Acordo de Paris. Será dada especial atenção à ecologização da infraestrutura com complementaridades entre os Objetivos 1.2, 3.2 (<i>Expandir o hidrogênio verde e de outras energias renováveis não convencionais</i>) e 3.3. As atividades começarão com o desenvolvimento da infraestrutura pública digital, por exemplo, por meio do programa Progestão e de projetos da <i>pipeline</i> digital, a fim de apoiar as metas de digitalização do Brasil, inclusive a identificação digital, e alinhar-se ao Objetivo 1.1, promovendo intervenções públicas eficazes e econômicas.</p>		
Indicadores de objetivos da CPF	Indicadores suplementares de progresso	Programa do GBM
Indicador 1.4.1: Oportunidades de emprego acessíveis pelo sistema de transporte público na área de influência dos projetos do Grupo Banco Mundial num espaço de tempo de 60 a 90	ISP 1.4.1: Porcentagem de unidades básicas de saúde (UBSs) com serviços digitais (utilizando prontuário eletrônico) — IS Linha de base (EF24): 61% Meta intermediária (EF26): 70%	<p style="text-align: center;">Financiamento em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corredor de Transporte Rápido por Ônibus de Aricanduva em São Paulo (P169140) • Melhoria da Mobilidade e Inclusão Urbana em Belo Horizonte (P169134) • Projeto Integrado de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos no Espírito Santo (P130682) • Segurança e Governança Hídrica no Ceará (P165055)

<p>minutos⁶⁴ — GL Linha de base (EF24): 2.404.517 Meta (EF28): 2.704.088</p> <p>Indicador 1.4.2: Quilômetros de corredores logísticos (rodovias, hidrovias) com conexões intermodais aprimoradas⁶⁵ durante o período da CPF Linha de base (EF23): 0 (nível de 2023) Meta (EF28): 8.500</p> <p>Indicador 1.4.3: Financiamento de longo prazo⁶⁶ das principais necessidades de infraestrutura do Brasil gerado pela IFC — GL Linha de base (EF23): US\$ 9,6 bilhões Meta (EF28): US\$ 11,9 bilhões</p> <p><u>Indicadores que contribuem para este objetivo:</u> Indicadores 2.1.1, 2.1.2 (HLO 2), 3.2.1 e 3.2.2 (HLO 3).</p>	<p>Meta (EF28): 80%</p> <p>ISP 1.4.2: Número de beneficiários de intervenções do GBM relacionadas a infraestruturas de esgotamento sanitário, abastecimento de água e mitigação de cheias — G CC Linha de base (EF24): 532.258 Meta intermediária (EF26): US\$ 1 milhão Meta (EF28): 2.344.741</p> <p>ISP 1.4.3: Número de ônibus elétricos adquiridos com apoio do GBM e sua participação percentual na frota total de ônibus urbanos — CC Linha de base (EF23): 0/0% Meta intermediária (EF26): 0/0% Meta (EF28): 1.800/2%</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Série de projetos Progestão: Piauí (P178663), Alagoas (P177070), Mato Grosso (P178339), Acre (P179406) e Tocantins (P179088) • Melhoria da Gestão de Recursos Hídricos e da Prestação de Serviços na Paraíba (P165683) • Sabesp — Melhoria do Acesso e da Segurança dos Serviços Hídricos (P165695) • Projeto de Gestão da Segurança Hídrica do Espírito Santo (P176982) • Projeto de Desenvolvimento da Saúde e Proteção Social do Piauí (P178567) • Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador • Carteira de investimentos da IFC: Sabesp UCL (46253); Sabesp UCL II (47451); Sanasa (47383); (39652) Celse; (46207) Coelba Disco; (47512) Scala DC; (47778) Elektro SLL; (48087) Ecovia NW Bridge; (704970) Hidrovias; (39508) DCM XP Invest Invest; Pátria Infra Crédito (1057497) • Garantias da MIGA: Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo <p style="text-align: center;">Pipeline de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Eletrificação da Frota de Ônibus de São Paulo (P500501) • Projeto de Aceleração Digital do Espírito Santo (P180462) • Projeto de Aceleração Digital de Sergipe (P500570) • Projeto de Água e Saneamento Rural de Pernambuco (Prosar) (P180430) • Projeto Integrado de Mobilidade Sustentável na Região da Foz do Rio Itajaí (P178557) • Projeto de Desenvolvimento da Saúde e Proteção Social do Piauí (P178567) • Programa de Gestão Proativa de Ativos Rodoviários Seguros e Resilientes na Bahia (P180555) • Rodovias do Espírito Santo (P500469) • Rio Grande do Norte — Fase 2 (P502493) • Programa de Gestão de Ativos Rodoviários em Santa Catarina — Fase 3 (P504253) • Extensão Verde e Resiliente da Linha 2 do Metrô de São Paulo (P504276) <p style="text-align: center;">ASAs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao Desenvolvimento Digital para Reduzir a Lacuna Digital no Brasil (P179126) • Aceleração da Transição para Energia Limpa e Segurança Hídrica no Brasil (P179030) • Mobilidade Verde e Logística em Prol da Sustentabilidade e Resiliência (P179908) • ASA de Política de Saúde do Brasil (P179951)
--	---	---

		<ul style="list-style-type: none"> • Programa <i>Upstream</i> e de Consultoria da IFC: (604506) Concessionárias para Sondagem Climática — Cidades da ALC; (605428) Marco para o Desenvolvimento de Financiamento Alternativo para a Mobilidade Elétrica e Modelos de Negócios no Brasil; (606983) Edificações Verdes no Brasil; (601450) Rodovias de São Paulo; (602410) Nova Rodada de Concessões Rodoviárias Brasileiras; (604338) Rodovias do Paraná; (606268) Ferrovia Federal do Brasil; (606411) MG Água e Esgoto;(604256) Aracaju SL; (604257) Campinas SL; (604258) Feira de Santana SL; (604207) Ferrovias Suburbanas
--	--	--

Resultado de Alto Nível 2 (HLO 2) — Maior inclusão das populações pobres e desfavorecidas

Este novo HLO reflete o forte compromisso do governo brasileiro com a equidade. Como o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo, com um coeficiente de Gini de 0,529 em 2021 e uma desigualdade de renda atual tão alta quanto a de 2011, o governo adotou uma visão firme de que toda a população deve ter “acesso a uma vida digna, sem exclusões” e de que o crescimento econômico seja conciliado à inclusão social. Isso exigiria a superação de múltiplas disparidades geográficas, raciais e de gênero (ver descrição do HLO abaixo).

Nesse contexto, no âmbito do HLO 2, o BM pretende apoiar a visão do governo e se concentrar na melhoria das oportunidades para as pessoas e comunidades mais pobres, mais vulneráveis e desfavorecidas, prestando assistência a todos e, ao mesmo tempo, reduzindo as lacunas de equidade existentes entre vários grupos. Nesse sentido, este HLO contribui diretamente para os objetivos de erradicação da pobreza extrema e de promoção da prosperidade compartilhada. No âmbito da CPF para os exercícios financeiros de 2018 a 2023, essa agenda foi abordada na Área Focal 3 (*Desenvolvimento equitativo e sustentável*), mas merece maior atenção considerando os altos níveis de desigualdades estruturais no Brasil, especialmente no período que se seguiu à pandemia da Covid-19.

Indicadores do Resultado de Alto Nível	Fontes de dados	Valores atuais
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Disparidades salariais e de emprego (outras disparidades e privações também serão captadas) — G</i> 2. <i>Coefficiente de Gini</i> 	<ol style="list-style-type: none"> 1. PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶⁷ 2. Plataforma contra a Pobreza e a Desigualdade (https://pip.worldbank.org/home) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dados de 2002 sobre emprego e disparidades na renda do trabalho:

Variável/grupo	População geral		Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas	
	Homens	Mulheres			
Taxa de desemprego (%)	8,7%	7,0%	10,9%	6,9%	10,2%
Média da renda do trabalho (em reais de 2022)	2.750	3.018	2.387	3.518	2.111
Mediana da renda do trabalho (em reais de 2022)	1.600	1.800	1.500	2.000	1.400
Taxa de emprego (%)	57,5%	68,0%	47,6%	59,2%	56,1%
2. 52,9 (2021)					

Descrição do Resultado de Alto Nível

Apesar das grandes conquistas das décadas anteriores, a pobreza e as disparidades ainda afetam a vida de muitos brasileiros. As disparidades de renda são evidentes, bem como as desigualdades entre o norte e o sul do país. Os estados das regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores níveis de pobreza. Por exemplo, Alagoas, Amazonas, Maranhão, Pará, Amapá e Piauí apresentam taxas de pobreza superiores a 50%. O acesso limitado a serviços essenciais, condições de vida precárias, o aumento de doenças não transmissíveis, a elevada incidência de violência e a acumulação insuficiente de capital humano estão entre os indicadores que melhor ilustram disparidades não monetárias e apontam para subpopulações e áreas geográficas que enfrentam as maiores desvantagens. Cerca de 31% dos domicílios no Norte e 27% daqueles no Nordeste não têm acesso a água, rede de esgoto ou eletricidade. Além disso, 20% das mulheres pobres e 26% dos afro-brasileiros pobres não têm acesso a serviços melhorados de saneamento. Em geral, a pobreza continua a ser mais elevada nos domicílios chefiados por afro-brasileiros: 38%, em comparação com 18% naqueles chefiados por brancos. Isso tem um vínculo estreito com as disparidades de emprego e de renda, conforme demonstram os dados acima. Antes da pandemia, os brasileiros que formavam o grupo dos 10% mais ricos do país tinham uma renda média *per capita* mais de 50 vezes superior àquela dos 10% mais pobres. Um em cada cinco brasileiros sofriam de pobreza crônica, e a maioria fazia parte de famílias chefiadas por alguém com escolaridade inferior ao ensino fundamental 1, ou sem um emprego formal. Nas zonas rurais, 48,5% da população está abaixo da linha de pobreza nacional. O início da pandemia ampliou essas disparidades, principalmente para as famílias mais pobres e suas crianças. As mulheres, os jovens e os afro-brasileiros foram os mais profundamente afetados pelos choques recentes: esses grupos estão enfrentando desafios ainda maiores devido a uma reversão parcial dos ganhos de bem-estar anteriores. As mulheres e os afro-brasileiros recebem salários inferiores aos dos homens brancos, mesmo quando procuram empregos com características semelhantes, levando em consideração o nível de escolaridade, a localização e o setor de emprego. Os jovens,

especialmente aqueles que pertencem a grupos minoritários (afro-brasileiros, indígenas, rurais e LGBTQ+), enfrentam desafios para encontrar emprego: a taxa de desemprego entre jovens e adolescentes no Brasil é de aproximadamente 27,1%.

Este HLO concentra as atividades do BM na redução das disparidades econômicas e sociais ao: (i) melhorar o acesso a serviços e produtos básicos em áreas desfavorecidas (isto é, o acesso de “última milha”); e (ii) promover a titulação de terras e garantir meios de subsistência sustentáveis para grupos desfavorecidos ou marginalizados. Avanços nessas áreas ajudariam o Brasil a contribuir para o enfrentamento dos desafios globais de segurança alimentar e nutricional; segurança e acesso à água; digitalização (por meio de atividades relacionadas à ampliação de uma infraestrutura pública digital inclusiva e segura); resposta e preparação para pandemias (por meio de atividades relacionadas às intervenções do Bolsa Família, em particular); e adaptação climática (por meio da proteção dos interesses de povos indígenas, pequenos proprietários de terras etc. nos principais biomas do Brasil, que são de suma importância para o clima nacional, regional e global.

ODS associados:

- ODS 2 — Fome zero e agricultura sustentável
- ODS 3 — Saúde e bem-estar
- ODS 5 — Igualdade de gênero
- ODS 6 — Água potável e saneamento
- ODS 8 — Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 10 — Redução das desigualdades
- ODS 16 — Paz, justiça e instituições eficazes

Objetivo 2.1 da CPF: Melhorar o acesso a serviços e produtos essenciais

Este objetivo consolida uma vasta gama de atividades realizadas em todas as três áreas focais da CPF anterior, oferecendo, agora, uma abordagem mais holística para atender às necessidades essenciais das populações mais pobres, mais vulneráveis, menos bem-servidas e mais excluídas do Brasil. Anteriormente, o BM apoiou (i) a prestação de serviços urbanos mais inclusivos e sustentáveis, tais como abastecimento de água, saneamento básico, esgotamento sanitário, calçadas e estradas na Área Focal 2; (ii) a ampliação do acesso à terra para os pobres na Área Focal 3; e (iii) a garantia de acesso dos mais necessitados à assistência social, alimentação, vacinação e cuidados essenciais para mães e crianças na Área Focal 1. Esses engajamentos serão mantidos no âmbito do novo Objetivo 2.1, com foco ampliado em regiões e grupos sociais desfavorecidos.

Lógica de intervenção

Este objetivo visa a ajudar a superar as disparidades sociais, raciais, urbano-rurais e de gênero que persistem no acesso aos serviços básicos (e aos produtos específicos necessários para prestar esses serviços) que são essenciais para a dignidade humana básica e a equidade no acesso a diversas oportunidades. Este objetivo é complementar aos Objetivos 1.3 e 1.4. O foco daqueles objetivos é viabilizar ganhos de produtividade para empresas públicas e privadas, de forma que possam criar mais e melhores empregos, ao passo que o foco deste é mais especificamente voltado à equidade de acesso e oportunidades.

Atualmente, 13% dos brasileiros de famílias pobres não têm acesso ao abastecimento de água. Essa parcela é de 39% nas áreas rurais; 42% entre os quilombolas; e 51% entre os povos indígenas. O acesso às redes de esgoto e à internet também é limitado, especialmente no Norte e Nordeste: 60% da população não tem acesso a serviços melhorados de esgotamento sanitário, e quase 30% da população nordestina não tem acesso à internet. As restrições de conectividade dificultam o acesso a oportunidades de suma importância (por exemplo, empregos e serviços) e a qualidade de vida das comunidades desfavorecidas. Para ajudar os governos a reduzir ou eliminar essas lacunas, principalmente em nível subnacional, as intervenções do Grupo Banco Mundial pretendem contribuir para a expansão dos serviços essenciais de forma a reduzir as desigualdades de acesso, cobertura e uso. Um aprendizado importante é a eficácia do apoio do Grupo Banco Mundial para a expansão do acesso de pessoas a serviços; contudo, a participação do setor privado é essencial para complementar os serviços prestados pelo setor público. O setor privado está desenvolvendo serviços de saúde a preços acessíveis e aumentando as redes de atendimento fora das capitais, buscando, assim, atender às necessidades dos pacientes em cidades de nível 2 e de nível 3. A IFC está ajudando as empresas que oferecem planos de saúde e serviços clínicos e diagnósticos mais acessíveis a expandir sua presença no território brasileiro. Outra lição é que a pandemia da Covid-19 destacou a dependência do país da importação de produtos essenciais que salvam vidas (insumos para a indústria farmacêutica, medicamentos complexos, algumas vacinas e tecnologias médicas e equipamentos de proteção individual). Assim, as intervenções da IFC mantêm seu foco no fortalecimento do ecossistema da saúde para garantir uma melhor preparação dos prestadores de serviços e fornecedores de produtos sanitários para a próxima pandemia. A IFC também apoiará iniciativas de moradia a preços acessíveis, utilizará seus serviços de consultoria para incentivar o engajamento comunitário das empresas e apoiará indústrias criativas, como, por exemplo, o ecoturismo. As garantias da MIGA também podem ser usadas no âmbito deste objetivo, conforme a demanda do mercado.

Indicadores de objetivos da CPF	Indicadores suplementares de progresso	Programa do GBM
<p>Indicador 2.1.1: Pessoas com acesso a água gerida de forma segura, com dados desagregados por gênero e raça — G CC GL Linha de base (EF24): 408.043 (das quais 213.811 mulheres) Meta (EF28): 1.211.990 (das quais 644.697 mulheres)</p> <p>Indicador 2.1.2: Pessoas com acesso a serviços de esgotamento sanitário geridos de forma segura, com dados desagregados por gênero — G CC GL Linha de base (EF24): 124.215 (das</p>	<p>ISP 2.1.1: Novas conexões de esgoto resultantes de projetos do GBM — CC Linha de base (EF22): 0 (nível do EF22) Meta intermediária (2026): 60 mil domicílios Meta (2028): 120 mil domicílios</p> <p>ISP 2.1.2: Financiamento de serviços e produtos básicos não infraestruturais como resultado de investimentos da IFC Linha de base (2024): US\$ 944 milhões Meta intermediária (2026): US\$ 1 bilhão</p>	<p style="text-align: center;">Financiamento em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Integrado de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos no Espírito Santo (P130682) • Segurança e Governança Hídrica no Ceará (P165055) • Desenvolvimento Rural Sustentável do Ceará — Fase II (P167455) • Melhoria da Gestão de Recursos Hídricos e da Prestação de Serviços na Paraíba (P165683) • Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (P147158) • Sabesp — Melhoria do Acesso e da Segurança dos Serviços Hídricos (P165695) • Projeto de Gestão da Segurança Hídrica do Espírito Santo (P176982) • Projeto de Aprendizagem Resiliente, Inclusiva e Sustentável em Mato Grosso (P178993) • Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Fortaleza (P153012)

<p>quais 62.337 mulheres) Meta (EF28): 330.819 (das quais 166.282 mulheres)</p> <p>Indicador 2.1.3: Beneficiários de programas da rede de proteção social (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada) — GL Linha de base (EF23): 60,3 milhões Meta (EF28): 60 milhões</p> <p>Indicador 2.1.4: Estados e municípios que desenvolveram um Plano de Ação de Prevenção aos Femicídios e aderem ao Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios — G IS Linha de base: (2023): 0 Meta (2028): 2</p>	<p>Meta (2028): US\$ 1,161 bilhão</p> <p>ISP 2.1.3: Índices de inclusão social e violência de gênero das intervenções do BIRD⁶⁸ — G Linha de base (EF24): 0,58 social; 0,60 VG Meta intermediária (EF26): 0,65; 0,65 Meta (EF28): 0,75; 0,75</p> <p>ISP 2.1.4: Mortalidade prematura por doenças não transmissíveis em adultos de 30 a 69 anos Linha de base (2023): 275,5/100.000 Meta/meta intermediária: Redução de 2% ao ano</p> <p><u>Indicadores que contribuem para este objetivo:</u> ISP 1.3.1, 1.3.2 (HLO 1) e 2.2.1 (HLO 2).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Desenvolvimento da Saúde e Proteção Social do Piauí (P178567) • Melhoria da Mobilidade e Inclusão Urbana em Belo Horizonte (P169134) • Apoio ao Novo Programa de Transferência Condicionada de Renda Bolsa Família (P179365) <p>Pipeline de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Eletrificação da Frota de Ônibus de São Paulo (P500501) • Avança Pará (P500524) • Projeto de Mobilidade Sustentável na Região da Foz do Rio Itajaí (P178557) • Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí — Fase 2 (P177474) • Rio Grande do Norte — Fase 2 (P502493) • Apoio ao Programa de Inclusão Econômica Produtiva Urbana da Bahia (P504897) • Assistência Social e Prestação de Serviços em São Paulo (P504899) • Pipeline de financiamento da IFC: Hapvida <p>ASAs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa Upstream e de Consultoria da IFC: Atenção Primária à Saúde no Recife (606741); Atenção Primária à Saúde em Jabotão (606756); Atenção Primária à Saúde em Aracaju (606740); Complexo Hospitalar de Minas Gerais (607333); Iluminação Pública em Ribeirão Preto (606518); Iluminação Pública em Olinda (606519); Iluminação Pública em Foz do Iguaçu (606520); Iluminação Pública em Timon (606521); Iluminação Pública em Ponta Grossa (606526); Iluminação Pública em Camaçari (604259); União Química Vaccines (607050) • Reformas da Proteção Social para Reestruturação e Recuperação durante a Covid-19 (P174836) • Previdência Contributiva e Não Contributiva no Brasil (P174836) • Inclusão Racial para a Construção da Paz no Brasil (P181402) • Programa de Pobreza e Equidade do Brasil no EF24 (P500749) • ASA de Política de Saúde do Brasil (P179951)
---	--	--

Objetivo 2.2 da CPF: Promover a propriedade da terra e meios de subsistência sustentáveis entre os grupos desfavorecidos

Esse tem sido um esforço contínuo que abrange vários engajamentos nacionais. O Grupo Banco Mundial continuará a apoiar a inclusão produtiva das comunidades pobres e desfavorecidas na economia e na sociedade. Entre outras coisas, isso deve ser feito por meio de investimentos que melhorem o acesso dos beneficiários a ativos produtivos, serviços, mercados e tecnologias que permitam o crescimento da produtividade e a resiliência climática de suas famílias e empresas.

Lógica de intervenção

Este objetivo prevê uma vasta gama de atividades e abordagens de base que promovem soluções para grupos específicos de forma a valorizar seu *know-how* singular, ao mesmo tempo que aborda suas necessidades específicas. Essa abordagem foi bem testada no âmbito de engajamentos anteriores com o país em projetos que contribuíram para a adoção de práticas de uso da terra mais sustentáveis entre os povos indígenas e uma maior inclusão de territórios rurais de povos e comunidades tradicionais num contexto de proteção ambiental e bioeconomia, promovendo a inclusão financeira de minorias e populações vulneráveis e levando bens, serviços agrícolas etc. a comunidades pequenas, remotas e desfavorecidas. Intervenções desse tipo serão mantidas e ampliadas por meio de uma maior ênfase na promoção de cadeias de valor de nicho na bioeconomia. Isso contribuirá para a redução da insegurança alimentar (indiretamente)⁶⁹ e para a consecução dos objetivos de produtividade e resiliência climática no âmbito do HLO 1 e HLO 3, por meio da adoção mais ampla de práticas sustentáveis de agricultura e de uso da terra e da integração de pequenos agricultores a cadeias de valor alimentar sustentáveis e competitivas. Os resultados desses esforços serão um crescimento acelerado da renda e uma maior sustentabilidade da agricultura familiar e de atividades econômicas comunitárias nos principais biomas do Brasil. Outras soluções adicionais com foco bem definido incluem o apoio da IFC às indústrias criativas (em particular, a criação de infraestruturas de turismo verde e sustentável); a promoção do engajamento comunitário e de práticas de inclusão social entre empresas do setor privado; o desenvolvimento de uma taxonomia social em nível nacional; e o apoio à inclusão de populações deslocadas à força.

Indicadores de objetivos da CPF	Indicadores suplementares de progresso	Programa do GBM
<p>Indicador 2.2.1: Aumento do valor bruto das vendas de agricultores familiares que participam de atividades financiadas pelo Grupo Banco Mundial, com valores desagregados por gênero — G Linha de base: 0 (nível de 2023) Meta (EF28): Aumento de 20% (o mesmo para mulheres)</p> <p>Indicador 2.2.2: Número de comunidades isoladas, quilombolas e tradicionais com</p>	<p>ISP 2.2.1: Atualização do Marco de Governança Fundiária em nível estadual visando a modernizar o cadastro e apoiar políticas de regularização fundiária — G CC IS Linha de base (2023): 0 Meta intermediária (2026): 1 estado Meta (2028): 2 estados</p> <p><u>Indicadores que contribuem para este objetivo:</u> ISP 1.2.2 (HLO 1), Indicador 3.1.1 (HLO 3)</p>	<p>Programa do GBM</p> <p>Financiamento em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rio Grande do Norte (P126452) • Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (P147158) • Desenvolvimento Rural Sustentável do Ceará — Fase II (P167455) • DPF de Recuperação Sustentável do Estado de Goiás (P177632) • Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (P158000) • Projeto de Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado (P164602) • Carteira de investimentos da IFC: Bansicredi CL Gr (44773); DCM Itau Social (47350); WCS COVID Daycoval (47014); BOP Omni Loan (43584); Creditas (1057497); Open Co Holding (1030823) <p>Pipeline de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em Mato Grosso (P175723)

<p>acesso a recursos financeiros Linha de base: 0 (nível de 2023) Meta (EF28): 79 comunidades</p> <p>Indicador 2.2.3: Número de domicílios com direito à terra estabelecidos em assentamentos rurais — IS Linha de base (EF23): 1.050.000 conforme definido pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra/2024) Meta (EF28): 1.850.000</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí — Fase 2 (P177474) • Pernambuco Agroecológico (P500431) • Rio Grande do Norte — Fase 2 (P502493) • Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bahia — Fase 2 (P180429) <p style="text-align: center;">ASAs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Setor Agrícola Brasileiro (P179206) • SPF: Inclusão Racial para a Construção da Paz no Brasil (P181402) • Avaliação Geral do Marco Ambiental e Social do Brasil — Fase 3 (P500578) • Programa <i>Upstream</i> e de Consultoria da IFC: (604230) Itaú Brazil Women SME NFS III; (606101) SICREDI Women-owned MSME; (606217) Itaú BOW NFS IV; (603706) Criação de Mercados para Populações Deslocadas à Força.
---	--	--

Resultado de Alto Nível 3 (HLO 3) — Uma economia mais verde e menos vulnerável a choques climáticos

Embora este seja um novo HLO, ele já estava incorporado à Área Focal 3 (*Desenvolvimento equitativo e sustentável*) da CPF do EF18–EF23. Isso reflete o forte compromisso do novo governo brasileiro de eliminar o desmatamento ilegal até 2028, reduzir as emissões de GEEs em 53,1% até 2030⁷⁰ e zerar as emissões líquidas até 2050, conforme preveem o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e a contribuição nacionalmente determinada do Brasil (NDC). Os choques climáticos tornaram-se mais frequentes e graves no Brasil, com impactos desproporcionais nas populações mais pobres e disrupções significativas em toda a economia. Como tal, a agenda climática é de importância crucial para o Brasil. A liderança brasileira na preservação e proteção de seus principais biomas também tem importantes implicações regionais e globais (por exemplo, 60% da Floresta Amazônica está no Brasil). Este HLO está diretamente ligado à missão mais ampla do Banco Mundial (ou seja, “um mundo livre de pobreza num planeta habitável”) e à forma como os países de renda média alta, como o Brasil, podem contribuir e se beneficiar no contexto do Roteiro de Evolução. Juntamente com o HLO 1, este HLO está alinhado ao Plano de Transformação Ecológica do Brasil, especialmente seus pilares de bioeconomia, transição energética e economia circular.

As medidas para promover a competitividade econômica de forma sustentável e favorável ao clima no âmbito do HLO 1 (Objetivo 1.2) também são relevantes aqui.

Indicadores do Resultado de Alto Nível	Fontes de dados	Valores atuais
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Emissões líquidas de GEEs por ano</i> — CC GL 2. <i>Taxa líquida anual de desmatamento</i> — CC GL 3. <i>Perdas estimadas em eventos hidrometeorológicos extremos</i> — GL 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil 2. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) 3. EM-DAT: Base de Dados de Eventos Emergenciais — <i>Université Catholique de Louvain</i> (CRED), Bruxelas, Bélgica. Essa é a base de dados usada no perfil de risco climático do Banco Mundial para o Brasil. Os dados são atualizados anualmente. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. 1.785.352 (2020) 2. 11.594 km² conforme atualização do SCD (2022) 3. Entre 2000 e 2022, os choques climáticos (eventos hidrometeorológicos extremos) custaram US\$ 32 bilhões.

Descrição do Resultado de Alto Nível

A crescente exposição do Brasil a riscos hidrometeorológicos, juntamente com seu compromisso de zerar as emissões líquidas e o desmatamento, exigem esforços renovados e mais amplos em prol de uma economia mais verde, além de intervenções específicas para combater os efeitos negativos projetados das mudanças climáticas. Segundo estimativas do Banco Mundial, as necessidades anuais de investimento em ação climática no Brasil equivalem a cerca de 0,8% do PIB no período 2022–2030. Esses investimentos gerariam economias significativas, equivalentes a 0,3% do PIB entre 2022 e 2030, na forma de gastos evitados com energia para o transporte e a indústria e custos reduzidos de congestionamento e poluição atmosférica. Como resultado, os custos econômicos líquidos globais da resiliência e da trajetória rumo ao zero líquido seriam de cerca de 0,5% do PIB ao ano durante esse período.

Este HLO apoiará políticas, incentivos e investimentos para contribuir significativamente para a redução do desmatamento, tornando ainda mais verde a matriz energética do Brasil e melhorando a resiliência climática de comunidades e centros urbanos. Essas intervenções permitiriam o crescimento da produtividade em todos os setores, melhorariam a qualidade de vida e ajudariam a aumentar a eficiência dos gastos em toda a economia brasileira (em conformidade com o HLO 1). Contribuirão, também, para o enfrentamento de outros desafios globais, tais como adaptação e mitigação climáticas, segurança hídrica, acesso à energia, digitalização e segurança alimentar. Em linha com o relatório emblemático intitulado *Receita para um Planeta Habitável* (ainda a ser publicado), o programa do Grupo Banco Mundial se concentrará no potencial significativo do setor agrícola e alimentar do Brasil para reduzir os GEEs por meio da ecologização das cadeias de valor nacionais e voltadas à exportação.

ODS associados:

- ODS 2 — Fome zero e agricultura sustentável
- ODS 6 — Água potável e saneamento
- ODS 9 — Indústria, inovação e infraestrutura
- ODS 11 — Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 12 — Consumo e produção responsáveis
- ODS 13 — Ação contra a mudança global do clima
- ODS 15 — Vida terrestre

Objetivo 3.1 da CPF: Melhorar a gestão dos recursos naturais

Este é um novo objetivo que se baseia na CPF anterior, que apoiou o cumprimento da NDC do Brasil, com foco específico na gestão de recursos naturais e no uso da terra. Análises recentes do BM (por exemplo, o CCDR do Brasil de 2023 e o Memorando Econômico da Amazônia) e aprendizados da CPF referente ao período EF18–EF23 propõem um foco mais preciso na redução do desmatamento, na regularização ambiental de propriedades, na conversão de terras e na gestão de recursos hídricos, sem os quais a Amazônia poderia atingir um ponto de inflexão, o que resultaria na extinção permanente da floresta e geraria impactos sobre os padrões pluviométricos, a economia e o bem-estar das populações do Brasil e da América do Sul.

Lógica de intervenção

Este objetivo apoiará aspectos complementares do paradigma do desmatamento: (i) enfrentar os fatores subjacentes ao desmatamento legal e ilegal; (ii) promover a agricultura sustentável e o uso da terra por meio de uma série de mecanismos concebidos para tornar os modelos de crescimento favoráveis ao clima mais atraentes para as pessoas e as empresas; e (iii) melhorar a gestão dos recursos hídricos, tanto em quantidade quanto em qualidade, a fim de satisfazer a demanda de uma economia e população em crescimento, preservando, ao mesmo tempo, as necessidades hídricas dos ecossistemas. Isso apoiará as recentes políticas e ações de baixo carbono do governo para a agricultura, que contribuíram para reduzir a intensidade das emissões do setor, mas que exigem maiores esforços. No que diz respeito a políticas públicas e atividades de consultoria, o foco será numa melhoria da regulamentação, num desenvolvimento mais rápido dos mercados de carbono e na expansão do financiamento verde. O BM também apoiará a implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) de 2023–2027 e do PPCerrado para se concentrar na melhoria dos sistemas de gestão territorial e regularização fundiária, incluindo medidas para evitar a expansão da fronteira agrícola. Da mesma forma, o BM apoiará a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 2022–2040 e do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), especificamente por meio do fortalecimento do marco institucional e regulatório para a gestão de recursos hídricos, melhorando a aplicação de instrumentos de gestão e investindo em sistemas de infraestrutura hidráulica. Os investimentos e as atividades de consultoria do BIRD e da IFC apoiarão iniciativas de rastreabilidade nas cadeias de valor da agricultura, mineração e exploração madeireira e aumentarão as atividades de reflorestamento, a gestão florestal sustentável, a bioeconomia e a restauração de terras para compensar desmatamentos passados. Este objetivo também apoiará o acesso ampliado a tecnologias e a soluções de irrigação para aumentar a produtividade nas terras existentes e viabilizar um crescimento mais rápido (de forma sustentável) do setor privado.

Indicadores de objetivos da CPF	Indicadores suplementares de progresso	Programa do GBM
<p>Indicador 3.1.1: Área reflorestada, restaurada ou submetida a práticas melhoradas de gestão sustentável (hectares) — CC GL Linha de base (EF23): 60 milhões Meta (EF28): 71,9 milhões</p> <p>Indicador 3.1.2: Número de agricultores que adotaram uma agricultura inteligente em termos de clima, com dados</p>	<p>ISP 3.1.1: Número de instituições e sistemas fortalecidos para melhor gerir os recursos naturais — CC IS Linha de base (EF24): 27 Meta intermediária (EF26): 30 Meta (EF28): 34</p> <p>ISP 3.1.2: Apoio da IFC a terras geridas de forma sustentável na forma de serviços de consultoria — CC</p>	<p>Financiamento em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte (P126452) • Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (P147158) • Desenvolvimento Rural Sustentável e Competitividade do Ceará — Fase II (P167455) • Consórcios de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil (P172497) • Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (P158000) • Projeto de Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado (P164602) • Projeto de Financiamento Climático do Brasil (P178888) • Projeto de GIRH e Revitalização de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo (P176982) • Segurança e Governança Hídrica no Ceará (P165055), • Melhoria da Gestão de Recursos Hídricos e da Prestação de Serviços na Paraíba (P165683)

<p>desagregados por gênero² — G CC Linha de base (EF23): 104.198 Meta (EF28): 172 mil (dos quais 15% mulheres)</p> <p>Indicador 3.1.3: Volume de créditos de carbono gerados com apoio do Grupo Banco Mundial — CC Linha de base: 0 (nível de 2023) Meta (EF28): 100 milhões</p> <p>Indicador 3.1.4: Propriedades e territórios comunitários que adotaram procedimentos de regularização ambiental (número)³ Linha de base (EF23): 23 mil Meta (EF28): 55.500</p>	<p>Linha de base: 0 (EF22) Meta intermediária: 25 mil ha (EF26) Meta: 50 mil ha (EF28)</p> <p>ISP 3.1.3: Volume de financiamento climático para PMEs alavancado pelo apoio do GBM — CC Linha de base (2024): US\$ 2,8 bilhões Meta intermediária (EF26): US\$ 3,5 bilhões Meta: US\$ 4,2 bilhões</p> <p>ISP 3.1.4: Instrumentos de recursos hídricos⁷¹ implementados para melhorar a gestão de recursos hídricos — CC IS Linha de base: 0 Meta: 11</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DGM para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais — Fase 2 (P177957) • Carteira de investimentos da IFC: LDC Brasil (44281) <p style="text-align: center;">Pipeline de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em Mato Grosso (P175723) • Pernambuco Agroecológico (P500431) • Projeto de Água e Saneamento Rural de Pernambuco (P180430) • Projeto de Desenvolvimento Humano Sustentável no Estado do Pará (P500524) • Rio Grande do Norte — Fase 2 (P502493) • Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bahia — Fase 2 (P180429) • Projeto Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí — Fase 2 (P177474) • Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia — Fase 3 (P504126) • Projeto de Financiamento da Eletromobilidade e da Transição Energética (P504543) <p style="text-align: center;">ASAs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Setor Agrícola Brasileiro (P179206) • Assistência Técnica Regional na Amazônia — ASL Fase 2 (P173602) • Apoio ao Painel Científico para a Amazônia (P179236) • Apoio à Precificação do Carbono no Brasil (P5021171) • Programa <i>Upstream</i> e de Consultoria da IFC: Terras Degradadas e Gestão Sustentável de Terras (605776); Rumo à Segurança Hídrica no Brasil (P502121)
Objetivo 3.2 da CPF: Expandir a matriz energética limpa		
Este é um novo objetivo introduzido para capturar as vantagens singulares oferecidas pela matriz energética verde do Brasil.		
Lógica de intervenção		

O setor energético brasileiro tem emissões de carbono relativamente baixas e um grande potencial adicional de energia renovável. Logo, o país poderia zerar as emissões (brutas) do setor até 2050 a um custo incremental insignificante para o sistema elétrico em comparação com a situação atual (BAU). O Grupo Banco Mundial apoiará a implementação de políticas que ajudem o Brasil não somente a descarbonizar seu sistema energético, mas também a fazê-lo a um custo econômico mais baixo e com maior segurança energética, competitividade econômica e inovação. Isso também contribuirá para os objetivos de aumentar a competitividade verde, desenvolver o setor privado e gerar empregos no âmbito do HLO 1, especialmente o Objetivo 1.4 relativo a como tornar a infraestrutura do Brasil mais verde como parte de sua modernização. O aumento da produção de hidrogênio limpo e de energia eólica e solar poderia satisfazer a demanda crescente de diversas indústrias de forma favorável ao clima e ajudaria a diversificar o setor energético, afastando-o da forte dependência dos recursos hídricos. Isso contribuiria para uma maior segurança hídrica e resiliência climática (em 2021, 85% da matriz elétrica foi gerada a partir de fontes renováveis; desse total, 64% vieram de usinas hidrelétricas). Para promover a expansão da energia limpa, o GBM também se empenhará na promoção de várias tecnologias emergentes além do hidrogênio verde, tais como amônia verde, biocombustíveis, biomassa, energia solar flutuante, energia eólica *offshore*, etc. Esses esforços ajudariam o Brasil a alcançar sua ambição de se tornar um líder global no mercado de exportação de hidrogênio verde e de descarbonizar setores-chave da economia nacional, como a agricultura (utilizando amônia verde como fertilizante), a mineração, a indústria pesada e o transporte de mercadorias de longo curso. Uma parte significativa dessa agenda será dedicada à promoção contínua de soluções de transporte verdes (por exemplo, ônibus elétricos). O uso de garantias da MIGA será explorado para mobilizar capital do setor privado em apoio a este objetivo. Em termos gerais, promover a inovação na produção e uso de energias limpas será fundamental para impulsionar a descarbonização, expandir o modelo de economia circular/bioeconomia, melhorar a resiliência e oferecer oportunidades para aumentar a competitividade econômica de vários setores.

Indicadores de objetivos da CPF	Indicadores suplementares de progresso	Programa do GBM
<p>Indicador 3.2.1: Capacidade instalada de produção de hidrogênio limpo (MW) — CC Linha de base: 0 Meta: 150</p> <p>Indicador 3.2.2: Energia renovável (excluindo energia hidrelétrica) gerada por meio de projetos do Grupo Banco Mundial durante o período da CPF — GL CC Linha de base: 0 Meta (2028): 988 MW de capacidade instalada</p>	<p>ISP 3.2.1: Mudanças nas políticas e na regulamentação do mercado para aumentar a eficiência do mercado⁷², publicadas para consulta (número) — IS Linha de base (EF23): 0 Meta intermediária: n/a Meta (EF28): 7</p>	<p>Financiamento em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Financiamento Climático do Brasil (P178888) • Regeneração Verde, Resiliente e Inclusiva de Porto Alegre (P178072) • Projeto de Fortalecimento dos Setores Energético e Mineral — Fase II (P170850) • Carteira de investimentos da IFC: COCAL_Bio (43265); São Martinho I (37809); SM Cogen (43319); COCAL_Bio (43265); Santa Adélia (45828); São Manoel (40264); Cerradinho Bio (35523) <p>Pipeline de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expansão do Hidrogênio Limpo no Brasil — Centro de Hidrogênio Verde do Ceará (P181511) <p>ASAs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aceleração da Transição para Energia Limpa e Segurança Hídrica (P179030)

		<ul style="list-style-type: none"> • Programa <i>Upstream</i> e de Consultoria da IFC: Circularity Plus LAC Umbrella (607005)
Objetivo 3.3 da CPF: Promover cidades e comunidades mais verdes e resilientes		
<p>Este é um novo objetivo da CPF que se baseia no trabalho anterior na Área Focal 3 (<i>Desenvolvimento equitativo e sustentável</i>) da CPF referente aos EF18-EF23, em que o foco estava na prestação de serviços urbanos inclusivos e sustentáveis. As intervenções do BM em zonas urbanas revelaram uma importante lição sobre a necessidade crescente de abordar a questão mais ampla do desenvolvimento urbano e da revitalização de forma mais holística, especialmente por meio da aplicação de uma “perspectiva de desenvolvimento verde” para garantir que os investimentos em infraestruturas e serviços sejam resilientes às mudanças climáticas.</p>		
Lógica de intervenção		
<p>Este objetivo pretende apoiar a implementação das recomendações do CCDR e do AEM para transformar as áreas urbanas⁷³ do Brasil em motores de crescimento resilientes e seguros com baixas emissões de carbono. Busca, também, trabalhar no sentido de reduzir as disrupções que os riscos naturais causam à infraestrutura urbana e de transportes do Brasil, gerando, assim, efeitos positivos para a competitividade da economia brasileira, o que também contribuiria para o cumprimento dos Objetivos 1.2 e 1.4. O BM relatou perdas significativas em todo o país decorrentes de eventos relacionados ao clima (especialmente secas, enchentes repentinas e cheias ribeirinhas); destacou que a gestão de resíduos sólidos contribui com uma parcela significativa das emissões das áreas urbanas do Brasil; e concluiu que a concentração de pessoas, infraestruturas e atividade econômica nas cidades brasileiras significa que uma adaptação urbana inadequada resultaria em grandes custos econômicos globais. As atividades de apoio à aceleração da regeneração e desenvolvimento urbanos abrangeriam aspectos econômicos/de produtividade, sociais e climáticos para maximizar o número de pessoas que se beneficiam de infraestruturas e espaços públicos inteligentes e resilientes em termos de clima, promover melhores práticas de gestão do riscos de catástrofes (incluindo prevenção e mitigação de inundações) e prestar serviços urbanos públicos mais confiáveis e resilientes (por exemplo, gestão de recursos hídricos e de resíduos sólidos). Este objetivo contribui fortemente para o tema transversal do fortalecimento institucional por meio de múltiplos componentes de desenvolvimento institucional no âmbito das operações de nossa carteira (por exemplo, o Plano de Ação Climática de Porto Alegre e o Plano de Água e Saneamento de Fortaleza). Este objetivo é importante do ponto de vista da pobreza e da inclusão social, uma vez que os pobres urbanos são particularmente vulneráveis a catástrofes: as famílias de renda baixa normalmente residem em assentamentos informais, muitas vezes localizados em terras baixas e propensas a inundações, e suas moradias são estruturas facilmente danificáveis durante inundações e deslizamentos de terra. O GBM também continuará a apoiar a preparação para catástrofes de seus clientes dos setores público e privado e a desenvolver mecanismos de seguro parametrizados por eventos climáticos. O uso de garantias da MIGA será explorado para mobilizar capital privado em apoio a este objetivo.</p>		
Indicadores de objetivos da CPF	Indicadores suplementares de progresso	Programa do GBM
Indicador 3.3.1: Número de pessoas que se beneficiaram da redução de riscos relacionados à segurança hídrica, deslizamentos de terra e inundações, com dados desagregados por gênero — G CC	ISP 3.3.1: : Certificação de edificações verdes para indústrias existentes com apoio do GBM (número) — CC Linha de base (EF20): 8.176 Meta intermediária (EF26): 44	Financiamento em curso: <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Fortaleza (P153012) • Linha de Crédito para Resiliência Urbana no Sul do Brasil (P170682) • Regeneração Verde, Resiliente e Inclusiva de Porto Alegre (P178072) • Projeto Integrado de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos no Espírito Santo (P130682)

<p>GL Linha de base (EF23): 0 Meta (EF28): 300 mil</p> <p>Indicador 3.3.2: Pessoas que se beneficiaram de melhores condições de vida urbana, com dados desagregados por gênero e raça — CC G Linha de base (EF23): 100 mil (das quais 53,6% mulheres) Meta (EF28): 700 mil (das quais 53,6% mulheres)</p> <p>Indicador 3.3.3: Redução da carga poluente em bacias hidrográficas apoiada pelo Grupo Banco Mundial (medida como a redução de descargas de DBO em toneladas/ano) — CC Linha de base (EF23): 4.349 Meta (EF28): 11.643</p>	<p>mil Meta (EF28): 80 mil</p> <p>ISP 3.3.2: Número de estados com sistemas de gestão de riscos de desastres e outras políticas de resiliência climática — CC IS Linha de base (EF23): 0 Meta intermediária (EF26): 1 Meta (EF28): 2</p> <p>ISP 3.3.3: Número de cidades com condições institucionais e de políticas públicas habilitadoras e melhoradas para investir em estratégias verdes e resilientes — IS CC Linha de base (EF23): 0 Meta intermediária (EF26): 3 Meta (EF28): 6</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Gestão da Segurança Hídrica do Espírito Santo (P176982) • Melhoria da Mobilidade e Inclusão Urbana em Belo Horizonte (P169134) • Corredor de Transporte Rápido por Ônibus de Aricanduva em São Paulo (P169140) • Carteira de Investimentos da IFC: Projeto de Recursos Hídricos da Corsan (43626); Projeto de Limpeza de Rios em São Paulo (43609) <p style="text-align: center;">Pipeline de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Eletrificação da Frota de Ônibus de São Paulo (P500501) • Projeto Integrado de Mobilidade Sustentável na Região da Foz do Rio Itajaí (P178557) • Projeto de Gestão Proativa, Segura e Resiliente das Rodovias do Espírito Santo (P500469) • Apoio ao Programa de Inclusão Econômica Produtiva Urbana da Bahia (P504897) <p style="text-align: center;">ASAs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ASA de Mapeamento de Risco Ministério das Cidades; • Plano Estratégico BH Jatobá (sob P169134) • Programa <i>Upstream</i> e de Consultoria da IFC: Mobilidade Urbana de São Paulo (607.865); PPP Solar do Brasil (607883).
---	---	--

Notas

⁵⁸ As CPFs rastreiam as trajetórias dos indicadores de HLOs, mas não formulam valores-alvo.

⁵⁹ A taxa de emprego (razão entre a população empregada e a população em idade ativa) é semelhante ao indicador emergente do *scorecard* do Grupo Banco Mundial referente à *porcentagem de emprego assalariado da população em idade ativa*, embora capte tanto o emprego formal quanto o informal, que continua a ser altamente relevante no Brasil.

⁶⁰ O IA-CM é um marco que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz no governo e no setor público em geral. Ele abrange cinco níveis, cada um dos quais descreve as características e capacidades da atividade de auditoria interna. Os cinco níveis do modelo de maturidade de auditoria interna são *Inicial*, *Infraestrutura*, *Integrado*, *Gerenciado* e *Otimizador*. No Brasil, as CGEs pretendem atingir os seguintes níveis: **Nível 2** (*Infraestrutura*), que visa a garantir que os departamentos de auditoria interna estejam equipados com o conjunto certo de ferramentas (inclusive tecnologias de análise de auditoria) para realizar seu trabalho, considerando que a combinação de pessoas capacitadas com as ferramentas certas resulta em maiores benefícios para o processo de auditoria; e **Nível 3** (*Integrado*), que trata da formação de uma equipe de auditoria coesa que trabalhe de forma colaborativa e coordenada. Ao atingir o Nível 3, os auditores podem melhorar a forma como gerenciam dados, resultados e documentos de auditoria, proporcionando às partes interessadas resultados de auditoria mais tangíveis e fundamentados

⁶¹ Observação: todos os indicadores que têm uma linha de base igual a zero são construídos usando a mesma abordagem de medir apenas o progresso alcançado com o apoio do Grupo Banco Mundial durante o período da CPF (portanto, sem considerar níveis alcançados anteriormente).

⁶² Este é um marco fundamental para a mobilização de financiamento de forma sustentável.

⁶³ Estimativas posteriores indicam que o ICH para o Brasil pode até ser menor: 0,55.

⁶⁴ Este indicador reflete a contribuição dos projetos de transportes com foco na melhoria do transporte público para melhorar o acesso a um número maior de empregos no mesmo tempo de deslocamento.

⁶⁵ A noção de “aprimorado/a” é importante, porque as rodovias abrangidas pelo programa do Grupo Banco Mundial adotarão padrões mais elevados de segurança e resiliência climática do que antes.

⁶⁶ O financiamento de longo prazo abrange tanto os recursos próprios da IFC quanto os recursos de terceiros mobilizados pela IFC.

⁶⁷ <https://www.ibge.gov.br/en/statistics/social/labor/18083-annual-dissemination-pnadc3.html?edicao=37314&t=o-que-e>.

⁶⁸ O ISP 2.1.3 e o ISP 2.1.4 são calculados como índices que combinam um conjunto de variáveis retiradas de cada carteira e projeto em *pipeline* e refletem aspectos do desenho do projeto como medidas para superar barreiras enfrentadas pelos grupos sociais mais desfavorecidos e vulneráveis ou para promover a concepção e implementação de planos de prevenção da violência de gênero.

⁶⁹ O Brasil é o país com o maior número de indivíduos com insegurança alimentar de moderada a grave na ALC (70,3 milhões); além disso, é um dos poucos países da ALC onde a prevalência da insegurança alimentar aumentou mais de 10% em comparação com o período 2019–2021.

⁷⁰ Em 2023, a meta de 50% foi aumentada, considerando o mesmo prazo, o que também é um reflexo do forte comprometimento do governo.

⁷¹ Planos, informações, dados, direitos e taxas sobre a água etc.

⁷² Os novos regulamentos devem se concentrar na expansão da produção de energia limpa (hidrogênio e energia eólica *offshore*), na revisão da regulamentação do mercado da eletricidade e na internalização das externalidades ambientais (implementação de um mercado de carbono).

⁷³ Embora o foco sejam os centros urbanos, outros objetivos (por exemplo, no âmbito do HLO 2 e do Objetivo 3.1.) apoiarão a resiliência climática nas zonas rurais.

ANEXO 2. REVISÃO DE CONCLUSÃO E APRENDIZAGEM DO BRASIL EF18–EF23

Documento do

Grupo Banco Mundial

SOMENTE PARA USO OFICIAL

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL

AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS

REVISÃO DE CONCLUSÃO E APRENDIZAGEM

PARA A

ESTRATÉGIA DE PARCERIA COM O PAÍS

PARA A

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RELATIVA AO PERÍODO EF18–EF23

3 de novembro de 2023

Escritório do Brasil

Região da América Latina e Caribe

Corporação Financeira Internacional

América Latina e Caribe

Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

Este é um documento de distribuição restrita, que deve ser usado apenas no desempenho de funções oficiais. Seu conteúdo não deve ser divulgado sem a autorização do Grupo Banco Mundial.

CONVERSÃO CAMBIAL

Unidade monetária = Real brasileiro (R\$)

US\$ 1 = R\$ 4,90 (em 3 de novembro de 2023)

EXERCÍCIO FINANCEIRO

De 1º de janeiro a 31 de dezembro

ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS

O documento da CPF contém uma lista consolidada de todas as abreviaturas, acrônimos e siglas usadas no estudo, inclusive os termos usados nesta CLR.

	BIRD	IFC	MIGA
Vice-presidente:	Carlos Felipe Jaramillo	Alfonso Garcia Mora	Ethiopsis Tafara
Diretor:	Johannes Zutt	Manuel Reyes-Retana	Moritz Nebe (interino)
Gerente nacional:	n/a	Carlos Leiria Pinto	n/a
Líderes de equipes:	Anastassia Alexandrova	Marcos Vaena, Diogo Falchano Bardal	Gianfilippo Carboni

REVISÃO DE CONCLUSÃO E APRENDIZAGEM DO BRASIL EF18–EF23

INTRODUÇÃO

- 1. Esta Revisão de Conclusão e Aprendizagem (CLR) avalia como a Estratégia de Parceria com o País (CPF) para o Brasil relativa ao período EF18–EF23 (Relatório n.º 113259-BR) alcançou os resultados de desenvolvimento esperados.** Ela se baseia na matriz de resultados atualizada na Revisão de Desempenho e Aprendizagem do Brasil (PLR, Relatório n.º 143636-BR) e analisa a qualidade da concepção e implementação daquela CPF, além de extrair lições para a CPF seguinte.
- 2. O progresso na consecução dos objetivos da CPF foi considerado *Moderadamente satisfatório*.** Apesar da evolução das prioridades devido a duas mudanças de governo e ao impacto da Covid-19, a CPF permaneceu relevante. Sua implementação resultou em progressos significativos nas três áreas focais. Dos dez objetivos da CPF, quatro foram totalmente alcançados, quatro foram majoritariamente alcançados, e dois, parcialmente alcançados.
- 3. O desempenho do Grupo Banco Mundial (GBM) na concepção e implementação da CPF foi considerado *Bom*.** A partir de lições de experiências passadas e com base no primeiro Diagnóstico Sistemático de País para o Brasil (SCD, Relatório n.º 101431-BR), a CPF atendeu às principais prioridades de desenvolvimento, mantendo flexibilidade para ajustar o programa conforme a necessidade. A colaboração do BM foi robusta, alavancando mais de US\$ 11 bilhões de capital privado. O trabalho analítico apoiou fortemente as reformas políticas e a concepção operacional. A PLR ajustou o programa para mantê-lo nos trilhos e concentrar o apoio do Grupo Banco Mundial numa recuperação verde e inclusiva da pandemia.
- 4. A CLR oferece lições para um novo engajamento com o país.** Ela destaca as características da CPF a serem mantidas (foco em resultados, dados públicos, trabalho como um Grupo Banco Mundial Único e realização de análises influentes). Ademais, sugere clareza e transparência sobre as prioridades geográficas, os impactos em escala e os riscos de implementação.

I. PROGRESSO RUMO AOS RESULTADOS DE DESENVOLVIMENTO DA CPF

- 5. Um esforço conjunto e coordenado do Grupo Banco Mundial e de seus clientes garantiu um progresso significativo em todas as áreas de foco da CPF num contexto em constante evolução.** Foram observados desenvolvimentos significativos nas seguintes áreas: fortalecimento da gestão fiscal; fornecimento de proteção social e serviços essenciais aos mais pobres; mobilização do setor privado para o desenvolvimento; melhora da capacidade de gestão ambiental nos níveis subnacionais; e promoção da inclusão de grupos vulneráveis. Em termos gerais, o progresso rumo aos resultados de desenvolvimento da CPF foi *Moderadamente satisfatório*. O BM implementou um programa de empréstimos robusto (embora abaixo dos níveis previstos), além de prestar serviços de consultoria, análises e produtos de conhecimento que permitiram ao governo e às contrapartes implementar atividades que apoiaram os resultados da CPF e combateram os efeitos negativos da Covid-19. Os Anexos 1 e 2 da CLR contém detalhes sobre as classificações de indicadores, linhas de base, metas e atividades.

Área Focal 1: Consolidação fiscal e eficácia do governo para a prestação de serviços

Objetivo 1.1: Fortalecer a gestão fiscal em todos os níveis de governo: *Alcançado*

- 6. No início do período da CPF, o Brasil enfrentava dificuldades com a estagnação das receitas, déficits orçamentários, despesas obrigatórias crescentes e a necessidade de consolidação fiscal.** Em resposta, o governo federal adotou uma regra fiscal que limitou os gastos primários. O Banco Mundial apoiou essa ação por meio de uma revisão de despesas (*Um Ajuste Justo*), um ASA fiscal

intergovernamental, uma modelagem fiscal subnacional, um relatório sobre a massa salarial federal e o relatório *Brasil 2020*. Ademais, apoiou a implementação do “teto de gastos”, analisando seu impacto na dívida pública. A adesão à âncora fiscal promoveu a consolidação fiscal e preservou a meta da CPF de manter os gastos primários federais abaixo de 110% da linha de base de 2016, apesar das pressões para aumentar os gastos (por exemplo, para enfrentar a Covid-19). Embora muitos fatores tenham afetado o equilíbrio fiscal (por exemplo, receitas de concessões e inflação), as atividades do Banco Mundial ajudaram as autoridades a controlar as despesas recorrentes, especialmente no que diz respeito aos aumentos salariais de funcionários públicos e à reforma previdenciária de 2019. O trabalho de *advocacy* do BM (inclusive por meio de suas mídias sociais) relacionado à política fiscal funcionou bem e excedeu sua meta de relevância.

7. O Banco Mundial apoiou operações para ajudar os governos subnacionais a recuperar sua sustentabilidade fiscal. As operações de políticas de desenvolvimento ajudaram Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro a elevar a classificação de sua capacidade de pagamento (Capag) para B em 2022, ultrapassando a meta da CPF (que previa essa melhora em apenas dois entes subnacionais). O apoio analítico do Banco Mundial também ajudou a elevar a Capag de outros entes subnacionais (por exemplo, avaliações fiscais, de massa salarial e de aquisições/contratações em Santa Catarina) com base em seu trabalho anterior de concepção do sistema Capag em 2017–2018.

8. Em linha com o Objetivo 1.1, o Banco Mundial ajudou o governo federal a obter ganhos de eficiência na administração e nas despesas públicas. A partir do relatório de revisão de despesas intitulado *Um Ajuste Justo*⁷⁴, o governo implementou melhorias regulatórias (modernizando suas regras de pregão eletrônico e a lei de licitações), o que elevou significativamente a eficiência de suas funções de aquisições e contratações⁷⁵ em comparação à linha de base de 2016. O BIRD também apoiou um novo Progestão⁷⁶ — um esforço conjunto entre os governos federal e estaduais para implementar um conjunto de reformas de gestão do setor público com o intuito de aumentar a eficiência das despesas públicas⁷⁷. A implementação das operações subnacionais do Progestão ocorrerá durante o período da próxima CPF.

Objetivo 1.2: Aumentar a sustentabilidade fiscal e a justiça do sistema previdenciário, bem como a eficácia do sistema de proteção social: *Alcançado*

9. Os ASAs do Banco Mundial ajudaram o governo a melhorar a justiça e a sustentabilidade fiscal do sistema previdenciário e a eficácia do sistema de proteção social. Com base nas recomendações da assistência técnica sobre pensões, dos ASAs sobre a reforma da massa salarial e da força de trabalho do setor público e do relatório *Um Ajuste Justo*, uma reforma constitucional do sistema previdenciário foi aprovada em dezembro de 2019, estabelecendo novas regras de aposentadoria e permitindo que estados e municípios implementassem mudanças semelhantes em seus próprios sistemas previdenciários subnacionais. Um ponto-chave dessa reforma foi o aumento da idade efetiva de aposentadoria, a tributação sobre os benefícios que excedam o salário mínimo e a revisão dos benefícios de sobrevivência. Isso fez com que a proporção de novos pensionistas do setor público aposentados com base no tempo de contribuição caísse de 35% em 2016 para 21% em 2002. Até 2022, 26 das 27 unidades federativas brasileiras haviam adotado leis complementares de previdência — a partir de uma linha de base de apenas 8. A expectativa é que o escopo das reformas se aprofunde ainda mais no âmbito da próxima CPF.

10. Os programas brasileiros de proteção social melhoraram. Com o apoio do Banco Mundial, o governo melhorou seu programa emblemático de transferência condicionada de renda, o Bolsa Família, e expandiu o Cadastro Único, um instrumento que lhe permite chegar aos mais pobres. Até 2022, 34 programas sociais já haviam coordenado seu cadastro de beneficiários com o Cadastro Único, o que superou a meta da CPF de 25. O mesmo projeto ajudou a vincular os beneficiários do Bolsa Família a

programas de vacinação, aleitamento materno, acesso à alimentação e cuidados essenciais para mães e crianças, atendendo às necessidades dos beneficiários de uma forma mais complexa e aumentando, assim, a eficácia geral da assistência prestada. Graças ao Bolsa Família, a proteção social também foi ampliada para mitigar os choques da Covid-19, incluindo 1,8 milhão de novas famílias no programa Auxílio Brasil em 2021 (com o apoio de uma operação do Banco Mundial). Durante o período da CPF, o Bolsa Família e o Auxílio Brasil ajudaram a reduzir a pobreza e a desigualdade⁷⁸ no país, excedendo em muito a meta da CPF de manter 1,2 milhão de famílias acima do nível de pobreza extrema. Além disso, o Criança Feliz — um programa de educação infantil para famílias vulneráveis — beneficiou pelo menos 1,1 milhão de crianças com menos de 6 anos até 2021. Embora a falta de dados não nos permita saber se o programa atingiu a meta suplementar da CPF de 2 milhões de crianças, alguns relatos⁷⁹ indicam que o programa continuou a se expandir em 2022. O trabalho nessa área será mantido na próxima CPF.

Objetivo 1.3: Aumentar a eficácia da prestação de serviços na educação: *Parcialmente alcançado*

11. As alterações nas regras governamentais de gestão de dados em 2022 impedem a avaliação das mudanças no sistema educacional. Durante os primeiros anos da CPF, o apoio do Grupo Banco Mundial contribuiu para reduzir as taxas de evasão e abandono escolar e melhorar os resultados de aprendizagem. Um projeto federal de apoio à reforma do ensino médio, o qual priorizava escolas vulneráveis, ajudou a melhorar os resultados de aprendizagem até 2021, quando o projeto foi reestruturado para enfrentar os desafios resultantes da pandemia de Covid-19. É difícil avaliar os impactos do programa após a pandemia, uma vez que as escolas foram mantidas fechadas durante cerca de 200 dias, e estudantes em áreas vulneráveis não tinham acesso à internet. À medida que os alunos regressaram ao ensino regular, os governos passaram a reavaliar as taxas de evasão/abandono escolar e os resultados educacionais. A Lei de Proteção de Dados de 2022, que permite a transferência de dados apenas com o consentimento do indivíduo em questão, impediu a desagregação dos dados conforme os indicadores da CPF. No entanto, *proxies* usados para estimar as taxas de evasão e abandono escolar no Norte e Nordeste demonstram uma melhoria (2,8% a partir de uma linha de base de 6%); logo, há esperança de que as metas de aprendizagem sejam alcançadas em 2023. A Revisão de Capital Humano⁸⁰ e o ASA sobre recuperação de aprendizagem avaliaram os impactos da Covid-19 na educação e sugeriram políticas para recuperar perdas de aprendizagem e remover as barreiras à aceleração da aprendizagem.

12. Uma queda nas matrículas também foi observada no setor privado, embora alguns patrocinadores tenham acelerado iniciativas de digitalização. A IFC só conseguiu relatar 950.774 crianças beneficiadas com ensino privado (das quais 510.728 eram do sexo feminino) — abaixo da meta de 1.350.000. Isso não reflete uma falta de engajamento, mas sim dificuldades no monitoramento dos resultados durante a transição de 2020 para o novo sistema de dados que não conseguiu captar os projetos encerrados até então. A IFC investe estrategicamente apenas no ensino superior, com foco na promoção da inclusão da população pobre e vulnerável, expandindo os serviços privados de ensino superior para áreas carentes, como cidades menores e o Nordeste do Brasil.

Objetivo 1.4: Aumentar a eficácia da prestação de serviços na saúde: *Majoritariamente alcançado*

13. A CPF pretendia ajudar o governo a melhorar a eficiência das despesas com saúde, melhorando simultaneamente a prestação de serviços de saúde e ampliando o acesso dos mais pobres. Um engajamento abrangente⁸¹ que buscava reduzir a mortalidade precoce entre pessoas de 30 a 69 anos por doenças crônicas não transmissíveis para 297 mortes por 100 mil habitantes foi bem-sucedido: o indicador atingiu 299,1 em 2021 (ligeiramente acima da meta), mas se estima que tenha caído para 285 em 2022. O número de pacientes beneficiados com serviços de saúde privados graças ao apoio da IFC ultrapassou 5,9 milhões em 2019, acima da meta de 4,8 milhões. A assistência técnica do Banco Mundial ajudou a

melhorar os sistemas de referência da atenção primária, a gestão de sistemas hospitalares e os atendimentos de média a alta complexidade. A porcentagem de hospitalizações por condições sensíveis a cuidados ambulatoriais caiu de 21% em 2016 para 15,5% em 2021, superando a meta. A assistência técnica do Banco Mundial também ajudou a conceber um sistema baseado no desempenho que incentiva a busca de atenção primária à saúde, que aumentou de 74,7 milhões de pessoas em 2016 para 170,8 milhões em 2022.

Área Focal 2: Investimento do setor privado e crescimento produtivo

Objetivo 2.1: Reduzir barreiras regulatórias e outras distorções microeconômicas à concorrência, ao investimento e ao comércio: *Parcialmente alcançado*

14. Entre 2016 e 2020, o tempo médio para processar mercadorias importadas desde sua chegada à fronteira até sua saída foi reduzido pela metade. Considerando o tempo médio para a liberação de bens importados — um indicador avaliado por meio de um estudo apoiado pelo Banco Mundial⁸² — o tempo caiu de 14,4 para 7,4 dias, aproximando-se da meta de 6,5 dias. O indicador não reflete plenamente as agendas de concorrência, investimento e comércio. Dados complementares revelam que a facilitação do comércio continua a melhorar: por exemplo, o tempo de permanência na alfândega caiu de 19,5 horas em 2019 para 15,3 em 2021; a cobertura das importações processadas por meio do da Janela Única aumentou para cerca de 40% em 2022, reduzindo o processamento fragmentado; e o Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA⁸³) demonstrou-se eficaz, abrangendo cerca de um terço do comércio externo e permitindo que as empresas incluídas no programa poupem cerca de um terço do tempo que dedicariam às mesmas funções se não usassem o programa. O Banco Mundial apoiou a Janela Única, o OEA e o estudo *Time Release Study* (sobre o tempo real necessário para a liberação de mercadorias) principalmente por meio de ASAs. Além disso, facilitou o intercâmbio de conhecimentos, o engajamento de partes interessadas, a assinatura de acordos internacionais e a digitalização de processos. As ações de *advocacy* do BM alcançaram 128 mil menções nas mídias *online* até o final de 2022 — o que ficou abaixo da meta, mas demonstrou a presença ativa do Banco. O GBM também publicou, em 2021, um estudo *Doing Business* em nível subnacional, que gerou demanda por assistência técnica em Pernambuco. Serviços adicionais de assistência técnica em nível federal complementaram o engajamento liderado pela IFC em diversas áreas de reformas (ambiente de negócios, política de concorrência e política de investimento).

Objetivo 2.2: Reduzir as distorções do mercado financeiro a fim de melhorar a disponibilidade e a atribuição de crédito: *Majoritariamente alcançado*

15. Um declínio constante no crédito empresarial direcionado como parte do volume total revela uma mudança dos mercados de capitais públicos para os mercados de capitais privados. A meta (menos de 40%) foi alcançada em 2021, e o resultado final em 2023 foi de 36%. A porcentagem de novos empréstimos habitacionais baseados em índices de mercado e não na taxa referencial atingiu 13,7% em 2020, embora, no final de 2022, a porcentagem tenha caído para 5,7% à medida que a inflação aumentava, o que fez subir as taxas hipotecárias. O apoio do Grupo Banco Mundial para este objetivo consistiu em serviços de conhecimento (por exemplo, ASA de alocação de crédito, diagnóstico de financiamento habitacional, consultoria sobre sistema de relatórios de crédito e serviços financeiros da IFC).

16. O apoio do Grupo Banco Mundial a PMEs foi mantido, o que ajudou a eliminar um déficit de financiamento formal de PMEs de US\$ 440 bilhões. Embora as MPMEs contribuam com 27% do PIB e 54% do emprego, seu acesso ao financiamento permanece limitado. Para ajudar, a IFC ancorou um título social de US\$ 400 bilhões (US\$ 200 milhões de recursos próprios - OA) para apoiar o programa de

empréstimos do Banco Mundial a PMEs pertencentes a mulheres (WSMEs), com uma reserva de 10% para WSMEs nas regiões mais carentes do Norte e Nordeste. Durante o período EF18–EF23, o apoio da IFC a MPMEs mobilizou US\$ 839 bilhões.

Objetivo 2.3: Mobilizar mais investimentos em infraestrutura para melhorar os serviços, inclusive por meio de PPPs: *Majoritariamente alcançado*

17. Os investimentos do Grupo Banco Mundial contribuíram significativamente para a modernização de rodovias. A meta de 7.600 km foi superada em 2022, atingindo 9.964 km. A contratação baseada no desempenho no Tocantins demonstrou como as estradas poderiam ser mantidas em boas condições por mais tempo e com custos mais baixos, desde que tivessem os incentivos certos. O trabalho do Banco Mundial e da IFC na reabilitação de estradas na Bahia demonstrou como as concessões e as PPPs oferecem soluções mesmo num contexto de severas restrições fiscais. A IFC tem expandido essa abordagem a outros setores (iluminação pública, saúde, educação, transporte público), ao mesmo tempo que promove melhorias de qualidade por meio de marcos e KPIs implementados por operadores privados. Na Rodovia Presidente Dutra, no corredor Piracicaba-Panorama e no Metrô de São Paulo, a IFC apoiou o processo licitatório de concessão para novos investimentos, operação e manutenção. A mobilização privada dos projetos rodoviários da IFC atingiu 5.460 km construídos, com investimentos totais de US\$ 12,8 bilhões.

18. O Grupo Banco Mundial atingiu sua meta de mobilizar US\$ 600 milhões em investimentos no setor de transportes. Ao fornecer garantias de não cumprimento de obrigações financeiras subsoberanas em apoio a um projeto do setor público, a MIGA mobilizou cerca de US\$ 173 milhões em financiamento de longo prazo de um banco comercial internacional em termos competitivos como parte do Projeto de Transporte Sustentável do Estado de São Paulo. A meta de mobilização da IFC de US\$ 8,9 bilhões foi superada, com uma mobilização central total para o período EF18–EF23 de US\$ 10,2 bilhões. O programa de PPPs no Brasil é um dos maiores da IFC. Durante o período da CPF, a equipe participou de projetos de grande porte em várias áreas, tais como concessões rodoviárias, iluminação pública e atenção primária à saúde. Em abril de 2021, foi aprovada uma concessão de 35 anos para a rodovia BR-153, que mobilizou US\$ 530 milhões. O valor da mobilização (emissão de dívida para o projeto) foi reconhecido no indicador suplementar, que foi superado. A IFC criou um forte programa de consultoria em PPPs, mas não investiu nesses projetos com recursos próprios, uma vez que sua incapacidade de oferecer de financiamento em moeda local deixou a IFC menos competitiva que o mercado. No próximo ciclo da CPF, porém, a IFC poderá oferecer empréstimos em moeda local.

Área Focal 3: Desenvolvimento inclusivo e sustentável

Objetivo 3.1: Apoiar o cumprimento da NDC do Brasil com foco no uso da terra: *Majoritariamente alcançado*

19. Avanços significativos foram feitos na proteção da Amazônia e das regiões costeiras e marinhas. Dois engajamentos apoiados pelo GEF expandiram as áreas protegidas em cerca de 212 milhões de hectares, muito além dos 63,8 milhões previstos na meta. Desse total, 95,9 milhões de hectares estavam na Amazônia, e 116 milhões de hectares envolviam a biodiversidade marinha. Dados demonstram que as áreas protegidas da Amazônia diminuíram o desmatamento em 21% entre 2008 e 2020, e que as unidades de conservação apoiadas pelo Arpa reduziram as emissões em 104±10 Mt de CO₂⁸⁴.

20. Com o apoio do BIRD e de fundos fiduciários (FFs), inclusive o Programa de Investimento Florestal (FIP)⁸⁵, 14 projetos contribuíram significativamente para a adoção de práticas mais sustentáveis de uso da terra no Brasil. Juntos, eles superaram vários indicadores, como, por exemplo, o

número de instituições capacitadas para melhorar a gestão ambiental de paisagens e/ou promulgar políticas para reduzir o desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado (meta excedida em 4,5 vezes); e organizações de PICTs com maior engajamento, papel e voz na tomada de decisões sobre REDD+/mudanças climáticas. Uma iniciativa apoiada pelo FIP no Cerrado permitiu que 3,8 milhões de beneficiários registrassem suas propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR) — um primeiro passo fundamental para cumprir as disposições sobre o uso da terra. Os próximos passos para reverter a degradação da terra exigirão mais tempo e esforço: até agora, 148.435 empreendimentos agrícolas adotaram a gestão de paisagens e práticas agrícolas sustentáveis por meio do apoio do Grupo Banco Mundial, mas, no futuro, os 3,8 milhões de proprietários registrados no CAR desenvolverão e validarão planos para a recuperação e o uso sustentável de suas terras. A restauração de terras continuará atraindo a participação privada como uma oportunidade de recuperação de pastagens degradadas para o plantio: isso está ao centro da estratégia de agronegócios da IFC para o Brasil.

21. O Banco Mundial adotou uma abordagem multifacetada para a agenda climática brasileira por meio de ASAs, recursos de FFs, investimentos subnacionais e empréstimos para políticas públicas. A falta de dados impede a elaboração de relatórios sobre como evitar emissões de GEEs por meio da conservação e do aumento dos estoques de carbono nas florestas (até o momento, foram comunicadas 144 milhões de toneladas, em contraste com uma meta de 300 milhões). Um déficit em relação a outro indicador da NDC (relativo ao apoio de ASAs à NDC do Brasil) reflete uma mudança nas prioridades da agenda climática federal para o período 2019–2022, durante o qual o Banco Mundial manteve diálogo e engajamentos subnacionais. A exposição da IFC a projetos climáticos representa 36% da carteira, com expectativa de crescimento: isso inclui uma carteira de US\$ 227 milhões em biocombustíveis (por exemplo, produção e cogeração de açúcar e etanol, uma área em que o Brasil apresenta claras vantagens competitivas).

Objetivo 3.2: Prestar serviços urbanos mais inclusivos e sustentáveis: *Majoritariamente alcançado*

22. O Banco Mundial excedeu sua meta inicial de pessoas com condições melhoradas de vida urbana, mas ficou aquém da meta revista (3,79 milhões) estabelecida na PLR. A nova meta incorporou uma definição composta⁸⁶, com base na qual o Grupo Banco Mundial apoiou investimentos para melhorar o abastecimento de água, o saneamento, as redes de esgotos, calçadas, parques públicos e rodovias. Até o final de 2022, os indicadores suplementares⁸⁷ ficaram aquém das metas devido a atrasos relacionados à Covid-19. O número de residentes urbanos com acesso aprimorado a serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água potável e espaços públicos de alta qualidade ultrapassou 1,3 milhão, ficando abaixo da meta de 1,79 milhão⁸⁸. A redução da poluição das bacias hidrográficas ficou 600 unidades abaixo da meta de 12.645 toneladas de demanda bioquímica de oxigênio (DBO) por ano. A IFC apoiou estatais de abastecimento de água (Corsan e Sabesp) na obtenção de financiamento de longo prazo para reduzir perdas de água e melhorar sua eficiência e nos esforços para limpar o Rio Pinheiros, por meio de empréstimos azuis e empréstimos vinculados à sustentabilidade que recompensaram os patrocinadores pela água não faturada.

23. O Grupo Banco Mundial também ajudou a oferecer serviços de transporte urbano mais eficientes e verdes a 2 milhões de cidadãos urbanos. Em São Paulo, um engajamento multimodal envolveu os projetos do Corredor Rodoviário de Aricanduva e de Transporte Sustentável do Banco Mundial, a iniciativa de Rodovias da IFC e uma garantia da MIGA que cobre investimentos estatais para melhorar a eficiência, a segurança e a resiliência dos transportes. No Rio de Janeiro, o apoio do Grupo Banco Mundial, inclusive por meio do projeto Ferrovias Suburbanas, beneficiou cerca de 600 mil usuários (100 mil adicionais) com um sistema ferroviário urbano melhorado até meados de 2019. As metas de número de passageiros não foram cumpridas, pois a Covid-19 reduziu o número de usuários do transporte

ferroviário urbano para 250 mil por dia em janeiro de 2023 (menos de metade dos níveis pré-pandemia), mas há uma expectativa de recuperação.

24. A meta de qualidade do engajamento dos cidadãos nas operações do Banco Mundial, medida em nível de projeto, foi totalmente alcançada. Alguns exemplos estão disponíveis na PLR (parágrafos 31–23) e na seção III abaixo.

25. O progresso rumo ao Objetivo 3.2 resultou, em parte, da integração de mecanismos de avaliação e resposta a riscos de desastres (DRM) aos planos subnacionais. A meta que previa a elaboração de dois planos foi alcançada. A assistência técnica do GBM para Santa Catarina permitiu ao estado melhorar suas políticas de DRM utilizando o modelo CAT⁸⁹; e *Santa Catarina Resiliente*⁹⁰ é um resultado significativo. Além disso, São Paulo desenvolveu, junto com o componente de assistência técnica num projeto de transporte, planos de contingência para seu Departamento de Estradas de Rodagem: a operação também apoiou o Instituto Geológico do estado na condução de atividades de mapeamento de risco de desastres nos principais municípios e na integração de ações da Defesa Civil estadual com o DER e o IG para melhorar o monitoramento das rodovias antes e durante eventos extremos.

Objetivo 3.3: Promover o desenvolvimento de pequenos produtores rurais e proteger grupos vulneráveis: Alcançado

26. O número de agricultores beneficiados com bens ou serviços agrícolas passou de 280 mil para mais de 4,2 milhões, superando a meta da PLR de 750 mil. A maior parte disso resultou de um projeto FIP Cerrado que atingiu mais de 3,8 milhões de proprietários de terras. Outros projetos de desenvolvimento rural foram implementados no Rio de Janeiro (60 mil agricultores), São Paulo (54 mil), Rio Grande do Norte (100 mil) e Bahia (41 mil), com a contribuição de 16 operações do BIRD. O número-alvo de comunidades tradicionais com meios de subsistência melhorados⁹¹ contou com o apoio de sete operações, inclusive na Bahia e no Acre. Em particular, 55% dos beneficiários de um projeto rural pernambucano tiveram um aumento nos valores reais de vendas brutas em mais de 20%, e outros 32% também tiveram um aumento (30% eram famílias chefiadas por mulheres, e 5% pertenciam a grupos vulneráveis). A IFC alcançou 49.771 agricultores, inclusive por meio da instituição financeira Bansicredi.

II. DESEMPENHO DO BANCO MUNDIAL

27. O desempenho do Grupo Banco Mundial durante o período desta CPF foi classificado como Bom. Os objetivos e áreas focais refletiram os principais desafios de desenvolvimento e permaneceram válidos em meio a mudanças nas prioridades e nos contextos governamentais. A atenção a questões transversais, como o gênero e as mudanças climáticas, foi preservada em nível de programa e por meio de projetos (parágrafo 47). A CPF incorporou flexibilidade para se adaptar às mudanças no governo e aos desafios da Covid-19. Os resultados e desembolsos mantiveram-se, em grande parte, na rota certa. Nos últimos anos, orientado pela PLR, o Grupo Banco Mundial concentrou-se na recuperação da Covid-19, ao mesmo tempo que mantinha uma abordagem mais verde, mais inclusiva e fiscalmente sustentável. O apoio à recuperação foi mobilizado em todo o programa e utilizou novos empréstimos de desembolso rápido, gestão de carteiras e inovações de supervisão. A adaptação de indicadores individuais, apesar de alguns desafios (parágrafo 51), serviu de lição para a próxima CPF. As parcerias de desenvolvimento foram alinhadas, reforçando-se mutuamente e contribuindo para os objetivos da CPF.

28. A colaboração do Grupo Banco Mundial foi robusta, alavancando o impacto acumulado do apoio público e privado nos segmentos de transporte, água e saneamento, outras infraestruturas, saúde e educação. A participação do setor privado foi mobilizada por meio de instrumentos da IFC e do Banco

Mundial. ASAs forneceram uma plataforma para a concepção operacional e um engajamento inicial com o governo eleito em 2022, por meio de um conjunto de notas de políticas públicas que priorizam a agenda de desenvolvimento para os próximos anos. A colaboração do Grupo Banco Mundial cresceu durante o período da CPF, com um foco maior na promoção da concorrência no setor financeiro, na melhoria dos padrões ambientais e sociais e nas oportunidades de investimento em infraestrutura de TICs.

29. Além da Covid-19, os principais desafios do programa foram uma situação fiscal mais restritiva, que se traduz em espaço fiscal e limites de endividamento menores, além de vários atrasos entre a aprovação do Conselho do Banco Mundial e a efetivação do projeto. No futuro, permanecem algumas incertezas relacionadas à estratégia de financiamento externo do governo e ao tempo necessário para que novos empréstimos sejam assinados e efetivados. Apesar disso, foi criado um programa robusto no âmbito da CPF para o período EF18–EF23, abrindo caminho para um forte engajamento no novo ciclo.

Preparação e Desenho da CPF

30. A CPF para o período EF18–EF23 baseou sua lógica de intervenção nas três restrições à redução sustentada da pobreza e à prosperidade compartilhada identificadas no SCD⁹², que se traduziram nas três áreas focais da CPF: (i) questões de consolidação fiscal e eficácia governamental; (ii) investimentos privados e produtividade; e (iii) questões de desenvolvimento equitativo e sustentável de longo prazo. A concepção do programa refletiu os principais aprendizados da CPS EF12–EF15, incluindo a necessidade de apoiar o governo na resolução de deficiências estruturais (reorientação do modelo de crescimento para a produtividade e fortalecimento da política fiscal, da governança e do desenvolvimento de infraestrutura). A mudança em prol de um engajamento equilibrado entre os níveis federal e subnacionais, com atenção à sustentabilidade fiscal em todos os níveis de governo, foi outra lição da CPS.

31. O desenho da CPF manteve continuidade em relação ao engajamento anterior, mas introduziu algumas mudanças estratégicas e incorporou maior flexibilidade. A CPF manteve engajamentos relativos à gestão de recursos naturais; adaptação e mitigação climáticas; e melhoria na prestação de serviços aos mais pobres e vulneráveis, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Além disso, ampliou o foco na eficiência dos gastos públicos, necessária num contexto de espaço fiscal mais restrito; na expansão dos instrumentos para engajamentos federais; e em ASAs e iniciativas de conhecimento para ações de *advocacy*. A concepção da CPF levou em consideração as lacunas de conhecimento identificadas pelo SCD, como, por exemplo, (i) a necessidade de analisar as despesas públicas para identificar áreas de mudança nas transferências sociais e restaurar o equilíbrio fiscal foi refletida nos Objetivos de 1.2 a 1.4; e (ii) a identificação de oportunidades econômicas decorrentes de uma melhor gestão dos ativos naturais foi priorizada no âmbito da Área Focal 3 e culminou num ASA central, incluindo a CCDR, o Memorando Econômico da Amazônia e as notas de políticas públicas intituladas *Oportunidades para Todos*. A CPF foi concebida com flexibilidade considerável, o que se justificou pelas incertezas políticas e econômicas enfrentadas pelo país e demonstrou-se útil para a resposta à Covid-19. Ela usou uma abordagem faseada para se alinhar ao ciclo eleitoral do Brasil, o que, em 2023, facilitou a criação da estratégia de engajamento com o novo governo. A concepção do programa teve uma base sólida em questões estruturais (produtividade, mudanças climáticas, exclusão social) que transcendem os ciclos políticos e, assim, alcançou uma abordagem equilibrada.

32. As áreas focais da CPF permaneceram relevantes, especialmente porque a pandemia da Covid-19 agravou desafios pré-existentes. O Brasil tem implementado reformas para aumentar sua abertura, competitividade e participação do setor privado e para criar sistemas fiscais mais fortes⁹³. Os pilares da Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020–2031 — economia, instituições, infraestrutura, meio ambiente e questões sociais — estão amplamente alinhados às áreas focais da CPF. Posto isso, durante o

período 2019–2022, o clima não foi uma prioridade tão forte para o governo quanto a sustentabilidade fiscal e as reformas voltadas ao crescimento (o Brasil não alcançou suas metas de redução do desmatamento em 2020⁹⁴). O governo eleito em 2022 está fortemente comprometido em acabar com o desmatamento, reduzir as emissões de GEEs e proteger os principais biomas do Brasil, aumentando a relevância da Área Focal 3. A atualização do SCD de 2023 confirma que as necessidades e prioridades de desenvolvimento do Brasil permanecem basicamente as mesmas, e a necessidade de adotar um modelo de crescimento liderado pela produtividade tornou-se ainda mais urgente nos últimos anos.

33. A CPF identificou riscos associados à incerteza política, à resistência à consolidação fiscal e ao baixo apetite por reformas estruturais. Para fazer face a esses riscos, propôs a defesa contínua de um ajuste fiscal de alta qualidade que proteja os mais pobres e vulneráveis. Reconhecendo que o governo enfrentava *trade offs* difíceis em nível federal, o Grupo Banco Mundial colocou maior ênfase em seus ASAs para embasar a concepção e implementação de reformas importantes, com apoio financeiro em nível subnacional.

Implementação da CPF

34. Os níveis de empréstimos do Banco Mundial foram modestos em comparação com a demanda e o espaço para empréstimos. Os motivos estão expostos na PLR⁹⁵. Durante o período EF18–EF23, as cartas-consulta submetidas à Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) superaram US\$ 10 bilhões, o que reflete a alta demanda por esses instrumentos. Nos três primeiros anos da CPF, as incertezas relacionadas a transições governamentais, os limites do espaço para empréstimos e os atrasos nas aprovações da Cofix resultaram num volume médio de empréstimos do BIRD de cerca de US\$ 600 milhões por ano. À medida que essas restrições foram sendo atenuadas, os empréstimos aumentaram nos últimos anos da CPF para US\$ 1 bilhão anual, em média, caindo para US\$ 750 milhões no EF23 devido à transição governamental pós-eleição.

35. O desempenho da carteira do Banco Mundial foi afetado pela Covid-19 e por um legado de desafios de implementação, embora tenha melhorado de forma constante. No início da CPF, um em cada três projetos tinha pelo menos uma classificação *Insatisfatória* ou *Moderadamente insatisfatória*. Isso se devia ao fato de projetos mais antigos terem enfrentado atrasos devido a preocupações com salvaguardas e falhas nas propostas de aquisições. Posteriormente, os impactos da Covid-19 (perda de capacidade e interrupção nas cadeias de suprimentos), bem como a capacidade desigual entre os mutuários, a natureza multissetorial de alguns projetos e as falhas de coordenação, também afetaram o desempenho. Os atrasos na efetivação de projetos também afetaram a implementação: em junho de 2023, três projetos do BIRD estavam com implementação pendente há mais de nove meses desde a aprovação do Conselho⁹⁶.

36. O Grupo Banco Mundial enfrentou ativamente os desafios identificados em sua carteira, inclusive em relação a salvaguardas e a questões fiduciárias. Vários projetos problemáticos foram reestruturados, e outros, encerrados. As solicitações de extensão de projetos foram tratadas seletivamente para distribuir recursos estrategicamente. O Grupo Banco Mundial apoiou a capacitação institucional e o compartilhamento de conhecimentos na gestão das finanças públicas (GFP) e na gestão de salvaguardas por meio de múltiplos compromissos, como, por exemplo, o reforço do apoio fiduciário durante os períodos de *lockdown* da pandemia de Covid-19, ou a assistência técnica para fortalecer a Secretaria do Tesouro Nacional. Foi prestado apoio prático aos mutuários na preparação e implementação das ferramentas do Marco Ambiental e Social (MAS). As equipes deram mais atenção às questões de salvaguardas e têm prestado apoio técnico adicional aos mutuários, inclusive após o encerramento dos projetos, se necessário. As abordagens de supervisão foram ajustadas à realidade do trabalho domiciliar⁹⁷.

A resposta à Covid-19 foi rápida: os recursos da carteira foram realocados, e o financiamento do Banco Mundial foi elevado para US\$ 1,325 bilhão no EF21 em novas despesas sociais para proteger os mais pobres. As ações em projetos insatisfatórios no período EF22–EF23 aumentaram os desembolsos para US\$ 1,4 bilhão no EF22⁹⁸ e US\$ 800 milhões no EF23 — os níveis anuais mais elevados durante este ciclo de CPF. No final de junho de 2023, a carteira do BIRD incluía 24 projetos (compromissos totais de US\$ 3,82 bilhões) e três FFs (US\$ 0,13 milhão). Nove projetos encontravam-se em situação problemática; três deles foram rebaixados no final do mês, refletindo a proatividade e a franqueza dos relatórios. O IEG analisou 33 projetos retirados da carteira do Brasil no período EF18–EF22⁹⁹ e classificou 25 deles (75%) como *Moderadamente satisfatórios* ou *Satisfatórios* nos resultados.

37. Os compromissos de financiamento de longo prazo (LTF) da IFC desde o EF18 totalizaram US\$ 18,7 bilhões. Os últimos três exercícios financeiros atingiram recordes no programa de investimentos, elevando os compromissos de LTF para US\$ 18,7 bilhões entre os exercícios de 2018 e 2023 (dos quais US\$ 6,1 bilhões foram com recursos próprios). Isso resultou da expansão do papel anticíclico da IFC após a pandemia; da aprovação de reformas setoriais, especialmente no setor de água e saneamento; do financiamento de grandes projetos de papel e celulose e de energia (por exemplo, Klabin e Suzano) com alta mobilização; de um forte *pipeline* de concessões e PPPs, especialmente para rodovias e iluminação pública, que mobilizou mais de US\$ 7 bilhões em LTF; e de um forte ecossistema de capital de risco e de capital privado, o que permitiu à IFC aumentar sua carteira de ações de US\$ 433 milhões para US\$ 634 milhões durante o período EF19–EF23. Os principais setores da IFC são instituições financeiras, agricultura, silvicultura, financiamento comercial e infraestrutura; 38% da carteira está concentrada em ativos relacionados ao clima, e 21%, em questões de gênero. O programa de consultoria da IFC concentra-se em PPPs e concessões (metade da carteira), ao passo que projetos de infraestrutura, manufatura, agronegócio e serviços representam outros 34%.

38. O Banco Mundial introduziu múltiplas inovações durante a implementação de seu programa. Algumas dessas inovações são: (i) um projeto de gasoduto em Itajaí que apoia um consórcio de municípios para reduzir as emissões de CO₂ por meio de iniciativas de transporte verde e que servirá de modelo para ampliar engajamentos locais; (ii) o projeto de Financiamento Climático (com o Banco do Brasil como intermediário financeiro) para expandir o financiamento vinculado à sustentabilidade e promover a mitigação climática¹⁰⁰; (iii) uma linha de crédito com o banco regional BRDE para promover a resiliência urbana e enfrentar desastres naturais; e (iv) um cofinanciamento com a AFD para apoiar o IPF de Porto Alegre — um modelo de parceria para resultados e impactos amplificados, que aborda os desafios combinados de habitabilidade urbana, gestão de inundações, conectividade e integração social. Estratégias multifacetadas apoiam objetivos comuns nos níveis federal e subnacional simultaneamente, como, por exemplo, a série de projetos estaduais do Progestão; o apoio à recuperação da aprendizagem pós-Covid-19 por meio de operações e ASAs; e o enfrentamento dos impactos climáticos por meio de investimentos, ASAs, empréstimos para políticas públicas e ações de mobilização.

39. A IFC começou a analisar projetos com um horizonte de dois a cinco anos no âmbito de suas novas unidades *upstream*, que se concentraram em estudos prévios de viabilidade com clientes em potencial, garantindo direitos de investimento. Isso permitiu à IFC entrar em novos setores e explorar investimentos emergentes em digitalização da indústria farmacêutica, vacinas, água e saneamento, ônibus elétricos, restauração de terras degradadas e hidrogênio verde. Essas inovações apoiarão o desenvolvimento empresarial e guiarão a IFC rumo a projetos mais inovadores. As principais áreas de foco para as unidades *upstream* são áreas emergentes em que o Brasil pode atrair investimento privado, como, por exemplo, a rastreabilidade da carne bovina, a mobilidade elétrica, o hidrogênio verde, a fibra ótica, a

restauração de terras degradadas, a digitalização dos serviços de saúde, a moradia a preços acessíveis, a reutilização da água e a economia circular.

40. O Banco Mundial, a IFC e a MIGA demonstraram seu poder da ação conjunta por meio de projetos integrados e engajamentos de consultoria, cujos destaques são descritos na PLR¹⁰¹. Os últimos avanços na colaboração com o Banco Mundial são os projetos da Foz do Itajaí e de Financiamento Climático do Brasil (PLR, parágrafo 40).

41. A CPF manteve uma forte orientação com foco em resultados e baseou-se fortemente em dados públicos para a elaboração de relatórios. A PLR ajustou os indicadores de forma pragmática, embora tenha perdido a oportunidade de captar todas as dimensões do Objetivo 2.1 e de ajustar o Indicador 13 (*Número de pessoas que se beneficiaram de PPPs com investimento da IFC*)¹⁰². O aumento da ambição e da precisão revelou-se difícil de alcançar, levando em conta as incertezas políticas e econômicas e aquelas relacionadas à Covid-19. A PLR reduziu as metas de três indicadores¹⁰³. Na Área Focal 3, houve sobreposições que poderiam levar a uma visão distorcida dos resultados reais¹⁰⁴. Vários indicadores também foram distorcidos pelo desempenho excessivamente positivo de uma única intervenção, o que mascarou o desempenho insuficiente de outras; ademais, alguns indicadores não puderam ser ajustados para se adaptarem ao novo sistema AIMM da IFC, o que dificultou a verificação¹⁰⁵. Algumas contribuições importantes não foram captadas pelo marco de resultados, como, por exemplo, ações para reduzir disparidades étnicas, raciais e de gênero.

42. A resposta do Grupo Banco Mundial à Covid-19 foi rápida (ver PLR, parágrafos 29, 33 e 35–36). Ela incluiu um empréstimo federal de US\$ 1 bilhão do Banco Mundial para apoiar despesas voltadas à proteção dos mais pobres; operações de reestruturação para alocar recursos ao combate à pandemia¹⁰⁶; inovações na gestão de carteiras; e o Mecanismo Agilizado para a Covid-19 da IFC, US\$ 800 (para alívio da liquidez de curto prazo para clientes PMEs e US\$ 260 milhões do Programa de Soluções de Capital de giro para instituições financeiras). O Banco Mundial também alavancou seu poder de mobilização com os parceiros de desenvolvimento para melhorar a resposta do governo à Covid-19 (ver PLR, parágrafo 42). No período EF22–EF23, o programa manteve 100% de proatividade na abordagem dos múltiplos desafios de implementação que surgiram durante e após a pandemia. A IFC fez investimentos vinculados à resposta dos clientes à Covid-19, como, por exemplo, o empréstimo de US\$ 50 milhões para ampliar a produção de tecidos utilizados na produção local de máscaras.

43. Um programa de ASA robusto ajudou a garantir um diálogo baseado em evidências durante o período da CPF. O Banco Mundial publicou vários ASAs de grande impacto (por exemplo, Avaliação da Pobreza, Revisão de Capital Humano, Relatório sobre o Clima e Desenvolvimento do País e Memorando Econômico da Amazônia) que embasaram o debate sobre políticas públicas e receberam atenção significativa da mídia. Isto se somou à influente assistência técnica prestada a entidades nacionais e subnacionais, à Avaliação de Infraestrutura do EF22 e ao trabalho de consultoria *upstream* da IFC. As notas de políticas públicas sobre *Oportunidades para Todos* publicadas em dezembro de 2022 ajudam a embasar a agenda de reformas e apoiam o novo governo na revisão de questões-chave e opções de políticas¹⁰⁷.

44. A plataforma online Brasil Aberto (<https://brasilaberto.worldbank.org/>), lançada em 2021, é uma ferramenta interativa que fornece dados em tempo real sobre o desempenho do programa do Grupo Banco Mundial. Ela acompanha os indicadores da CPF com base nos dados abertos do governo e usa as redes sociais para monitorar o sentimento do público em áreas de reformas selecionadas. Seu recurso de “supervisão inteligente” apresenta os resultados concretos das ações. A plataforma Brasil

Aberto continua a orientar o desenvolvimento do programa e acompanhará o progresso rumo às próximas metas da CPF.

III. ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

45. A CPF demonstrou pleno alinhamento aos objetivos duplos do GBM de reduzir a pobreza e promover a prosperidade compartilhada, bem como ao marco de Desenvolvimento Verde, Resiliente e Inclusivo (GRID). Na Área Focal 1, o Grupo Banco Mundial buscou o fortalecimento da gestão fiscal com o objetivo de garantir que o custo dos ajustes não recaísse sobre os mais pobres. A CPF ajudou a promover a consolidação fiscal federal, a reforma previdenciária, a melhora da qualidade dos gastos sociais e a sustentabilidade fiscal em nível estadual¹⁰⁸. A Área Focal 2 buscava alavancar o investimento privado para gerar mais e melhores empregos, reduzir a pobreza e construir prosperidade. A CPF considera o setor privado fundamental para a criação de empregos, o crescimento das receitas orçamentais e a modernização da infraestrutura; o Grupo Banco Mundial contribuiu para a mobilização de capital privado (PCM) e continua a apoiar o governo na construção de um melhor ambiente de negócios. Na Área Focal 3, o Grupo Banco Mundial promoveu o desenvolvimento inclusivo e sustentável, a proteção ambiental e a mitigação dos riscos climáticos. Construir um futuro de baixo carbono e proteger as pessoas são medidas fundamentais, uma vez que os choques climáticos podem levar 3 milhões de brasileiros à pobreza extrema até 2030.

46. A PLR confirmou que os objetivos duplos do GBM permanecem “tão relevantes quanto antes no atual contexto brasileiro, dado que os desafios econômicos, sociais e climáticos pré-existentes foram agravados pela pandemia da Covid-19”. As notas de políticas públicas sobre *Oportunidades para Todos*¹⁰⁹ também revelam que a capacidade de enriquecimento do Brasil depende da melhoria da produtividade (incluindo a competitividade resultante da abertura comercial), de uma maior inclusão (especialmente para mulheres e afrodescendentes) e do enfrentamento das mudanças climáticas.

47. A inclusão social, o engajamento dos cidadãos, as questões de gênero e a ação climática foram integrados a todo o programa. O financiamento do BIRD com foco em questões de gênero atingiu a cifra de US\$ 4,2 bilhões em 29 projetos, apoiando o empoderamento econômico das mulheres, fortalecendo os serviços de combate à violência de gênero, ou priorizando o acesso das mulheres a serviços relacionados ao emprego¹¹⁰. Desde 2018, nove em cada dez operações incorporaram questões de gênero em sua concepção; e, a partir do exercício de 2021, isso se aplicou a todas as operações. A IFC concentrou-se em aumentar o acesso ao financiamento para MPMEs pertencentes a mulheres. Toda a carteira do BIRD (100%) prevê o engajamento dos cidadãos por meio, por exemplo, de ciclos de *feedback*, ajudando a envolver os beneficiários no desenvolvimento de infraestrutura e na preservação do bioma (ver PLR, parágrafo 31 e quadro 2). A carteira ativa do BIRD também inclui cerca de US\$ 2,15 bilhões em impactos climáticos positivos, o que equivale a 46% do total de compromissos.

IV. APRENDIZADOS

48. A CPF manteve um forte foco nos resultados, o que proporciona uma boa base para a introdução de Resultados de Alto Nível (HLO) no próximo ciclo. Seu foco de longo prazo garantiu a relevância e continuidade entre diferentes administrações. A flexibilidade incorporada permitiu que se concentrasse nos principais desafios de desenvolvimento, ao mesmo tempo que oferecia respostas rápidas à Covid-19. É importante preservar essas características. A próxima CPF será concebida para um período de cinco anos (EF24–EF28) de forma a permitir que o Grupo Banco Mundial alinhe sua estratégia

às prioridades do governo atual, ao mesmo tempo que capta as tendências de desenvolvimento e os resultados em evolução após o final do ciclo eleitoral em junho de 2028.

49. A CPF poderia ser mais explícita sobre seu foco nas regiões mais pobres e mais vulneráveis ao clima do Brasil. O Banco Mundial adotou uma abordagem pragmática de engajamento onde isso era relevante, sem articular uma priorização geográfica. A próxima CPF tentará expandir e aprofundar seus engajamentos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste — as regiões que registram os maiores desafios e oportunidades em termos de redução da pobreza, inclusão e clima. Os engajamentos em outras regiões se concentrarão em inovações com impactos demonstrativos.

50. O GBM pode alavancar mais financiamento e gerar impacto numa escala muito maior que a de projetos individuais. Em setores mais bem regulamentados, como, por exemplo, o de água e saneamento, o setor privado respondeu bem, utilizando um marco maduro para concessões e PPPs. O Grupo Banco Mundial pode melhorar o ambiente habilitador por meio do desenvolvimento das condições regulatórias e da capacitação dos clientes mediante serviços de consultoria. Isso requer (i) um foco maior das operações em programas de desenvolvimento que possam ser ampliados significativamente, utilizando recursos (tributários) internos; (ii) a alavancagem de novos clientes, como, por exemplo, bancos de desenvolvimento regionais/nacionais e consórcios de municípios; e (iii) a garantia de que as reformas setoriais sejam orientadas para a participação do setor privado. A IFC tem a expectativa de ser mais ativa nas iniciativas municipais/públicas de financiamento e nas cidades. Como os entes subnacionais e as empresas estatais vêm enfrentando dificuldades financeiras, os serviços de consultoria¹¹¹ para PPPs, privatizações e concessões tornam-se ainda mais relevantes. Embora o mercado tenha se demonstrado moderado para as garantias da MIGA (dada a percepção favorável dos investidores sobre o clima de investimentos do Brasil, a preferência por financiamento em moeda local e o posicionamento competitivo dos BMDs), as soluções em moeda local, a precificação climática e o financiamento do comércio devem abrir novas oportunidades para a MIGA no Brasil.

51. A próxima CPF deve ser mais cuidadosa na escolha dos indicadores, na identificação da cadeia de resultados e na utilização de dados públicos. As Áreas Focais 1 e 2 utilizaram dados públicos, o que aumenta a sensação de pertencimento, mas pode tornar a atribuição mais complexa. O progresso na Área Focal 3 foi acompanhado principalmente por indicadores derivados de projetos, o que facilitou a atribuição, mas enfraqueceu o foco nos resultados. Com base nas lições observadas em relação às limitações dos Indicadores 9 e 13, a próxima CPF deve capturar todas as dimensões de seus objetivos. Para a IFC, as mudanças nos sistemas de monitoramento de resultados e nos requisitos de relatórios dificultaram a verificação de vários resultados. Os indicadores para a próxima CPF precisarão de um alinhamento melhor aos sistemas internos e públicos.

52. A flexibilidade continuará a ser crucial, uma vez que os procedimentos governamentais exigem ajustes frequentes nos planos do BIRD para novos empréstimos. Os três passos principais são: (i) A Cofix precisa confirmar seu endosso à proposta (e às garantias federais relacionadas) aprovando uma carta-consulta¹²² antes que a identificação possa começar; (ii) uma lei autorizativa precisa ser aprovada pelo Poder Legislativo da entidade mutuária para autorizar o empréstimo; e (iii) o Senado Federal precisa aprovar o projeto antes da assinatura do empréstimo e da declaração de efetividade do projeto. As equipes do Banco Mundial precisam se manter a par dos desdobramentos operacionais em torno de cada uma dessas etapas e ajustar o ritmo de seu engajamento, conforme o caso.

53. O apoio à implementação e a capacitação são eficazes no contexto brasileiro de grande diversidade. Com base nas avaliações do IEG, as operações precisam buscar mais soluções para as deficiências de capacidade que comprometem o sucesso. O Banco Mundial pode trabalhar eficazmente

com clientes com menor capacidade se for capaz de conceber operações de forma adequada, oferecer soluções baseadas em análises e prever eventuais problemas de capacidade. Os problemas de implementação tendem a se concentrar em projetos que abrangem múltiplos setores ou em necessidades significativas de renegociação. A complexidade do desenho do projeto pode ser calibrada com foco na capacidade de gerenciamento, incorporando o apoio à implementação na concepção inicial do projeto. A próxima CPF deve buscar uma “multissetorialidade implementável”, incluindo apoio prático para as dificuldades previstas, as complexidades de salvaguardas e os múltiplos órgãos implementadores.

54. Continuarão a ser necessários esforços concentrados para ajudar os órgãos implementadores a gerir o Marco Ambiental e Social (MAS) do Banco Mundial. O Brasil oferece oportunidades para o aproveitamento de um ambiente sistêmico favorável por meio (i) do desenvolvimento de modelos eletrônicos para os mutuários relatarem medidas ambientais e sociais; (ii) da divulgação de materiais informativos sobre as principais lacunas entre o sistema do país e os requisitos de cada NAS; e (iii) da realização de um processo de formação contínua para sanar deficiências específicas.

Observações:

⁷⁴ <https://www.worldbank.org/en/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>.

⁷⁵ Medida como a razão entre a folha de pagamento dos responsáveis por aquisições e o total de despesas geridas pelas compras públicas.

⁷⁶ <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/pro-gestao-rpps-certificacao-institucional>.

⁷⁷ Até setembro de 2023, quatro operações haviam sido realizadas no âmbito deste programa.

⁷⁸ Avaliação da Pobreza e Equidade no Brasil (2022) <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37657>.

⁷⁹ <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>.

⁸⁰ <https://www.worldbank.org/en/country/brazil/publication/brasil-relatorio-de-capital-humano-investindo-nas-pessoas>.

⁸¹ Por exemplo, ASA sobre envelhecimento; ASA sobre impostos para a redução do consumo de álcool, tabaco e bebidas açucaradas; e AT para fortalecer a gestão dos sistemas hospitalares e de atendimentos de média e alta complexidade.

⁸² https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/resultados/estatisticas_comercio_exterior/estudos-e-analises/time-release-study-brasil.

⁸³ <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/oea/estatisticas-do-programa-oea>.

⁸⁴ <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0006320723000289>.

⁸⁵ <https://climatefundsupdate.org/the-funds/forest-investment-program/>.

⁸⁶ Número acumulado de pessoas em áreas urbanas com acesso a melhorias relacionadas a serviços, moradia, direitos de propriedade, bairros, espaços públicos, parques, resiliência e/ou condições ambientais urbanas. Ver nota de rodapé 66 da CPF para uma definição detalhada.

⁸⁷ Incluindo, mais recentemente, os projetos de Gestão de Recursos Hídricos no Espírito Santo, Desenvolvimento Urbano em Fortaleza e Governança Municipal em Teresina.

⁸⁸ Vale notar que os serviços de transporte são excluídos tanto da meta quanto do resultado para evitar dupla contagem.

⁸⁹ A modelagem de catástrofes (CAT) gera um conjunto de eventos simulados para determinar as perdas prováveis.

⁹⁰ <https://www.scsresiliente.sc.gov.br/>.

⁹¹ Para a definição, ver nota de rodapé 67 da CPF.

⁹² As restrições eram: (i) criação de empregos produtivos e bem remunerados suficientes para proporcionar oportunidades de emprego a todos os brasileiros em idade produtiva; (ii) gastos governamentais mais eficientes e mais bem direcionados; e (iii) gestão mais inteligente dos recursos naturais do Brasil e melhor mitigação da poluição ambiental e dos riscos de desastres naturais.

⁹³ Ver atualização do SCD, parágrafos 17 e 26; e PLR, parágrafo 12.

⁹⁴ Em 2009, o Brasil comprometeu-se a reduzir o desmatamento na Amazônia em 80%, ou seja, para menos de 4 mil km².

⁹⁵ Parágrafo 28.

⁹⁶ Segundo as regras vigentes do governo brasileiro, as operações de financiamento externo precisam de aprovação do Congresso Nacional.

⁹⁷ Conforme disposto na PLR (parágrafos 35 e 50).

⁹⁸ Trata-se de um valor atípico positivo, impulsionado por um apoio à renda de rápido desembolso de US\$ 1 bilhão para as populações pobres afetadas pelo projeto da Covid-19.

⁹⁹ Dados mais recentes disponíveis no momento da CLR.

¹⁰⁰ A expectativa é que esse projeto se torne um modelo para o engajamento com foco no clima no âmbito da próxima CPF.

¹⁰¹ Ver parágrafo 49 e quadro 5 da PLR para mais detalhes.

¹⁰² Conforme observa o Anexo 2.2, a mobilização da IFC seria preferível como indicador principal porque a geração de benefícios em nível de pessoas demora muito tempo após o encerramento dos projetos da IFC.

¹⁰³ Indicadores 2.2, 15 e 19.1.

¹⁰⁴ O Indicador 17 contabilizou beneficiários também cobertos pelo Indicador 18; e o Indicador 15 se sobrepõe ao Indicador 19.1.

¹⁰⁵ Indicador 15 (*Número de empreendimentos agrícolas que adotam práticas de gestão da paisagem e/ou de agricultura sustentável como resultado do apoio do Grupo Banco Mundial*) e Indicador 15.2 (*Número de propriedades onde estão implementadas reservas legais e áreas de proteção permanente e/ou adotadas práticas de restauração de terras*).

¹⁰⁶ A Inclusão Social e Econômica do Acre, a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos do Espírito Santo, a Reforma do Ensino Médio e a Modernização e Ecologização do Sistema Ferroviário Urbano do Rio de Janeiro estavam entre os projetos que conseguiram reverter sua trajetória por meio da reestruturação.

¹⁰⁷ O BM também elaborou notas de políticas públicas que foram divulgadas em agosto de 2018, antes das eleições presidenciais anteriores.

¹⁰⁸ Em estados apoiados por intervenções do BM.

¹⁰⁹ <https://www.worldbank.org/en/country/brazil/brief/opportunities-for-all-brazil-policy-notes>.

¹¹⁰ Para uma ilustração dos resultados alcançados com o apoio do Banco Mundial, ver [esta nota](#).

¹¹¹ Liderado pelas Unidades Consultivas da IFC para PPPs (C3P e Serviços Financeiros Empresariais).

¹¹² A carta-consulta indica a disposição potencial do governo federal em fornecer uma garantia federal para empréstimos subnacionais.

Anexo 2.1. *Status* da Matriz de Resultados da CPF EF18–EF23 para o Brasil (tabela sintética)

	<i>Status</i> na CLR	Avaliação geral
Área Focal 1: Consolidação fiscal e eficácia governamental para uma prestação de serviços sustentável, inclusiva e eficiente		
Objetivo 1.1: Fortalecer a gestão fiscal em todos os níveis de governo		Alcançado
Indicador 1: Estabilização fiscal em nível federal: Despesas primárias do governo federal em termos reais (índice, 2016 = 100)	Alcançado	
Indicador 2: Número de estados que alcançaram a classificação Capag B com apoio do Banco Mundial	Alcançado	
Objetivo 1.2: Aumentar a sustentabilidade fiscal e a justiça do sistema previdenciário, bem como a eficácia do sistema de proteção social		Alcançado
Indicador 3: Proporção de novos pensionistas do RGPS que se aposentaram pelo regime de “tempo de contribuição”	Alcançado	
Indicador 4: Número de programas sociais que coordenaram seu cadastro de beneficiários com o Cadastro Único	Alcançado	
Objetivo 1.3: Aumentar a eficácia da prestação de serviços na educação		Parcialmente alcançado
Indicador 5: Taxa de abandono/evasão escolar no 6º ano nas escolas estaduais e municipais do Norte e Nordeste	Parcialmente alcançado	

Indicador 6: Notas médias de aprendizagem (combinadas para matemática e português) na Prova Brasil-SAEB no 9º ano para escolas públicas e 12º para escolas estaduais no Brasil.	Quase alcançado	
Objetivo 1.4: Aumentar a eficácia da prestação de serviços na saúde		
Indicador 7: Taxa de mortalidade precoce no Brasil (faixa etária de 30 a 69 anos) pelas principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Parcialmente alcançado	Majoritariamente alcançado
Indicador 8: IFC: Número de pacientes beneficiados pela prestação de serviços privados de saúde	Alcançado/excedido	

Área Focal 2: Investimento do setor privado e crescimento produtivo		
Objetivo 2.1: Reduzir barreiras regulatórias e outras distorções microeconômicas à concorrência, ao investimento e ao comércio		Parcialmente alcançado
Indicador 9: Prazo médio para a liberação de mercadorias importadas	Parcialmente alcançado	
Objetivo 2.2: Reduzir as distorções do mercado financeiro a fim de melhorar a disponibilidade e a atribuição de crédito		Majoritariamente alcançado
Indicador 10: Proporção do crédito empresarial direcionado em relação ao crédito empresarial total (atualizado por meio de API)	Alcançado	
Indicador 11: Número e volume de MPMEs beneficiadas pelo financiamento da IFC	Parcialmente alcançado	
Objetivo 2.3: Mobilizar mais investimentos em infraestrutura para melhorar os serviços, inclusive por meio de PPPs		Majoritariamente alcançado
Indicador 12: Número de quilômetros de estradas modernizadas, inclusive por meio de PPPs, apoiadas por investimentos do Banco Mundial	Alcançado/excedido	
Indicador 13: Número de pessoas que se beneficiaram de PPPs com investimentos da IFC	Não verificado	
Área Focal 3: Desenvolvimento inclusivo e sustentável		
Objetivo 3.1: Apoiar o cumprimento da NDC do Brasil com foco específico no uso da terra		

Indicador 14: Áreas de importância ambiental sob medidas de proteção em áreas-alvo na Amazônia e regiões costeiras/marinhas	Alcançado/excedido	Majoritariamente alcançado
Indicador 15: Número de empreendimentos agrícolas que adotaram práticas de gestão da paisagem e/ou de agricultura sustentável como resultado do apoio do Grupo Banco Mundial	Parcialmente alcançado	
Indicador 16: Número de setores para os quais foi concebido e adotado um plano de implementação específico da NDC	Parcialmente alcançado	
Objetivo 3.2: Prestar serviços urbanos mais inclusivos e sustentáveis		Majoritariamente alcançado
Indicador 17: Pessoas com condições melhores de vida urbana (ver nota de rodapé 66 da CPF)	Majoritariamente alcançado	
Indicador 18: Número de cidadãos urbanos que utilizaram transporte urbano mais eficiente e mais verde (São Paulo e Rio de Janeiro)	Alcançado	
Objetivo 3.3: Promover o desenvolvimento socioeconômico de pequenos produtores rurais e proteger grupos vulneráveis		Alcançado
Indicador 19: Número de agricultores beneficiados com bens ou serviços agrícolas	Alcançado/excedido	
Indicador 20: Número de comunidades tradicionais com meios de subsistência melhorados	Alcançado/excedido	

Anexo 2.2. Avaliação da matriz de resultados da CPF para o Brasil 2018–2023

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
Área Focal 1: Consolidação fiscal e eficácia governamental para uma prestação de serviços sustentável, inclusiva e eficiente					
Objetivo 1.1: Fortalecer a gestão fiscal em todos os níveis de governo	Alcançado	<p>Indicador: Estabilização fiscal em nível federal: Despesas primárias do governo federal em termos reais (índice, 2016 = 100)</p> <p>Linha de base (2016): 100 Resultado (2023): 106,3 Meta: Abaixo de 110</p>	Alcançado	Durante a PLR, o Indicador 1.1 foi atualizado para incluir a pontuação de relevância da atividade de <i>advocacy</i> do Grupo Banco Mundial para medir a atribuição de forma mais clara.	<p>Serviços financeiros</p> <p>DPL de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental de Mato Grosso (P164588) DPL do Amazonas (P172455) DPL de Goiás (P177632) DPL do Município do Rio de Janeiro (P178729) Progestão Alagoas: Eficiência da Gestão do Setor Público (P177070) Progestão Mato Grosso: Eficiência da Gestão do Setor Público (P178339) Modernização e Inovação do Setor Público do Paraná para a Prestação de Serviços (P168634)</p>
		<p><i>Indicador 1.1: Pontuação de relevância das atividades de advocacy do Grupo Banco Mundial (incluindo mídias sociais) sobre política fiscal</i></p> <p>Linha de base (2016): 26</p>	Alcançado/excedido		<p>Serviços de conhecimentos</p> <p>Revisão das Despesas Públicas do Brasil (P154992) ASA Fiscal Intergovernamental (P165693) Modelagem Fiscal Subnacional (P172861) Reforma da Massa Salarial e da Força de Trabalho do Setor Público (P166281) Sustentabilidade Fiscal em Santa Catarina (P169572) Brasil 2040 (P173458)</p>

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
		Resultado (2022): 136.300 Meta: 80.520			
		Indicador 2: Número de estados que alcançaram a classificação Capag B com apoio do Banco Mundial Linha de base (2016): 0 Resultado (2022): 2 Meta: 2	Alcançado	A PLR atualizou este indicador para melhor capturar o objetivo do engajamento do Grupo Banco Mundial, que é uma posição fiscal mais forte em nível estadual, conforme reflete uma pontuação Capag B ou superior.	
		<i>Indicador 2.1:</i> <i>Eficiência das aquisições: Custo da função (orçamento de aquisições/gastos gerenciados)</i> Linha de base (2016): 2,87 Resultado (2022): 1,73 Meta: 2,94	Abaixo das expectativas		

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
		<i>Evidências adicionais:</i>			
Objetivo 1.2: Aumentar a sustentabilidade fiscal e a justiça do sistema previdenciário, bem como a eficácia do sistema de proteção social	Alcançado	<p>Indicador 3: Proporção de novos pensionistas do RGPS que se aposentaram pelo regime de “tempo de contribuição”</p> <p>Linha de base (2016): 35% Resultado (2022): 21% Meta: <25%</p> <p>Observação: O RGPS é o programa previdenciário federal que, antes de 2019, permitia aos aposentados escolher uma destas duas opções: (1) aposentar-se com base no “tempo de contribuição”, com restrições mínimas</p>	<p>Alcançado</p> <p>Uma das principais medidas da reforma de 2019 envolve o aumento gradual da idade mínima de aposentadoria para ambas as opções, afetando as condições de elegibilidade da opção 1 de forma muito mais incisiva. Isso reduz a pressão fiscal sobre o regime previdenciário e elimina gradualmente os subsídios associados à opção 1.</p>	<p>O indicador original proposto na CPF não pôde ser rastreado. Na fase de PLR, o indicador foi atualizado. No futuro, as equipes devem garantir que os indicadores propostos disponham de dados e sejam fáceis de acompanhar.</p>	<p>Serviços financeiros</p> <p>Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador II (P172605) Projeto de Apoio à Renda para os Pobres Afetados pela Covid-19 no Brasil (P174197) Segundo APL do Bolsa Família (P101504) P4R de Fortalecimento da Prestação de Serviços no Ceará (P127463) Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador II (P162033) DPL de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental de Mato Grosso (P164588)</p> <p>Serviços de conhecimentos</p> <p>Assistência Técnica Previdenciária no Brasil (P157609) Modelos de Reforma Tributária e de Benefícios Sociais no Brasil (P168285) Assistência Técnica para o Sistema de Intermediação do Mercado de Trabalho do Brasil (P168286) Reformas da Proteção Social para</p>

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
		<p>de idade (a maioria das pessoas se aposentavam entre 53 e 55 anos); ou (2) aposentar-se após atingir a idade mínima (60/65), com a obrigatoriedade de pelo menos 15 anos de contribuição. As pessoas com renda mais alta e com maior ligação à força de trabalho tendiam a se aposentar mais cedo por meio da opção 1, qualificando-se para um grande subsídio na forma de benefícios previdenciários por um período muito longo.</p>			<p>Reestruturação e Recuperação durante a Covid-19 (P174836) Formação e Empregos II (P156683) Revisão das Despesas Públicas do Brasil (P158800) Medição e Monitoramento da Pobreza no Brasil (P160742) Análise Programática da Pobreza no Brasil (P157875) Mundo sem Pobreza (P147146) Assistência Técnica para a Implementação da Reforma Previdenciária em Nível Federal e Subnacional (P172230) Revisão de Capital Humano do Brasil (P174674) Brasil 2040 (P173458) Avaliação da Pobreza e Equidade no Brasil (P174691) Pobreza e Equidade no Brasil (P177527) Brasil: Avaliação Geral do Marco Ambiental e Social do Mutuário (P177058) Expansão da Carteira de VG no Brasil (P177107)</p>
		<p>Indicador 3.2: <i>Número de estados que adotaram legislação de</i></p>	<p>Quase alcançado</p>		

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
		<i>previdência complementar</i> Linha de base (2016): 8 Resultado (2022): 26 Meta: 27			
		Indicador 4: Número de programas sociais que coordenaram seu cadastro de beneficiários com o Cadastro Único Linha de base (2016): 11 Resultado (2023): 28 Meta: 25	Alcançado/excedido		
		Indicador 4.1: <i>Número de crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do programa Criança Feliz</i> Linha de base (2016): 0	Pelo menos parcialmente alcançado	No futuro, a equipe ajustará os indicadores da CPF com base nos dados atuais disponíveis publicamente.	

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
		Resultado (2022): n/a Meta: 2 milhões			
		Indicador 4.2: <i>Novas famílias mantidas acima da linha de pobreza extrema com programas de transferência condicionada de renda apoiados pelo Banco Mundial</i> Linha de base (2016): 0 Resultado (2022): 9.959.838 Meta: 1.200.000	Alcançado	O resultado alcançado foi tão superior à meta devido à reexpansão inesperada (no momento da preparação) do programa AB em 2022.	
Evidências adicionais: Para o indicador parcialmente alcançado no programa Criança Feliz, os níveis relatados são provavelmente uma sub-representação do progresso. O programa beneficiou pelo menos 1,1 milhão de crianças com menos de 6 anos em 2021 e, embora ainda não haja dados disponíveis para 2022 devido a uma reestruturação intraministerial, os relatórios do governo indicam que os avanços estão no bom caminho.					

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
Objetivo 1.3: Aumentar a eficácia da prestação de serviços na educação	Parcialmente alcançado	Indicador 5: Taxa de abandono/evasão escolar no 6º ano nas escolas estaduais e municipais do Norte e Nordeste Linha de base (2016): 6,1% (geral); 5% (meninas); 7% (meninos) Resultado (2022): 2,8% (geral) Meta: 3,4% geral; 2,9% (meninas); 3,9% (meninos)	Parcialmente alcançado	Embora revisto durante a fase de PLR, este indicador tornou-se difícil de medir porque o Inep deixou de divulgar microdados sobre abandono e evasão escolar (o que permitiu a desagregação por sexo e regiões específicas). Essa alteração na governança de dados do Inep obedece a uma recém-aprovada lei de proteção de dados. Para a próxima CPF, as equipes considerarão as novas restrições de dados ao conceberem os indicadores. A pandemia de Covid-19 afetou os resultados devido a longos períodos de fechamento das escolas.	Serviços financeiros Recuperação das Perdas de Aprendizagem Decorrentes da Pandemia de Covid-19 no Brasil (P178563) Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador II (P172605) Operação de Apoio à Reforma do Ensino Médio no Brasil (P163868) Projeto de Inclusão Social e Pilares do Crescimento no Piauí (P129342) Educação e Gestão Pública do Recife (P126372) Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Econômica e Social do Acre (P107146) Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins (P121945) SWAp para Projeto de Desenvolvimento Multissetorial do Paraná (P126343) Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte (P126452) PforR de Fortalecimento da Prestação de Serviços no Ceará (P127463) DPL de Prestação de Serviços e Gestão Fiscal de Manaus (P153203). Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Fortaleza (P153012) IFC Anima Nordeste (43130) Anima Growth (37083) IFC Estácio Participações (37805)
		Indicador 6: Notas médias de aprendizagem (combinadas para matemática e português) na Prova Brasil-SAEB no 9º ano para escolas públicas e 12º para escolas estaduais	Quase alcançado	A pandemia de Covid-19 afetou os resultados devido a longos períodos de fechamento das escolas.	

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
		<p>Linha de base (2016): 5 (9º ano); 4,2 (12º ano) Resultado (2022): 5,1 (9º ano); 4,4 (12º ano) Meta: 5,2 (9º ano); 4,5 (12º ano)</p>			<p>IFC Anhanguera — Kroton Educacional (28097) IFC SER Educacional (28755, 33578, 32648) IFC Rede D'Or (33914) IFC Aliar (31524) IFC Canopus Holding (31059)</p> <p>Serviços de conhecimentos</p>
		<p>Indicador 6.1: <i>Número de intervenções de gestão inovadoras adotadas para promover uma prestação de serviços de educação mais eficaz em estados e municípios com o apoio do Banco</i></p> <p>Linha de base (2016): 0 Resultado (2022): 8 Meta: 17</p>	Parcialmente alcançado	A pandemia de Covid-19 afetou os resultados devido a longos períodos de fechamento das escolas	<p>Apoio a Reformas das Políticas Educacionais no Brasil (P162334) ASA de Novas Evidências para Reformas Educacionais no Brasil (P168046) Revisão das Despesas com Educação (P158801) Revisão das Despesas Públicas do Brasil (P158800) Aumento da Eficiência na Educação para Melhorar a Aprendizagem no Brasil (P171447) Revisão de Capital Humano do Brasil (P174674) Brasil 2040 (P173458)</p>
		<p>Indicador 6.2: <i>IFC: Número de alunos beneficiados pela prestação de serviços privados de ensino</i></p>	Parcialmente alcançado	A redução do programa Fies afetou as matrículas no setor privado. No entanto, os investimentos da IFC têm se concentrado em áreas de expansão onde não há	

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
		<p>Linha de base (2016): 792.251</p> <p>2021: 950.774 (dos quais 510.728 mulheres)</p> <p>Meta: 1.350.000 (dos quais 740 mil mulheres)</p>		oferta suficiente de ensino superior, como, por exemplo, no Nordeste. A Covid-19 também impulsionou nossos clientes a adotarem soluções de digitalização que conseguiram manter o crescimento do número de matrículas.	
		<p>Evidências adicionais: Para a IFC, a última data de referência disponível é 2021; os projetos que contribuíram para esse número total foram: IdealInvest (atualmente encerrado), Estácio (atualmente encerrado), Anima, Mauricio – D, Affero Lab (atualmente encerrado).</p>			
Objetivo 1.4: Aumentar a eficácia da prestação de serviços na saúde	Majoritariamente alcançado	Indicador 7: Taxa de mortalidade precoce no Brasil (faixa etária de 30 a 69 anos) pelas principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Majoritariamente alcançado	<p>Durante a concepção da CPF, este indicador considerou os estados onde o Banco Mundial tinha operações em andamento. Quando da PLR, essas operações já tinham terminado; assim, foi proposto um indicador federal para refletir o engajamento do Banco Mundial com o governo federal.</p> <p>Para a próxima CPF, a equipe conceberá indicadores que correspondam a objetivos de alto nível, em vez de</p>	<p>Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador II (P172605)</p> <p>Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador II (P162033)</p> <p>Modernização e Inovação do Setor Público do Paraná para a Prestação de Serviços (P168634)</p> <p>Projeto de Resposta e Recuperação da Covid-19 no Brasil (P176796)</p> <p>Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte (P126452)</p> <p>Projeto de Inclusão Social e Pilares do Crescimento no Piauí (P129342)</p> <p>Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Econômica e Social do Acre (P107146)</p>

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
		Linha de base (2016): 301,4/100 mil Resultado (2021): 296,1 Meta (2022): 297/100 mil		depender das atuais operações da carteira. A pandemia de Covid-19 afetou os resultados devido à priorização de atendimentos emergenciais na maioria das unidades de saúde e ao adiamento de procedimentos considerados não urgentes.	Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins (P121945) SWAp para Projeto de Desenvolvimento Multissetorial do Paraná (P126343) Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte (P126452) P4R de Fortalecimento da Prestação de Serviços no Ceará (P127463) SWAp MST de Gestão de Recursos Hídricos e Saúde na Bahia (P095171) DPL de Prestação de Serviços e Gestão Fiscal de Manaus (P153203). Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Fortaleza (P153012) IFC Anima (37804, 34325, 37083, 43130) IFC Estácio Participações (31080) IFC SER Educacional (28755, 33578, 32648) IFC Aliar (31524) PPPs de Atenção Básica: Jaboatão dos Guararapes, Recife e Aracaju (606659). Eurofarma (46047) Viveo (43082) Farmoquímica (39739)
		Indicador 7.1: <i>Porcentagem de internações por condições sensíveis à atenção primária (ICSAP) no Brasil</i> Linha de base (2016): 21% Resultado (2022): 15,5% Meta: 16%	Alcançado		Serviços de conhecimentos Reformas do Setor de Saúde e Sustentabilidade dos Gastos em Saúde Pública no Brasil (P172406) Estudo sobre Envelhecimento e Saúde (P157776)
		Indicador 7.2: <i>Número de pessoas inscritas em APS (componente de captação do novo financiamento)</i>	Alcançado	Este indicador foi adicionado durante a PLR para refletir o engajamento do Banco Mundial na expansão das inscrições, o que foi incentivado por meio do Previne Brasil (um projeto apoiado pela assistência técnica do	

Objetivo	Avaliação geral	Indicador	Status da CLR	Aprendizados e sugestões para a nova CPF	Instrumentos de programa do Banco Mundial
		<p>Linha de base (2016): US\$ 74,7 milhões Resultado (2022): US\$ 170,8 milhões Meta: US\$ 150 milhões</p>		<p>Banco). Os dados para este indicador estão disponíveis publicamente e são fáceis de acompanhar.</p>	<p>Revisão das Despesas Públicas do Brasil (P158800) Revisão de Capital Humano do Brasil (P174674) Brasil 2040 (P173458)</p>
		<p>Indicador 8: IFC: Número de pacientes beneficiados pela prestação de serviços privados de saúde</p> <p>Linha de base (2016): 4.616.591 Meta: 4.792.000 Resultado: 5.990.193</p>	<p>Alcançado/ excedido</p>	<p>Ao longo do período da CPF, a estratégia da IFC para o setor de saúde passou do apoio direto aos prestadores de serviços de saúde (como hospitais e planos de saúde) para a cadeia de abastecimento de saúde (que também foi afetada pela Covid-19). Na vertente consultiva, iniciamos alguns projetos de estruturação de PPPs para a atenção primária.</p>	
		<p>Evidências adicionais: O número atualizado pela Unidade de Gestão de Resultados é de 5.990.193 pacientes. O último ano relatado foi 2019, porque os projetos que subsidiam este indicador — Rede Dor, Alliar e Alliar equity — foram todos encerrados</p>			

Área Focal 2: Investimento do setor privado e crescimento produtivo

Objetivo 2.1: Reduzir barreiras regulatórias e outras distorções microeconômicas à concorrência, ao investimento e ao comércio	Parcialmente alcançado	Indicador 9: Prazo médio para a liberação de mercadorias importadas Linha de base (2016): 14,4 Resultado (2022): n/a, o progresso em 2020 foi de 7,4 Meta: 6,5	Parcialmente alcançado	Embora, para o Indicador 9, a meta tenha sido majoritariamente alcançada, o próprio indicador cobre apenas uma pequena parte do aspecto comercial, deixando intocados os aspectos de concorrência ou de investimento do Objetivo 2.1. Este indicador terá de ser ajustado para corresponder ao objetivo e aos atuais sistemas de dados públicos/governamentais.	Serviços de conhecimentos: Fortalecimento do Ambiente de Negócios (P155768) Estudo Subnacional <i>Doing Business in Brazil</i> (P172906) Produtividade para Prosperidade Compartilhada (P152871), incluindo: Relatório Emblemático de Aumento da Produtividade (P162670) Assistência Técnica para o Fortalecimento do Ambiente de Negócios (P155768) Fortalecimento dos Marcos Regulatórios de Infraestrutura (P156356) Revisão das Despesas Públicas do Brasil (P158800) Brasil 2040 (P173458) Corredor Logístico Tocantins-Pará: Melhora da Conectividade no Arco Norte (P171581) Avaliação da Política de Infraestrutura do Brasil (P174544) Setor Privado Brasileiro: Covid-19 e Recuperação Verde. Construção de uma Recuperação Mais Produtiva, Resiliente, Verde e Equitativa (P177628)
		Indicador 9.1: <i>Pontuação de relevância das atividades de advocacy do Grupo Banco Mundial (incluindo mídias sociais) no ambiente de negócios</i> Linha de base (2016): 37 Resultado (2022): 128.300	Parcialmente alcançado	A PLR atualizou este indicador para medir a atribuição de forma mais clara	

		Meta: 152.800			
		Evidências adicionais:			
Objetivo 2.2: Reduzir as distorções do mercado financeiro a fim de melhorar a disponibilidade e a atribuição de crédito	Majoritariamente alcançado	Indicador 10: Proporção do crédito empresarial direcionado em relação ao crédito empresarial total	Alcançado	Este indicador foi atualizado por meio de uma API conectada diretamente à base de dados do Banco Central. Para a próxima CPF, as equipes tentarão automatizar mais indicadores para simplificar o exercício de monitoramento.	Serviços de conhecimentos Contribuições de diagnóstico e consultoria para financiamento habitacional Fortalecimento da infraestrutura financeira (contribuições de consultoria sobre o sistema de reporte de crédito, Cadastro Positivo, execução de garantias e diagnóstico do marco de insolvência, contribuições de consultoria sobre o marco de transações seguras) Contribuições de diagnóstico e consultoria fiscal e financeira para a agricultura Eficiência da intermediação financeira Serviços financeiros (incluindo IFC):
		Indicador 10.1: <i>Porcentagem de novos empréstimos habitacionais a pessoas físicas originados com base em índices de mercado (IPCA, outros e prefixado) e não na taxa referencial.</i>	Não alcançado	O desempenho deste indicador foi afetado pela inflação elevada; a nova CPF terá de desenvolver novos indicadores para monitorar a abertura dos mercados no atual contexto macroeconômico.	Empréstimos da IFC para MPMEs, Banco Cooperativo Sicredi, Banco Santander, Banco Industrial e Comercial, Banco ABC Brasil, Banco Indusval, Banco Daycoval, Banco Alfa Serviços de conhecimentos: Alocação de Crédito do Setor Financeiro (P158245) Revisão das Despesas Públicas do Brasil

		<p>Linha de base (2016): 2,5% Resultado (2022): 5,66% Meta: 18%</p>			<p>(P158800) Política do Setor Financeiro do Brasil (P166550) Brasil 2040 (P173458)</p>
		<p>Indicador 11: Número e volume de MPMEs beneficiadas pelo financiamento da IFC Linha de base (2016): 522.979 e US\$ 19.559.166.382 Progresso (2021): 546.149 e US\$ 20,9 bilhões Meta (2022): 570 mil e US\$ 9,1 bilhões</p>	<p>Majoritariamente alcançado</p>	<p>Durante o EF22, a IFC comprometeu mais de US\$ 700 milhões para instituições financeiras com foco no financiamento de MPMEs. O indicador de progresso tem a ver com as alterações na carteira (alguns empréstimos foram reembolsados).</p>	
		<p><i>Evidências adicionais:</i></p>			
<p>Objetivo 2.3: Mobilizar mais investimentos em infraestrutura para melhorar os serviços, inclusive por meio de PPPs</p>	<p>Majoritariamente alcançado</p>	<p>Indicador 12: Número de quilômetros de rodovias modernizadas, inclusive por meio de PPPs, com o apoio de</p>	<p>Alcançado/excedido</p>		<p>Serviços financeiros (incluindo IFC): Fortalecimento do Setor Energético e Mineral (P126537) Reabilitação de Distribuição da Eletrobras (P114204) SWAp do Rio Grande do Sul (P120830) Projeto de Desenvolvimento Regional</p>

		<p>investimentos do Grupo Banco Mundial</p> <p>Linha de base (2016): 2.365 quilômetros Resultado (2022): 9.964 quilômetros Meta: 7.600 quilômetros</p>			<p>Sustentável Integrado do Tocantins (P121495) Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo (P127723) Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo (MIGA 12191) Reabilitação e Manutenção de Rodovias na Bahia (P147272) Projeto de Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte (P126452)</p> <p>IFC Atenção Primária BH (579487) Escolas de Belo Horizonte (582687) Bahia Saúde: Serviços de Imagem e Telemedicina (588887) Aeroportos Brasileiros (595567) Rodovias da Bahia (600597) Escolas do Pará (601015) BR-116 (24443) BA-093 (26967) Saúde da Bahia (27857) Rodovias Federais do Brasil (602410) Rodovias do Paraná (604338) Rodovias de São Paulo (601450) Iluminação Pública: Franco da Rocha, Sapucaia do Sul, Feira de Santana, Campinas, Camaçari, Aracaju, Belém.</p> <p>MIGA Transporte Sustentável em São Paulo (12191)</p> <p>Serviços de conhecimentos:</p>
		<p>Indicador 12.1: <i>Volume de financiamento alavancado por meio de investimentos do Banco Mundial no setor de transportes</i></p> <p>Linha de base (2016): US\$ 300 milhões Resultado (2022): US\$ 600 milhões Meta: US\$ 600 milhões</p>	Alcançado		

					Apoio ao Financiamento da Infraestrutura pelo Setor Privado (P157610) Melhoria da Eficiência da Infraestrutura (P156662) Fortalecimento da Governança em Infraestrutura (P156825) A IFC trabalha com o BNDES num <i>pipeline</i> de projetos financiáveis.
		Indicador 13: Número de pessoas que se beneficiaram de PPPs com investimentos da IFC Linha de base (2016): 0 Resultado (2022): n/a Meta: 8,4 milhões	Não verificado	Embora a IFC tenha conseguido criar um forte programa de consultoria em PPPs, não investiu diretamente em tais projetos com recursos próprios. Os projetos conseguiram atrair recursos nos mercados de capitais, que foram registrados como mobilização do setor privado (indicador abaixo).	
		Indicador 13.1: <i>Volume de mobilização da IFC em 2018–2022:</i> Linha de base (2016): US\$ 5,4 bilhões Resultado (2022): US\$ 10,2 bilhões Meta: US\$ 8,9 bilhões	Alcançado/ excedido	Conforme mencionado acima, o programa de PPPs no Brasil é um dos maiores da IFC. Durante o período da CPF, a equipe participou de diversos projetos de grande porte, tais como concessões rodoviárias, iluminação pública e atenção primária à saúde. O valor da mobilização (emissão de instrumentos de dívida para o projeto) foi reconhecido no indicador.	
Aprendizado: A mobilização da IFC seria preferível como indicador principal, em vez do número de pessoas que se beneficiaram de PPPs, uma vez que essas últimas levam tempo para serem implementadas com os benefícios gerados após o encerramento do projeto.					

Área Focal 3: Desenvolvimento inclusivo e sustentável

<p>Objetivo 3.1: Apoiar o cumprimento da NDC do Brasil com foco específico no uso da terra</p>	<p>Majoritariamente alcançado</p>	<p>Indicador 14: Áreas de importância ambiental sob medidas de proteção em áreas-alvo na Amazônia e regiões costeiras/marinhas</p> <p>Linha de base (2016): 58,6 milhões de hectares Resultado (2022): 136,5 milhões de hectares Meta: 63,8 milhões de hectares</p>	<p>Alcançado/excedido</p>	<p>Serviços financeiros (incluindo IFC):</p> <p>Projeto de Inclusão Social e Econômica do Acre (P107196) SWAp de Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí (P129342) SWAp MST de Desenvolvimento do Paraná (P126343) Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte. (P126452) Programa do GEF de Paisagens Sustentáveis da Amazônia (P159233) Projeto do GEF de Áreas Marinhas Protegidas (P128968) FIP do Sistema de Monitoramento do Cerrado (P143185) Projeto Federal Pró-Cerrado (P150892) FIC ABC Cerrado (P143184) DGM do Brasil para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (P143492) Inclusão Econômica Rural de Pernambuco (P120139), Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bahia (P147157) Plataforma de Alerta de Incêndios Florestais (P149189) DPL de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental de Mato Grosso (P164588) EF19–EF22 DPL do Amazonas (P172455) Consórcios de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil (P172497) Projeto de Financiamento Climático do Brasil (P178888)</p>
		<p>Indicador 14.1: <i>Toneladas de emissões de GEEs evitadas por meio da conservação e do aumento dos estoques de carbono em florestas e outras formas de vegetação nativa</i></p> <p>Linha de base (2016): 0 Resultado (2022): 144 milhões</p>	<p>Parcialmente alcançado</p>	

		Meta: 300 milhões			
		<p>Indicador 15: Número de empreendimentos agrícolas que adotaram a gestão de paisagens e/ou práticas agrícolas sustentáveis como resultado do apoio do Grupo Banco Mundial</p> <p>Linha de base (2016): 356.00 Resultado (2022): 195 mil Meta: 416 mil</p>	Parcialmente alcançado		<p>IFC</p> <p>Vale do Paraná (IFC 560782) USJ Açúcar e Álcool (IFC 576661) Banco Cooperativo Sicredi (IFC 639345) Minerva (IFC656868) Vonpar Alimentos (IFC 705847) Klabin (IFC718944) Bauducco (37708) São Martinho (37083) Biosev (IFC771619) Usina Delta (IFC 775608) Jalles Machado (39264;44203) Cocal_Bio (43265) Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (P147158) Cerradinho Bio (35523) LD Celulose (42202) Amaggi Cotton (43740) São Manoel (40264)</p> <p>Serviços de conhecimentos:</p> <p>AT DEFRA Cerrado Mudanças Climáticas (P145822) Suporte para a Configuração de Cenários Pós-2020 (PMR) (P153109) Reconsideração das Reformas de Eletricidade e Gás no Brasil (161056) Programa de Cidades Eficientes Energéticas no Brasil (150942) Instrumentos de Mercado para Mudanças Climáticas (P146371) Apoio à Implementação da NDC no Brasil (P157893)</p>

					Rumo à Segurança Hídrica no Brasil (P502121) Assessoria de Edificações Verdes da IFC (EDGE) Brasil ASL Fase 2 (P171257) Coordenação FIP (P152285) Análise do Profor em Apoio à Implementação da NDC Mecanismo de Parceria para a NDC Programa de Investimento Florestal Iniciativa ISFL do Fundo Bio Carbono
		<p>Indicador 15.1: <i>Número de instituições que receberam apoio à capacitação por meio de projetos do Banco (nota de fim de texto 64 da CPF) para melhorar a gestão ambiental em nível da paisagem e/ou promulgar políticas para reduzir o desmatamento e os incêndios florestais nos biomas Amazônia e Cerrado, incluindo políticas de REDD+ (número de estados)</i></p> <p>Linha de base (2016): 6 Resultado (2022): 57 Meta: 11</p>	Alcançado/excedido		
		<p>Indicador 15.2: <i>Número de propriedades onde foram implementadas</i></p>	Parcialmente alcançado	Este indicador foi concebido para contemplar os beneficiários diretos do projeto FIP Regularização Ambiental de Terras Rurais,	

		<p><i>reservas legais e áreas de proteção permanente e/ou adotadas práticas de restauração de terras (reflorestamento, restauração, regeneração natural ou controle de espécies invasoras)</i></p> <p>Linha de base (2016): 17.500 Resultado (2022): 66.047 Meta: 156.123</p>		<p>que, se contabilizado, faria com que o resultado de 2022 ultrapassasse 4 milhões. Contudo, os beneficiários do FIP ainda não adotaram a gestão de paisagens e/ou práticas agrícolas sustentáveis, uma vez que o projeto forneceu o pré-requisito para tal adoção ao registrar suas propriedades no CAR (ver texto principal da CLR). Logo, os resultados do FIP não são contabilizados, para fins de clareza, embora se espere que superem a meta e promovam a adoção sustentável do reflorestamento e da regeneração. A próxima CPF se beneficiaria do monitoramento da implementação do CAR separadamente da adoção de práticas restaurativas e regenerativas <i>per se</i>.</p>	
		<p>Indicador 15.3: <i>Organizações de PICTs com maior engajamento, papel e voz na tomada de decisões sobre REDD+/mudanças climáticas (ver nota</i></p>	Alcançado		

		<p><i>de fim de texto 65 da CPF)</i></p> <p>Linha de base (2016): 9 Resultado (2022): 25 Meta: 24</p>			
		<p>Indicador 15.4: <i>Número de agricultores que se beneficiaram dos investimentos da IFC em grandes empreendimentos agrícolas e agroindustriais</i></p> <p>Linha de base (2016): 30.297 Resultado (2022): 29.218 Meta: 339 mil</p>	Parcialmente alcançado	A IFC continua a ter uma exposição de capital e dívida de US\$ 157 milhões com o Bansicredi, que é responsável por mais de 200 mil do total. Isso não foi informado provavelmente porque o tipo de projeto que a IFC tem com o Bansicredi apresenta mudanças (não no agronegócio)—a confirmar.	
		<p>Indicador 16: Número de setores para os quais foi concebido e adotado um plano de implementação específico da NDC</p>	Parcialmente alcançado		

		Linha de base (2016): 0 Resultado (2022): 1 (agricultura) Meta: 2			
		Indicador 16.1: <i>Volume de financiamento climático concedido por meio de instituições financeiras</i> Linha de base (2016): US\$ 47 milhões Resultado (2022): US\$ 1,008 bilhão Meta (2022): US\$ 119 milhões	Alcançado/excedido		
		<i>Evidências adicionais:</i>			
Objetivo 3.2: Prestar serviços urbanos mais inclusivos e sustentáveis	Majoritariamente alcançado	Indicador 17: Pessoas com condições melhores de vida urbana (ver nota de rodapé 66 da CPF) Linha de base (2016): 1.969.552 Resultado (2022): 3.360.904	Majoritariamente alcançado		Serviços financeiros (incluindo IFC): Financiamento Adicional para a Modernização e Ecologização das Ferrovias do Rio de Janeiro Transporte de Massa no Rio de Janeiro II (P106473) Linha 4 do Metrô de São Paulo (Fase 2) (P106390) Linha 5 do Metrô de São Paulo (P116170) Projeto de Recursos Hídricos do Sergipe (P112074)

		Meta: 3.890.174			Fortalecimento da Gestão do Setor Público Municipal do Rio de Janeiro (P127245) Projeto Integrado de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos no Espírito Santo (P130682) Recursos Hídricos Sustentáveis de Pernambuco (P108654) Projeto de Aprimoramento da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina (P088966) Projeto de Recursos Hídricos da Corsan (IFC 43626) Projeto de Limpeza de Rios (43609) Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Fortaleza (P153012) Melhora da Gestão de Recursos Hídricos e da Prestação de Serviços na Paraíba (P165683)
		Indicador 17.1: <i>Pessoas com acesso melhorado a serviços de esgotamento sanitário (meio urbano):</i> Linha de base (2016): 130.700 Resultado (2022): 658.453 Meta: 694.114	Majoritariamente alcançado		Sabesp — Melhoria do Acesso e da Segurança dos Serviços Hídricos na Região Metropolitana de São Paulo Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador II (P162033) Projeto de Recursos Hídricos da Corsan (43626) Projeto de Limpeza de Rios (43609) Sabesp UCL (46253)
		Indicador 17.2: <i>Pessoas beneficiadas por serviços de água mais confiáveis</i> Linha de base (2016): 290 mil Resultado (2022): 718.738 Meta: 915.937	Majoritariamente alcançado	Os resultados ficaram significativamente aquém da meta devido a atrasos nas licitações do Projeto Sabesp, o que resultou em obras que ainda não avançaram para atingir as metas projetadas. No entanto, a expectativa é que o número aumente nos próximos meses, assim que as obras forem iniciadas e/ou aceleradas.	Serviços de conhecimentos: Inovação em Decisões de DRM no Brasil (P153019) Logística Urbana e de Varejo <i>Online</i> (P156916) ASAs: Revisão das Reformas do Setor de Energia e Gás no Brasil (P161056)
		Indicador 17.3: <i>Número de edificações verdes certificadas por meio do programa IFC EDGE</i>	Não verificado	Os serviços de consultoria IFC EDGE no Brasil estão sendo desenvolvidos desde 2021. O programa inclui apoio aos municípios para criarem incentivos para	

		<p>Linha de base (2016): 0 Resultado (2022): n/a Meta: 250</p>		<p>edificações verdes e apoio aos bancos para ampliarem sua carteira de edificações certificadas. Trata-se, de fato, de uma área onde não houve nenhum investimento da IFC (devido à inexistência de carteiras nos bancos), mas esperamos que isso mude nos próximos anos.</p>	<p>Rumo à Segurança Hídrica no Brasil (P161649) Assessoria de Edificações Verdes da IFC (EDGE) Apoio à Gestão Inteligente de Recursos Hídricos Urbanos na Região Metropolitana do Recife (P173624)</p> <p>MIGA Transporte Sustentável em São Paulo (12191)</p>
		<p>Indicador 17.4: <i>Redução da carga poluente em bacias hidrográficas com o apoio de projetos do Banco</i></p> <p>Linha de base (2016): 2.502 toneladas de DBO/ano Resultado (2022): 12.062 toneladas de DBO/ano Meta: 12.645 toneladas de DBO/ano</p>	<p>Majoritariamente alcançado</p>	<p>Os resultados ficaram um pouco aquém da meta devido a atrasos nas aquisições e contratações do Projeto Sabesp. Contudo, os componentes de esgotamento sanitário estão progredindo bem, e a expectativa é que as metas sejam alcançadas.</p>	
		<p>Indicador 17.5: <i>IFC: Água doce economizada (milhões de m³) por meio de investimentos da IFC</i></p>	<p>Não verificado</p>	<p>Durante o EF21 e o EF22, a IFC iniciou o programa de serviços públicos para o clima (U4C), que ajudou a financiar projetos de redução de perdas (água não faturada). Esses</p>	

		Linha de base (2016): 216,84 Resultado (2022): n/a Meta: 508,92		investimentos acabaram de entrar na carteira e, portanto, não temos indicadores para relatar.	
		Indicador 17.6: <i>Mecanismo e resposta a riscos de desastres integrados aos planos governamentais</i> Linha de base (2016): 0 Resultado (2022): 2 Meta: 2	Alcançado		
		Indicador 18: Número de cidadãos urbanos que utilizam transporte urbano mais eficiente e mais verde (São Paulo e Rio de Janeiro) Linha de base (2016): 1.510.000 Resultado (2022): 2 milhões Meta: 2 milhões	Alcançado		

		<p>Indicador 18.1: <i>Número de usuários/dia em transporte público aprimorado que recebem menos de quatro salários mínimos</i></p> <p>Linha de base (2016): 680 mil Resultado (2022): 1 milhão Meta: 1 milhão</p>	Alcançado		
		<p>Indicador 18.2: <i>Qualidade do engajamento dos cidadãos em operações do Banco</i></p> <p>Linha de base (2016): 0,5 Resultado (2022): 0,84 Meta: 0,75</p>	Alcançado/ excedido	A “última etapa” da implementação de práticas mais avançadas de engajamento dos cidadãos é sempre mais difícil e mais lenta no que diz respeito a resultados visíveis (em comparação com as fases iniciais, em que o progresso é rápido face a uma linha de base mais baixa).	
		<p>Evidências adicionais: No Indicador 17.1, os resultados melhorarão quando forem superados os problemas relativos a atrasos nas licitações do Projeto Sabesp e à desaceleração das obras do Projeto Espírito Santo (para ambas as operações, já estão em andamento algumas reestruturações).</p>			
<p>Objetivo 3.3: Promover o desenvolvimento socioeconômico de pequenos produtores rurais e proteger</p>	Alcançado	<p>Indicador 19: Número de agricultores beneficiados com bens ou serviços agrícolas</p>	Alcançado/ excedido		<p>Serviços financeiros (incluindo IFC): Projeto MST de Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte (P126452) SWAp de Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí (P129342) Projeto de Inclusão Social e Econômica do Acre (P107196)</p>

grupos vulneráveis	<p>Linha de base (2016): 280 mil Resultado (2022): 4.254.376 Meta: 750 mil</p>			<p>Financiamento Adicional para Projeto MST do Proacre (P107146) SWAp MST de Sustentável Desenvolvimento do Paraná (P126343) Sustentabilidade e Competitividade Rural no Ceará (P121167)</p>
	<p>Indicador 19.1: <i>Número de agricultores que adotam práticas e tecnologias agrícolas melhoradas e sustentáveis como resultado de projetos apoiados pelo Banco (também relacionado ao Indicador 14 do Objetivo 3.1)</i></p> <p>Linha de base (2016): 54 mil Resultado (2022): 1138,017 Meta: 179 mil</p>	Parcialmente alcançado		<p>Inclusão Econômica Rural de Pernambuco (P120139) Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bahia (P147157) Reabilitação e Manutenção de Rodovias na Bahia — Fase 2 (P147272) DGM para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Brasil (P143492) Cadastro Ambiental Rural e Prevenção de Incêndios Florestais na Bahia (P143376) Cadastro Ambiental Rural e Prevenção de Incêndios Florestais no Piauí (P143362) Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (P147158) Desenvolvimento Rural Sustentável e Competitividade do Ceará (P167455) Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins (P121495)</p> <p>Serviços de conhecimentos: Medição e Monitoramento da Pobreza no Brasil (P160742) Análise Programática da Pobreza no Brasil (P157875) BR Gênero e Divulgação de Conhecimento (P160743) BR Transporte e Integração de Gênero UFGE — Ampliação da Atuação de</p>
	<p>Indicador 19.2: <i>Número de produtores rurais beneficiados com ativos ou serviços técnicos aprimorados</i></p>	Alcançado		

		Linha de base (2016): 107 mil Resultado (2022): 353 mil Meta: 353 mil			Mulheres por Meio da Inclusão Produtiva nas Áreas Rurais do Nordeste do Brasil UFGE — Capacitação de Governos Subnacionais para Promover o Empoderamento Econômico e Prevenir a Violência contra as Mulheres ASAs: Rumo à Segurança Hídrica no Brasil (P161649) BR Gênero e Divulgação de Conhecimento (P160743) BR Transporte e Integração de Gênero
		Indicador 19.3: <i>Estradas rurais construídas ou reabilitadas (km)</i> Linha de base (2016): 719 Resultado (2022): 17.177 Meta: 12.000	Alcançado	Os resultados superaram as metas, impulsionados, em grande parte, pelo Projetos de Rodovias da Bahia e do Tocantins (P147272 e P121495).	UFGE — Ampliação da Atuação de Mulheres por Meio da Inclusão Produtiva nas Áreas Rurais do Nordeste do Brasil UFGE — Capacitação de Governos Subnacionais para Promover o Empoderamento Econômico e Prevenir a Violência contra as Mulheres
		Indicador 19.4: <i>População rural com acesso melhorado à água (número)</i> Linha de base (2016): 24.500 Resultado (2022): 298.275 Meta: 282.890	Alcançado/excedido	Os resultados superaram as metas, impulsionados, em grande parte, pelo avanço mais rápido do Projeto Bahia Sustentável na conclusão de novas ligações de água canalizada para uso doméstico.	Projeto-Piloto de Sistema de Monitoramento e Previsão de Secas Agrícolas no Brasil (P166896)

		<p>Indicador 19.5: <i>População rural com acesso melhorado a serviços de esgotamento sanitário (número)</i></p> <p>Linha de base (2016): 32 mil Resultado (2022): 54.379 Meta: 59.125</p>	Majoritariamente alcançado	A expectativa é que a meta seja alcançada à medida que continue a progredir o Projeto Rural do Ceará.	
		<p>Indicador 20: Número de comunidades tradicionais com meios de subsistência melhorados (ver nota de rodapé 67 da CPF)</p> <p>Linha de base (2016): 172 Resultado (2022): 64.765 Meta: 54.190</p>	Alcançado/excedido		
Evidências adicionais:					

Anexo 2.3. Programa de Empréstimos do BIRD EF18–EF23: Planejados versus efetivados

Nome do projeto	Código do projeto	Status	Data de aprovação	Data de encerramento	Compromisso (US\$ (US\$M))
Área Focal 1: Consolidação fiscal e eficácia governamental					
Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Econômica e Social do Acre — ProAcre	P107146	Transferido*/ encerrado	18/dez/2008	31/dez/2021	US\$ 206,53
Segundo APL do Bolsa Família	P101504	Transferido/ encerrado	16/set/2010	31/dez/2018	US\$ 200,00
SWAp MST de Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Saúde na Bahia	P095171	Transferido/ encerrado	02/nov/2010	31/out/2017	US\$ 60,00
SWAp de Fortalecimento do Investimento Público no Rio Grande do Sul	P120830	Transferido/ encerrado	01/mai/2012	31/mai/2019	US\$ 480,00
Educação e Gestão Pública do Recife	P126372	Transferido/ encerrado	29/mai/2012	31/dez/2019	US\$ 130,00
Projeto MST de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins	P121495	Transferido/ encerrado	26/jul/2012	31/dez/2021	US\$ 281,02
SWAp MST de Desenvolvimento do Paraná	P126343	Transferido/ encerrado	06/nov/2012	30/nov/2019	US\$ 333,63
Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte	P126452	Transferido/ativo	25/jun/2013	31/dez/2023	US\$ 360,00
P4R de Fortalecimento da Prestação de Serviços no Ceará	P127463	Transferido/ encerrado	21/nov/2013	31/jan/2019	US\$ 350,00
DPL de Prestação de Serviços e Gestão Fiscal de Manaus	P153203	Transferido/ encerrado	03/dez/2015	31/jul/2017	US\$ 150,00
SWAp de Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí	P129342	Transferido/ encerrado	21/dez/2015	31/dez/2021	US\$ 116,14
Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Fortaleza	P153012	Transferido/ativo	28/abr/2017	31/mar/2024	US\$ 73,30
Operação de Apoio à Reforma do Ensino Médio no Brasil	P163868	Realizado	14/dez/2017	31/dez/2023	US\$ 250,00
Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador	P162033	Realizado	19/dez/2017	30/jun/2023	US\$ 125,00
DPL de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental de Mato Grosso	P164588	Realizado	24/mai/2019	31/dez/2021	US\$ 248,88
Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador II	P172605	Realizado	22/set/2020	30/dez/2024	US\$ 125,00

Projeto de Apoio à Renda para os Pobres Afetados pela Covid-19 no Brasil	P174197	Realizado	29/out/2020	31/dez/2022	US\$ 1.000,00
Primeiro DPF Programático de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental do Estado do Amazonas	P172455	Realizado	11/dez/2020	30/dez/2022	US\$ 200,00
DPF de Recuperação Sustentável do Estado de Goiás	P177632	Realizado	28/abr/2022	31/dez/2024	US\$ 470,17
Modernização e Inovação do Setor Público do Paraná para a Prestação de Serviços	P168634	Realizado	28/abr/2022	31/out/2027	US\$ 130,00
Recuperação das Perdas de Aprendizagem Decorrentes da Pandemia de Covid-19 no Brasil	P178563	Realizado	12/mai/2022	31/dez/2027	US\$ 250,00
Empréstimo para a Política de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro	P178729	Realizado	16/jun/2022	31/dez/2024	US\$ 135,24
Progestão Alagoas: Eficiência da Gestão do Setor Público	P177070	Realizado	21/jul/2022	31/mar/2028	US\$ 40,00
Progestão Mato Grosso: Eficiência da Gestão do Setor Público	P178339	Realizado	23/ago/2022	30/jun/2028	US\$ 40,00
Projeto de Resposta e Recuperação da Covid-19 no Brasil	P176796	Descartado			US\$ 600,00
Projeto de Saúde da Covid-19 no Pará	P174164	Descartado			US\$ 100,00
Projeto Emergencial de Educação e Saúde Relacionado à Covid-19 no Ceará		Descartado			US\$ 91,03
Projeto Fiscal, Agrícola e de Refinanciamento da Dívida em Santa Catarina	P172401	Descartado			US\$ 345,00
Progestão Federal	P173202	Descartado			US\$ 35,00
Programa de Apoio à Implantação da Reforma da Atenção Primária à Saúde (APS) no Sistema Único de Saúde	P171977	Descartado			US\$ 100,00
Programa de Promoção da Aprendizagem, da Conclusão e da Empregabilidade dos Jovens do Ensino Médio do Estado de São Paulo		Descartado			US\$ 250,00
Total					US\$ 7.275,94

**"Transferido" significa que o projeto foi originado na durante o período da CPF anterior

Área Focal 2: Investimento do setor privado e crescimento produtivo					
Reabilitação da Distribuição da Eletrobras	P114204	Transferido/ encerrado	03/jun/2010	29/dez/2017	US\$ 495,00
Fortalecimento do Setor Energético e Mineral	P126537	Transferido/ encerrado	20/dez/2011	31/dez/2018	US\$ 33,44

SWAp de Fortalecimento do Investimento Público no Rio Grande do Sul	P120830	Transferido/ encerrado	01/mai/2012	31/mai/2019	US\$ 480,00
Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins	P121495	Transferido/ encerrado	26/jul/2012	31/dez/2021	US\$ 281,02
Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo	P127723	Transferido/ encerrado	14/jun/2013	30/mar/2021	US\$ 300,00
Projeto de Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte	P126452	Transferido/ativo	25/jun/2013	31/dez/2023	US\$ 360,00
P4R de Fortalecimento da Prestação de Serviços no Ceará	P127463	Transferido/ encerrado	21/nov/2013	31/jan/2019	US\$ 350,00
Reabilitação e Manutenção de Rodovias na Bahia	P147272	Transferido/ encerrado	29/jan/2016	30/jun/2022	US\$ 200,00
Projeto de Financiamento de Infraestrutura para Investidores em Títulos Privados (<i>Standard Infrastructure Bond SDIB</i>)	P158080	Descartado	20/mar/2018	---	US\$ 500,00
Linha de Crédito para Resiliência Urbana no Sul do Brasil	P170682	Realizado	24/mar/2020	30/jun/2026	US\$ 98,80
Corredor de Transporte Rápido por Ônibus de Aricanduva em São Paulo	P169140	Realizado	22/abr/2020	30/jun/2026	US\$ 97,00
Projeto de Fortalecimento dos Setores Energético e Mineral — Fase II	P170850	Realizado	22/mai/2020	31/dez/2025	US\$ 38,00
Modernização e Inovação do Setor Público do Paraná para a Prestação de Serviços	P168634	Realizado	28/abr/2022	31/out/2027	US\$ 130,00
DPF de Sustentabilidade Fiscal e Clima de Investimento no Brasil	P165533	Descartado			US\$ 500,00
Corredor Ferroviário de Cargas Leste-Oeste / FICO-FIOL		Descartado			US\$ 234,00
Agronorte		Descartado			US\$ 200,00
Linha de Crédito BIRD-BNDES, Instrumentos Financeiros para o Desenvolvimento do Setor de Infraestrutura		Descartado			US\$ 100,00
Total					US\$ 4.397,26

Área Focal 3: Desenvolvimento inclusivo e sustentável					
Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Econômica e Social do Acre — ProAcre	P107146	Transferido/ encerrado	18/dez/2008	31/dez/2021	US\$ 206,53
Modernização e Ecologização do Sistema Ferroviário Urbano do Rio de Janeiro	P111996	Transferido/ encerrado	09/jul/2009	30/dez/2022	US\$ 730,93

Recursos Hídricos Sustentáveis de Pernambuco	P108654	Transferido/ encerrado	14/jan/2010	30/mar/2020	US\$ 190,00
Linha 5 do Metrô de São Paulo	P116170	Transferido/ encerrado	20/abr/2010	30/dez/2020	US\$ 650,40
Linha 4 do Metrô de São Paulo (Fase 2)	P106390	Transferido/ encerrado	04/mai/2010	28/fev/2018	US\$ 130,00
Projeto de Recursos Hídricos do Sergipe	P112074	Transferido/ encerrado	26/jan/2012	30/abr/2020	US\$ 70,28
Programa do GEF de Áreas Protegidas da Região Amazônica – Fase 2	P114810	Transferido/ encerrado	23/fev/2012	31/jul/2017	US\$ 15,89
Inclusão Econômica Rural de Pernambuco	P120139	Transferido/ encerrado	06/mar/2012	30/jun/2020	US\$ 75,00
Desenvolvimento Rural Sustentável e Competitividade do Ceará	P121167	Transferido/ encerrado	05/abr/2012	30/abr/2019	US\$ 100,00
SWAp MST de Desenvolvimento do Paraná	P126343	Transferido/ encerrado	06/nov/2012	30/nov/2019	US\$ 333,63
Fortalecimento da Gestão do Setor Público Municipal do Rio de Janeiro	P127245	Transferido/ encerrado	14/jun/2013	30/jun/2018	US\$ 12,44
Projeto de Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte	P126452	Transferido/ativo	25/jun/2013	31/dez/2023	US\$ 360,00
Projeto Integrado de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos no Espírito Santo	P130682	Transferido/ativo	28/mar/2014	30/jun/2024	US\$ 172,40
Cadastro Ambiental Rural e Prevenção de Incêndios Florestais no Piauí	P143362	Transferido/ encerrado	08/abr/2014	31/dez/2017	US\$ 4,40
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bahia	P147157	Transferido/ encerrado	27/jun/2014	30/dez/2022	US\$ 150,00
FIP ABC Cerrado	P143184	Transferido/ encerrado	18/jul/2014	20/nov/2019	US\$ 10,31
Instrumentos de Mercado para Mudanças Climáticas — Vale do Paraná	P146371	Descartado	27/ago/2014	—	US\$ 3,00
Cadastro Ambiental Rural e Prevenção de Incêndios Florestais na Bahia	P143376	Transferido/ encerrado	12/set/2014	31/dez/2017	US\$ 4,28
Projeto do GEF de Áreas Marinhas Protegidas	P128968	Transferido/ encerrado	19/set/2014	31/mar/2020	US\$ 18,20
Plataforma de Monitoramento e Alerta de Incêndios Florestais no Cerrado	P149189	Transferido/ encerrado	15/dez/2014	31/dez/2017	US\$ 1,10

DGM para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Brasil	P143492	Transferido/encerrado	03/mar/2015	31/jan/2022	US\$ 6,50
Projeto Federal Pró-Cerrado	P150892	Transferido/encerrado	27/abr/2015	30/mai/2018	US\$ 4,30
SWAp de Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí	P129342	Transferido/encerrado	21/dez/2015	31/dez/2021	US\$ 116,14
FIP do Sistema de Monitoramento do Cerrado	P143185	Transferido/encerrado	28/mar/2016	29/dez/2021	US\$ 9,15
Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Fortaleza	P153012	Transferido/ativo	28/abr/2017	31/mar/2024	US\$ 73,30
Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba	P147158	Realizado	20/out/2017	15/dez/2023	US\$ 50,00
Coordenação do FIP no Brasil	P152285	Realizado	28/nov/2017	30/nov/2024	US\$ 1,00
Programa do GEF de Paisagens Sustentáveis da Amazônia	P158000	Realizado	14/dez/2017	31/dez/2026	US\$ 79,61
PforR do Município de Recife	P160868	Descartado	31/mai/2018	---	US\$ 120,00
FinBRAZEEC: Financiamento de Cidades com Eficiência Energética*	P162455	Descartado	29/jun/2018	---	US\$ 200,00
Projeto de Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado (P164602)	P164602	Realizado	29/out/2018	29/dez/2023	US\$ 21,00
Sabesp — Melhoria do Acesso e da Segurança dos Serviços Hídricos na Região Metropolitana de São Paulo	P168695	Realizado	18/dez/2018	16/jun/2025	US\$ 250,00
Melhoria da Gestão de Recursos Hídricos e da Prestação de Serviços na Paraíba	P165683	Realizado	28/fev/2019	30/jun/2026	US\$ 126,89
DPL de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental de Mato Grosso	P164588	Realizado/encerrado	24/mai/2019	31/dez/2021	US\$ 248,88
Desenvolvimento Rural Sustentável e Competitividade do Ceará — Fase II	P167455	Realizado	18/jul/2019	31/dez/2025	US\$ 100,00
Segurança e Governança Hídrica no Ceará	P165055	Realizado	08/ago/2019	31/dez/2026	US\$ 139,88
Primeiro DPF Programático de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental do Estado do Amazonas	P172455	Realizado/encerrado	11/dez/2020	30/dez/2022	US\$ 200,00
Consórcios de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil	P172497	Realizado	04/nov/2022	30/nov/2027	US\$ 24,58
Projeto de Financiamento Climático do Brasil	P178888	Realizado	22/dez/2022	30/abr/2028	US\$ 500,00
Regeneração Verde, Resiliente e Inclusiva da Área Central de Porto Alegre	P178072	Realizado	07/jun/2023	29/dez/2028	US\$ 84,55

Brasil: Projeto de Gestão da Segurança Hídrica do Espírito Santo	P176982	Realizado	09/mai/2023	30/jun/2029	US\$ 86,10
Total					US\$ 5.680,67

Anexo 2.4. Carteira do BIRD e programa de consultoria no Brasil EF18–EF23

2.4.1. Carteira do BIRD

Nome do projeto	Código do projeto	Status	Data de aprovação	Data de encerramento	Compromisso ((US\$M))
DPL de Prestação de Serviços e Gestão Fiscal de Manaus	P153203	Transferido/encerrado	03/dez/2015	31/jul/2017	US\$ 150,00
Programa do GEF de Áreas Protegidas da Região Amazônica — Fase 2	P114810	Transferido/encerrado	23/fev/2012	31/jul/2017	US\$ 15,89
SWAp MST de Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Saúde na Bahia	P095171	Transferido/encerrado	02/nov/2010	31/out/2017	US\$ 60,00
Reabilitação da Distribuição da Eletrobras	P114204	Transferido/encerrado	03/jun/2010	29/dez/2017	US\$ 495,00
Cadastro Ambiental Rural e Prevenção de Incêndios Florestais no Piauí	P143362	Transferido/encerrado	08/abr/2014	31/dez/2017	US\$ 4,40
Cadastro Ambiental Rural e Prevenção de Incêndios Florestais na Bahia	P143376	Transferido/encerrado	12/set/2014	31/dez/2017	US\$ 4,28
Plataforma de Monitoramento e Alerta de Incêndios Florestais no Cerrado	P149189	Transferido/encerrado	15/dez/2014	31/dez/2017	US\$ 1,10
Linha 4 do Metrô de São Paulo (Fase 2)	P106390	Transferido/encerrado	04/mai/2010	28/fev/2018	US\$ 130,00
Projeto Federal Pró-Cerrado	P150892	Transferido/encerrado	27/abr/2015	30/mai/2018	US\$ 4,30
Fortalecimento da Gestão do Setor Público Municipal do Rio de Janeiro	P127245	Transferido/encerrado	14/jun/2013	30/jun/2018	US\$ 12,44
Segundo APL do Bolsa Família	P101504	Transferido/encerrado	16/set/2010	31/dez/2018	US\$ 200,00
Fortalecimento do Setor Energético e Mineral	P126537	Transferido/encerrado	20/dez/2011	31/dez/2018	US\$ 33,44

P4R de Fortalecimento da Prestação de Serviços no Ceará	P127463	Transferido/ encerrado	21/nov/2013	31/jan/2019	US\$ 350,00
P4R de Fortalecimento da Prestação de Serviços no Ceará	P127463	Transferido/ encerrado	21/nov/2013	31/jan/2019	US\$ 350,00
Desenvolvimento Rural Sustentável e Competitividade do Ceará	P121167	Transferido/ encerrado	05/abr/2012	30/abr/2019	US\$ 100,00
SWAp de Fortalecimento do Investimento Público no Rio Grande do Sul	P120830	Transferido/ encerrado	01/mai/2012	31/mai/2019	US\$ 480,00
SWAp de Fortalecimento do Investimento Público no Rio Grande do Sul	P120830	Transferido/ encerrado	01/mai/2012	31/mai/2019	US\$ 480,00
FIP ABC Cerrado	P143184	Transferido/ encerrado	18/jul/2014	20/nov/2019	US\$ 10,31
SWAp MST de Desenvolvimento do Paraná	P126343	Transferido/ encerrado	06/nov/2012	30/nov/2019	US\$ 333,63
SWAp MST de Desenvolvimento do Paraná	P126343	Transferido/ encerrado	06/nov/2012	30/nov/2019	US\$ 333,63
Educação e Gestão Pública do Recife	P126372	Transferido/ encerrado	29/mai/2012	31/dez/2019	US\$ 130,00
Recursos Hídricos Sustentáveis de Pernambuco	P108654	Transferido/ encerrado	14/jan/2010	30/mar/2020	US\$ 190,00
Projeto do GEF de Áreas Marinhas Protegidas	P128968	Transferido/ encerrado	19/set/2014	31/mar/2020	US\$ 18,20
Projeto de Recursos Hídricos do Sergipe	P112074	Transferido/ encerrado	26/jan/2012	30/abr/2020	US\$ 70,28
Inclusão Econômica Rural de Pernambuco	P120139	Transferido/ encerrado	06/mar/2012	30/jun/2020	US\$ 75,00
Linha 5 do Metrô de São Paulo	P116170	Transferido/ encerrado	20/abr/2010	30/dez/2020	US\$ 650,40
Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo	P127723	Transferido/ encerrado	14/jun/2013	30/mar/2021	US\$ 300,00
FIP do Sistema de Monitoramento do Cerrado	P143185	Transferido/ encerrado	28/mar/2016	29/dez/2021	US\$ 9,15

Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Econômica e Social do Acre — ProAcre	P107146	Transferido/encerrado	18/dez/2008	31/dez/2021	US\$ 206,53
Projeto MST de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins	P121495	Transferido/encerrado	26/jul/2012	31/dez/2021	US\$ 281,02
DPL de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental de Mato Grosso	P164588	Realizado	24/mai/2019	31/dez/2021	US\$ 248,88
Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins	P121495	Transferido/encerrado	26/jul/2012	31/dez/2021	US\$ 281,02
Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Econômica e Social do Acre — ProAcre	P107146	Transferido/encerrado	18/dez/2008	31/dez/2021	US\$ 206,53
SWAp de Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí	P129342	Transferido/encerrado	21/dez/2015	31/dez/2021	US\$ 116,14
DPL de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental de Mato Grosso	P164588	Realizado/encerrado	24/mai/2019	31/dez/2021	US\$ 248,88
DGM para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Brasil	P143492	Transferido/encerrado	03/mar/2015	31/jan/2022	US\$ 6,50
Reabilitação e Manutenção de Rodovias na Bahia	P147272	Transferido/encerrado	29/jan/2016	30/jun/2022	US\$ 200,00
Primeiro DPF Programático de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental do Estado do Amazonas	P172455	Realizado	11/dez/2020	30/dez/2022	US\$ 200,00
Modernização e Ecologização do Sistema Ferroviário Urbano do Rio de Janeiro	P111996	Transferido/encerrado	09/jul/2009	30/dez/2022	US\$ 730,93
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bahia	P147157	Transferido/encerrado	27/jun/2014	30/dez/2022	US\$ 150,00
Primeiro DPF Programático de Sustentabilidade Fiscal e Ambiental do Estado do Amazonas	P172455	Realizado/encerrado	11/dez/2020	30/dez/2022	US\$ 200,00
Projeto de Apoio à Renda para os Pobres Afetados pela Covid-19 no Brasil	P174197	Realizado	29/out/2020	31/dez/2022	US\$ 1.000,00
Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador	P162033	Realizado	19/dez/2017	30/jun/2023	US\$ 125,00

Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba	P147158	Realizado	20/out/2017	15/dez/2023	US\$ 50,00
Projeto de Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado (P164602)	P164602	Realizado	29/out/2018	29/dez/2023	US\$ 21,00
Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte	P126452	Transferido/ativo	25/jun/2013	31/dez/2023	US\$ 360,00
Operação de Apoio à Reforma do Ensino Médio no Brasil	P163868	Realizado	14/dez/2017	31/dez/2023	US\$ 250,00
Projeto de Governança e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte	P126452	Transferido/ativo	25/jun/2013	31/dez/2023	US\$ 360,00
Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Fortaleza	P153012	Transferido/ativo	28/abr/2017	31/mar/2024	US\$ 73,30
Projeto Integrado de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos no Espírito Santo	P130682	Transferido/ativo	28/mar/2014	30/jun/2024	US\$ 172,40
Coordenação do FIP no Brasil	P152285	Realizado	28/nov/2017	30/nov/2024	US\$ 1,00
Projeto de Prestação de Serviços Multissetoriais Sociais de Salvador II	P172605	Realizado	22/set/2020	30/dez/2024	US\$ 125,00
DPF de Recuperação Sustentável do Estado de Goiás	P177632	Realizado	28/abr/2022	31/dez/2024	US\$ 470,17
Empréstimo para a Política de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro	P178729	Realizado	16/jun/2022	31/dez/2024	US\$ 135,24
Sabesp — Melhoria do Acesso e da Segurança dos Serviços Hídricos na Região Metropolitana de São Paulo	P168695	Realizado	18/dez/2018	16/jun/2025	US\$ 250,00
Projeto de Fortalecimento dos Setores Energético e Mineral — Fase II	P170850	Realizado	22/mai/2020	31/dez/2025	US\$ 38,00
Desenvolvimento Rural Sustentável e Competitividade do Ceará — Fase II	P167455	Realizado	18/jul/2019	31/dez/2025	US\$ 100,00
Linha de Crédito para Resiliência Urbana no Sul do Brasil	P170682	Realizado	24/mar/2020	30/jun/2026	US\$ 98,80

Corredor de Transporte Rápido por Ônibus de Aricanduva em São Paulo	P169140	Realizado	22/abr/2020	30/jun/2026	US\$ 97,00
Melhora da Gestão de Recursos Hídricos e da Prestação de Serviços na Paraíba	P165683	Realizado	28/fev/2019	30/jun/2026	US\$ 126,89
Programa do GEF de Paisagens Sustentáveis da Amazônia	P158000	Realizado	14/dez/2017	31/dez/2026	US\$ 79,61
Segurança e Governança Hídrica no Ceará	P165055	Realizado	08/ago/2019	31/dez/2026	US\$ 139,88
Modernização e Inovação do Setor Público do Paraná para a Prestação de Serviços	P168634	Realizado	28/abr/2022	31/out/2027	US\$ 130,00
Consórcios de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil	P172497	Realizado	04/nov/2022	30/nov/2027	US\$ 24,58
Recuperação das Perdas de Aprendizagem Decorrentes da Pandemia de Covid-19 no Brasil	P178563	Realizado	12/mai/2022	31/dez/2027	US\$ 250,00
Progestão Alagoas: Eficiência da Gestão do Setor Público	P177070	Realizado	21/jul/2022	31/mar/2028	US\$ 40,00
Projeto de Financiamento Climático do Brasil	P178888	Realizado	22/dez/2022	30/abr/2028	US\$ 500,00
Progestão Mato Grosso: Eficiência da Gestão do Setor Público	P178339	Realizado	23/ago/2022	30/jun/2028	US\$ 40,00
Regeneração Verde, Resiliente e Inclusiva da Área Central de Porto Alegre	P178072	Realizado	07/jun/2023	29/dez/2028	US\$ 84,55
Projeto de Gestão da Segurança Hídrica do Espírito Santo	P176982	Realizado	09/mai/2023	30/jun/2029	US\$ 86,10
Total (em milhões de US\$)					US\$ 13.975,84

2.4.2. Programa de Consultoria EF18–EF23

Nome da tarefa	ID da tarefa	Consultoria/ Análise	Data do ACS
ASA concluído			
Revisão dos Gastos Brasileiros com Educação	P158801	Análise	08/dez/2017
BR Transporte e Integração de Gênero	P157959	Análise	14/dez/2017
Assistência Técnica Previdenciária no Brasil	P157609	Consultoria	19/dez/2017
Logística Urbana e de Varejo <i>Online</i>	P156916	Análise	27/dez/2017
Revisão das Despesas Públicas do Brasil	P158800	Análise	30/dez/2017
Produtos de Conhecimento sobre Assistência Social	P153017	Análise	18/fev/2018
Revisão de Despesas Brasileiras e Diagnóstico Macrofiscal (programático)	P154992	Análise	20/mar/2018
Fortalecimento do Ambiente de Negócios	P155768	Consultoria	15/mai/2018
Relatório Emblemático de Aumento da Produtividade	P162670	Análise	17/mai/2018
Conferências, <i>Workshops</i> e Outros Eventos	P153016	Análise	30/mai/2018
Produtividade para Prosperidade Compartilhada	P152871	Análise	01/jun/2018
Apoio Fundamentado em Economia Política para a Implementação da Nova Lei de Finanças Públicas	P165082	Consultoria	15/jun/2018
Brasil: Melhora da Eficiência da Prestação de Serviços de Saúde	P161452	Análise	20/jun/2018
Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza (SoD Hub)	P147146	Análise	20/jun/2018
Programa de Mitigação das Mudanças Climáticas no Cerrado (NLTA Defra)	P145822	Consultoria	21/jun/2018
Formação e Empregos no Brasil AAA — Fase II	P156683	Análise	22/jun/2018
Iniciativa Brasileira de Plataforma de Inovação para uma Agricultura Inteligente em Termos de Clima	P162091	Análise	23/jun/2018
UFGE — Ampliação da Atuação de Mulheres por Meio da Inclusão Produtiva nas Áreas Rurais do Nordeste do Brasil	P161293	Consultoria	26/jun/2018
Cidades e Produtividade no Brasil	P166311	Análise	26/jun/2018
Rumo à Segurança Hídrica no Brasil (P502121)	P161649	Análise	28/jun/2018

Subtarefa 3: Gestão da Seca	P162900	Análise	28/jun/2018
Relações Fiscais Intergovernamentais do Brasil	P165693	Análise	29/jun/2018
Abordagem de Compartilhamento de Água de Forma Sustentável e Econômica na Bacia do Rio São Francisco	P162899	Análise	30/jun/2018
Financiamento do Redesenvolvimento e da Infraestrutura de Transporte Urbano por Meio da Captura do Valor da Terra: Estudos de Caso do Metrofor em Fortaleza	P164683	Consultoria	25/jul/2018
Coordenação do Programa de Mudanças Climáticas no Cerrado	P167973	Análise	28/set/2018
Programa de Pobreza no Brasil	P164270	Análise	16/out/2018
Notas de Políticas Públicas do Brasil 2018	P168510	Análise	06/nov/2018
Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) do Brasil	P163750	Análise	29/jan/2019
Desenvolvimento Territorial no Maranhão: Um Diagnóstico Espacial	P162516	Análise	26/mar/2019
Abordagem Programática para a Prevenção da Violência e Segurança Pública no Brasil	P156728	Consultoria	09/mai/2019
Desafios de uma Abordagem Baseada em Direitos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e a Habitação Social no Brasil	P163701	Análise	09/mai/2019
Melhora da Resiliência Climática da Rede Rodoviária Federal no Brasil	P165991	Análise	21/mai/2019
Assistência Técnica para Análise Fiscal no Maranhão	P170104	Análise	21/mai/2019
Inovação nas Decisões sobre Gestão de Risco de Desastres no Brasil	P153019	Consultoria	31/mai/2019
Revisão das Reformas do Setor de Energia e Gás no Brasil	P161056	Análise	17/jun/2019
Apoio à Reforma Tributária no Brasil	P168664	Consultoria	18/jun/2019
Reformas do Setor de Saúde no Brasil	P168533	Análise	21/jun/2019
Promoção do Empoderamento Econômico e Prevenção da Violência contra as Mulheres no Piauí	P163209	Consultoria	24/jun/2019
Melhora da Análise de Produtividade e Governança no Brasil	P169464	Análise	25/jun/2019
Novas Evidências para Reformas Educacionais no Brasil	P168046	Consultoria	26/jun/2019
Avaliação de Impactos do Painel de Preços do Ministério do Planejamento do Brasil	P167218	Análise	26/jun/2019
Novas Evidências para Reformas Educacionais no Brasil	P168046	Análise	26/jun/2019
Transferências Fiscais Intergovernamentais do Brasil: Opções de Políticas Públicas para Alcançar uma Redistribuição Mais Eficaz	P169568	Análise	27/jun/2019

Avaliação de Impacto de Desenvolvimento (DIME) do Assédio Sexual no Transporte Público no Brasil	P168717	Análise	27/jun/2019
Massa Salarial e Reforma do Funcionalismo Público no Brasil	P166281	Análise	28/jun/2019
Apoio à Gestão das Finanças Públicas no Brasil	P169571	Análise	28/jun/2019
Corredores Federais e Modernização das Instituições no Brasil	P170507	Análise	30/ago/2019
Programa de Pobreza no Brasil	P168059	Análise	09/set/2019
Trens Intercidades (TICs) de Americana e Linha 7 da CPTM em São Paulo	P166533	Análise	09/set/2019
Envelhecimento e Saúde no Brasil	P157776	Análise	25/set/2019
Assistência Técnica para o Sistema de Intermediação do Mercado de Trabalho do Brasil	P168286	Análise	30/set/2019
Assistência Técnica para o Sistema de Intermediação do Mercado de Trabalho do Brasil	P168286	Consultoria	25/out/2019
Serviços de Consultoria ao Governo Brasileiro sobre Aspectos Fiscais e Financeiros da Reforma Previdenciária	P165591	Consultoria	17/nov/2019
Apoio à Gestão Inteligente de Recursos Hídricos na Região Metropolitana do Recife — Fundo de Prosperidade do Reino Unido	P169073	Consultoria	20/dez/2019
Projeto-Piloto de Sistema de Monitoramento e Previsão de Secas Agrícolas no Brasil	P166896	Análise	30/dez/2019
Modelos de Reforma de Benefícios Sociais no Brasil	P168285	Análise	30/jan/2020
Apoio à Mobilidade Inteligente na Região Metropolitana de São Paulo — Fundo de Prosperidade do Reino Unido	P168834	Consultoria	26/fev/2020
Avaliação de Impactos das Reformas do Sistema de Aquisições Públicas do Estado do Amazonas e da Cidade de Manaus	P156357	Análise	03/mar/2020
Impacto de uma Plataforma <i>Online</i> para a Divulgação e Conteúdos de Práticas Empresariais no Desempenho Econômico de Pequenas e Microempresas	P158216	Análise	03/mar/2020
Serviços de Consultoria ao Governo Brasileiro sobre Aspectos Fiscais e Financeiros da Reforma Previdenciária	P165591	Consultoria	31/mar/2020
Dissociação entre Produção Agrícola e Desmatamento no Brasil: Benefícios Internos, Eficiência e Finanças	P166174	Análise	31/mar/2020
Parcerias Público-Privadas para a Prestação de Serviços de Infraestrutura de Transportes no Brasil	P157817	Análise	31/mar/2020
Instrumentos de Mercado para a Política Brasileira de Mudanças Climáticas	P164170	Análise	31/mai/2020
Brasil: Folha Salarial / GRH e Reforma das Transferências Fiscais Intergovernamentais	P172560	Análise	12/jun/2020

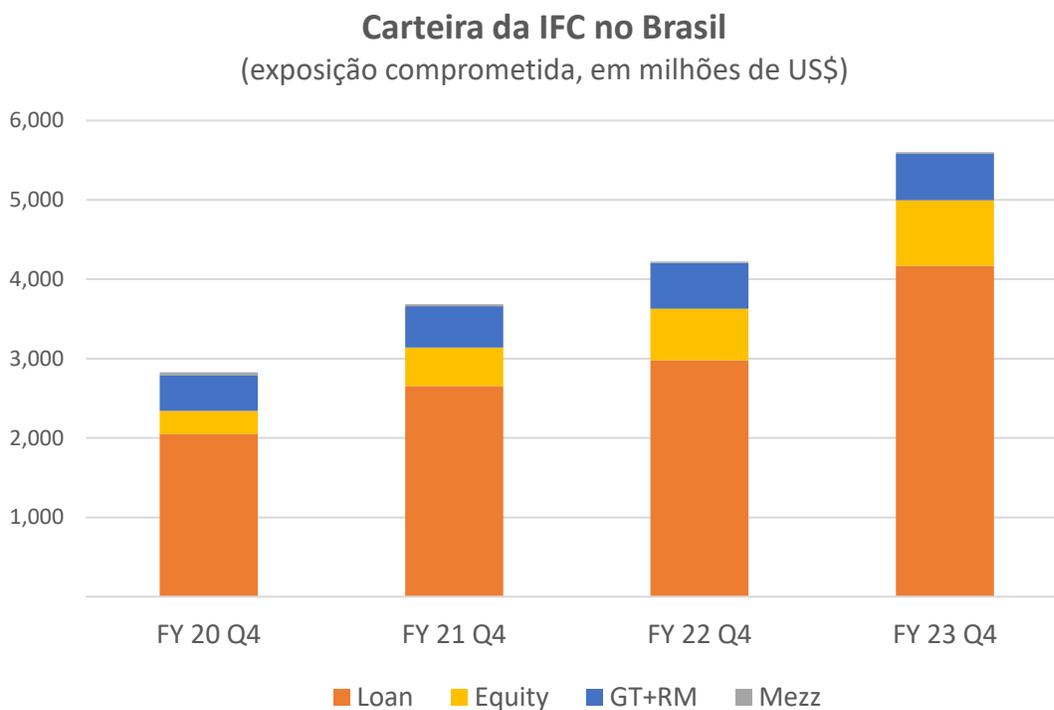
Assistência Técnica para a Implementação de um Regime Previdenciário por Capitalização Obrigatório ou Semiobrigatório	P172908	Consultoria	27/jun/2020
Modelagem Fiscal Subnacional no Brasil	P172861	Consultoria	27/jun/2020
Assistência Técnica de Análise e Apoio ao Ajuste Fiscal Subnacional Relacionado à Covid no Brasil	P173059	Análise	27/jun/2020
Reforma da Política do Setor Financeiro do Brasil	P166550	Consultoria	29/jun/2020
Reforma da Política do Setor Financeiro do Brasil	P166550	Consultoria	29/jun/2020
DIME AADAPT Brasil	P132069	Análise	29/jun/2020
Brasil: Reforma do Setor Público	P171506	Consultoria	30/jun/2020
Análise e Consultoria do Setor Financeiro do Brasil	P173248	Análise	30/jun/2020
Pobreza e Inclusão no Brasil	P171105	Análise	30/jun/2020
Assistência Técnica para a Implementação da Reforma Previdenciária em Nível Federal e Subnacional	P172230	Consultoria	10/jul/2020
Reformas do Setor de Saúde e Sustentabilidade dos Gastos em Saúde Pública no Brasil	P172406	Análise	10/jul/2020
Assistência Técnica e Reforma da Proteção Social e dos Benefícios Trabalhistas no Brasil	P168285	Análise	22/jul/2020
ASA de Apoio às Reformas Estruturais e Política Comercial no Brasil	P172039	Análise	02/nov/2020
ID4D do Brasil: <i>Workshop</i> e Diagnóstico do País	P172634	Análise	19/nov/2020
Brasil: Projeto de BRT da Foz do Rio Itajaí	P170886	Análise	17/jun/2021
Recuperação do Setor Privado pós-Covid no Brasil (trabalho da FCI)	P173105	Análise	28/jun/2021
Estudo Subnacional <i>Doing Business in Brazil</i>	P172906	Análise	04/nov/2021
Avaliação da Pobreza e Equidade no Brasil	P174691	Análise	22/fev/2022
Pobreza e Equidade no Brasil	P177527	Análise	13/jun/2022
Brasil: Avaliação Geral do Marco Ambiental e Social do Mutuário	P177058	Análise	15/jun/2022
Avaliação da Política de Infraestrutura do Brasil	P174544	Análise	29/jun/2022
Setor Privado Brasileiro: Covid-19 e Recuperação Verde. Construção de uma Recuperação Mais Produtiva, Resiliente, Verde e Equitativa	P177628	Análise	19/dez/2022
Notas de Políticas Públicas do Brasil 2022	P178762	Análise	15/jun/2023

Brasil: Avaliação Geral do Marco Ambiental e Social do Mutuário — Fase 2	P180658	Análise	15/jun/2023
Memorando Econômico da Amazônia	P173457	Análise	16/jun/2023
Ampliação do Sistema de Avaliação de Riscos de Governança	P176859	Análise	22/jun/2023
Programa de Pobreza e Equidade no Brasil	P179603	Análise	23/jun/2023
ASAs descartados			
CPTM de São Paulo e Desenvolvimento de Concessões de Metrô	P172609	Análise	15/jun/2020
Brasil: Reforma do Setor Público	P171506	Consultoria	30/jun/2020
Estruturação da PPP das Linhas 8 e 9 das Ferrovias Suburbanas de SP	P172667	Consultoria	30/abr/2021
Privatização de Estatais Ferroviárias Federais no Brasil (CBTU, TRENSURB)	P172602	Análise	30/jun/2021
ASAs ativos (em 30 de junho de 2023)			
Brasil 2040	P173458	Análise	31/out/2023
Apoio à Facilitação do Comércio no Brasil	P173672	Análise	29/dez/2023
Aceleração da Transição para Energia Limpa e Fortalecimento da Segurança Hídrica no Brasil	P179030	Análise	30/mai/2024
ASA sobre Produtividade e Desenvolvimento Regional no Brasil	P180192	Análise	03/jun/2024
CEM Subnacional para a Região Nordeste do Brasil	P179494	Análise	14/jun/2024
Brasil: Revisão das Despesas Públicas Relacionadas a Políticas Fiscais Mais Verdes	P179495	Análise	15/jun/2024
Mobilidade Verde e Logística em Prol da Sustentabilidade e Resiliência	P179908	Análise	20/jun/2024
Reformas da Proteção Social para Reestruturação e Recuperação durante a Covid-19	P174836	Análise	28/jun/2024
Apoio ao Desenvolvimento Digital para Reduzir a Lacuna Digital no Brasil	P179126	Análise	28/jun/2024
Apoio a uma Recuperação da Aprendizagem Resiliente, Inclusiva e Sustentável no Brasil	P179810	Análise	28/jun/2024
ASA de Política de Saúde do Brasil	P179951	Análise	30/jun/2024
Revisão do Setor Agrícola Brasileiro — Redirecionamento de Apoio Público para um Setor Verde, Resiliente, Inclusivo e Competitivo	P179206	Análise	29/nov/2024

Anexo 2.5. Carteira da IFC no Brasil EF23

Carteira da IFC no Brasil (exposição comprometida, em milhões de US\$)

Visão geral do produto	EF20, T4	EF21, T4	EF22, T4	EF23, T4
GT + RM	US\$ 447	US\$ 520	US\$ 577	US\$ 591
Empréstimo	US\$ 2.047	US\$ 2.653	US\$ 2.979	US\$ 4.170
Mezz	US\$ 39	US\$ 24	US\$ 17	US\$ 13
Capital	US\$ 295	US\$ 488	US\$ 650	US\$ 825
Total	US\$ 2.828	US\$ 3.684	US\$ 4.223	US\$ 5.600



Anexo 2.6. Carteira da MIGA no Brasil EF23 (em outubro de 2023)

EF	Projeto	Data de início	Data de encerramento	Exposição bruta em aberto (em US\$)	Descrição
EF15	Projeto de Transporte Sustentável no Estado de São Paulo	14/nov	26/out	US\$ 118.374.090	O projeto envolveu a reabilitação de cerca de 800 quilômetros de rodovias selecionadas pela sua proximidade e conectividade com vias navegáveis interiores e ferrovias; a reconstrução de duas pontes para melhorar a navegabilidade do complexo do corredor fluvial do Tietê; e outras obras para melhorar a segurança rodoviária.
Total da carteira				US\$ 118.374.090	

ANEXO 3. INDICADORES SELECIONADOS DE DESEMPENHO E GESTÃO DA CARTEIRA BANCÁRIA

CAS Annex B2 - Brazil

Selected Indicators* of Bank Portfolio Performance and Management

As of Date 03/01/2024

Indicator	FY21	FY22	FY23	FY24
Portfolio Assessment				
Number of Projects Under Implementation ^a	26.0	24.0	25.0	32.0
Average Implementation Period (years) ^b	4.5	3.7	3.4	2.9
Percent of Problem Projects by Number ^{a, c}	19.2	29.2	36.0	12.5
Percent of Problem Projects by Amount ^{a, c}	25.8	32.9	27.0	7.4
Percent of Projects at Risk by Number ^{a, d}	19.2	29.2	36.0	12.5
Percent of Projects at Risk by Amount ^{a, d}	25.8	32.9	27.0	7.4
Disbursement Ratio (%) ^e	10.2	44.5	14.9	9.5
Portfolio Management				
CPPR during the year (yes/no)				
Supervision Resources (total US\$)				
Average Supervision (US\$/project)				

Memorandum Item	Since FY80	Last Five FYs
Proj Eval by IEG by Number	369	19
Proj Eval by IEG by Amt (US\$ millions)	52,443.6	4,431.1
% of IEG Projects Rated U or HU by Number	28.9	26.3
% of IEG Projects Rated U or HU by Amt	25.4	19.0

a. As shown in the Annual Report on Portfolio Performance (except for current FY).

b. Average age of projects in the Bank's country portfolio.

c. Percent of projects rated U or HU on development objectives (DO) and/or implementation progress (IP).

d. As defined under the Portfolio Improvement Program.

e. Ratio of disbursements during the year to the undisbursed balance of the Bank's portfolio at the beginning of the year: Investment projects only.

* All indicators are for projects active in the Portfolio, with the exception of Disbursement Ratio, which includes all active projects as well as projects which exited during the fiscal year.

ANEXO 4. CARTEIRA DE OPERAÇÕES (BIRD/AID E DOAÇÕES)

CAS Annex B8 - Brazil
Operations Portfolio (IBRD/IDA and Grants)
As of 01/31/2024

Closed Projects	425
IBRD/IDA*	
Total Disbursed (Active)	1,265.60
of which has been repaid(1)	5.21
Total Disbursed (Closed)	54,739.99
of which has been repaid	43,923.85
Total Disbursed (Active + Closed)	56,005.59
of which has been repaid	43,929.06
Total Undisbursed (Active)	2,788.81
Total Undisbursed (Closed)	0.00
Total Undisbursed (Active + Closed)	2788.81013

Project ID	Project Name	Last PSR			Original Amount in US\$ Millions					Difference Between Expected and Disbursements ^a	
		Supervision Rating		Fiscal Year	IBRD	IDA	Grants	Cancel.	Undisb.	Orig.	Frm Rev'd
		Implementation Progress	Chinoti								
P179182	2nd Rio Fiscal and Sustainable DF	#	#	2024	135.2	0.0		0.0	0.0	0.0	0.0
P158000	Amazon Sustainable Landscapes I	S	MS	2018	0.0	0.0	79.6	0.0	44.8	25.5	9.1
P179365	Bolsa Familia 4	#	#	2024	300.0	0.0		0.0	300.0	350.0	0.0
P171257	Brazil ASL Phase 2	#	#	2022	0.0	0.0	19.3	0.0	0.0	0.0	0.0
P178888	Brazil Climate Finance Project	S	S	2023	500.0	0.0		0.0	500.0	108.6	0.0
P178563	Brazil: Education Recovery from C	MS	MS	2022	250.0	0.0		0.0	250.0	136.3	0.0
P165695	Brazil -SABESP- SP Water Utility I	MS	MS	2019	250.0	0.0		0.0	206.5	104.3	24.4
P130682	BR ES Integrated Sust. Water Mgt	MS	MS	2014	225.0	0.0		52.6	25.6	78.2	-0.8
P176982	BR ES Water Security Managemen	S	S	2023	86.1	0.0		0.0	86.1	2.0	0.0
P147158	BR Paraíba Sustainable Rural Dev	MS	MS	2018	50.0	0.0		0.0	19.8	19.8	3.5
P165055	Ceará Water Security and Govern:	MS	MS	2020	139.9	0.0		0.0	73.6	56.6	0.0
P178072	Centro+4D	S	S	2023	84.6	0.0		0.0	84.6	1.7	0.0
P153012	Fortaleza Sustainable Urban Deve	MS	S	2017	73.3	0.0		0.0	37.2	33.1	21.5
P175723	Mato Grosso Produtivo	#	#	2024	80.0	0.0		0.0	80.0	0.3	0.0
P170850	META II	MU	MU	2020	38.0	0.0		0.0	34.8	22.1	13.8
P169134	Mobility and Inclusion in Belo Horiz	MU	S	2020	80.0	0.0		0.0	79.0	59.1	0.7
P178993	MT Sustainable Learning	#	#	2024	100.0	0.0		0.0	100.0	0.0	0.0
P178729	Mun. RJ Adjustment and Sust. dev	S	S	2022	135.2	0.0		0.0	0.0	0.0	0.0
P165683	Paraíba Improving Water Security	MS	MS	2019	126.9	0.0		0.0	110.2	46.0	0.0
P168634	Parana Public Sector Modernizatio	S	MS	2022	130.0	0.0		0.0	99.9	36.1	0.0
P178567	Piauí Health and Social Protection	#	#	2024	50.0	0.0		0.0	50.0	0.7	0.0
P179046	Progestao Aore	S	S	2024	40.0	0.0		0.0	40.0	4.3	0.0
P177070	Progestão Alagoas	S	S	2023	40.0	0.0		0.0	40.0	9.7	0.0
P178339	Progestão Mato Grosso	S	S	2023	40.0	0.0		0.0	40.0	4.8	0.0
P178663	Progestão Piauí	#	#	2024	50.0	0.0		0.0	50.0	5.3	0.0
P179088	Progestão Tocantins	S	S	2024	50.0	0.0		0.0	50.0	1.2	0.0
P167455	Projeto Ceara Sao Jose IV	MU	MS	2020	100.0	0.0		0.0	71.6	61.9	43.4
P172605	Salvador Social Project II	MS	MS	2021	125.0	0.0		0.0	51.9	44.2	1.9
P169140	São Paulo Aricanduva BRT Corridi	MS	MU	2020	97.0	0.0		0.0	92.9	49.5	1.2
P177632	State of Goias Sustainable Recove	#	#	2022	500.0	0.0		29.8	0.0	0.0	0.0
P170682	Sul Resiliente	MS	MS	2020	98.8	0.0		0.0	98.8	35.5	0.0
P163868	Upper Secondary Reform in Brazil	MS	MS	2018	250.0	0.0		19.3	47.1	66.4	6.2
P172497	Vertentes Project	MS	MS	2023	0.0	0.0	24.6	0.0	24.6	2.4	0.0
Overall Result					4,225.0	0.0	123.5	101.7	2,788.8	1,365.7	124.9

* Disbursement data is updated at the end of the first week of the month.

a. Intended disbursements to date minus actual disbursements to date as projected at appraisal.

ANEXO 5. PIPELINE DE EMPRÉSTIMOS (BIRD)

ID do Projeto	Nome do projeto	GP	Inst.	Comp. total. (US\$M)	Aprovação no Conselho
EF24					
Série de operações do Progestão⁴		GOV/SPL		US\$ 140,00	
P179046	Acre: Eficiência da Gestão do Setor Público		IPF	(US\$ 40,00)	24/jul/2023
P179088	Tocantins: Eficiência da Gestão do Setor Público		IPF	(US\$ 50,00)	24/jul/2023
P178663	Piauí: Eficiência da Gestão do Setor Público		IPF	(US\$ 50,00)	03/out/2023
P178567	Desenvolvimento da Saúde e Proteção Social do Piauí	HNP	IPF	US\$ 50,00	05/out/2023
P178993	Projeto de Aprendizagem Resiliente, Inclusiva e Sustentável em Mato Grosso	EDU	IPF	US\$ 100,00	24/out/2023
P179182	Empréstimo para a Política de Gestão Fiscal e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro	TDD	DPF	US\$ 135,24	16/nov/2023
P179365	Apoio à Renda para os Pobres Afetados por Crises Econômicas	SPL	IPF	US\$ 300,00	06/dez/2023
P175723	Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em Mato Grosso	AGR	IPF	US\$ 80,00	05/fev/2024
P177474	Pilares de Crescimento e Inclusão Social do Piauí — Fase 2	AGR	IPF	US\$ 50,00	14/mar/2024
P180497	DPF Sustentável do Estado do Ceará	MTI	DPF	US\$ 541,88	28/mar/2024
P500524	Redução da Insegurança Alimentar, Promoção da Aprendizagem e Proteção do Meio Ambiente no Estado do Pará	EDU	IPF	US\$ 280,00	28/mar/2024
P178557	Projeto Integrado de Mobilidade Sustentável na Região da Foz do Rio Itajaí	TDD	IPF	US\$ 90,00	12/abr/2024
P180430	Projeto de Água e Saneamento Rural de Pernambuco (Prosar) (P180430)	WAT	IPF	US\$ 90,00	16/mai/2024
P180462	Projeto de Aceleração Digital do Espírito Santo	DDT	IPF	US\$ 61,22	22/mai/2024
Subtotal do EF24				US\$ 1.918,34	
EF25					
MPA de Agricultura Inteligente em Termos de Clima⁵		AGR		US\$ 330,00	
P180429	Desenvolvimento Rural Sustentável da Bahia (2)		IPF	(US\$ 100,00)	12/ago/2024
P500431	Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Pernambuco		IPF	(US\$ 50,00)	05/nov/2024
P502493	Desenvolvimento Regional Sustentável e Resiliente no Rio Grande do Norte (2)		IPF	(US\$ 180,00)	22/nov/2024
MPA de Gestão Proativa de Ativos Rodoviários Seguros e Resilientes na AMP⁶		TDD		US\$ 612,40	
P180555	Pró-rodovias da Bahia		IPF	(US\$ 150,00)	03/set/2024
P500469	Pró-rodovias do Espírito Santo		IPF	(US\$ 162,40)	27/nov/2024
P504253	Pró-rodovias de Santa Catarina		IPF	(US\$ 300,00)	24/fev/2025

Observações:

⁴ As operações futuras do Progestão (inclusive várias com CCs pendentes de aprovação) serão processadas como AMP.

⁵ A expectativa é que outras quatro fases (com CC pendente de aprovação até março de 2024) sejam incluídas neste programa de MPA.

⁶ A expectativa é que várias outras fases sejam incluídas neste programa de MPA (com CC pendente de apresentação e aprovação até junho de 2024).

P500614	DPF Sustentável do Estado de Alagoas	MTI	DPF	US\$ 300,00	29/ago/2024
P181501	DPF para Melhorar a Prosperidade e Sustentabilidade do Estado de Sergipe	MTI	DPF	US\$ 120,00	01/ago/2024
P500501	Eletrificação e Melhoria do Transporte Urbano de São Paulo	TDD	IPF	US\$ 250,00	11/set/2024
P504276	Extensão Verde e Resiliente da Linha 2 do Metrô de São Paulo	TDD	IPF	US\$ 250,00	20/set/2024
P504543	Projeto de Financiamento da Eletromobilidade e da Transição Energética	TDD	IPF	US\$ 500,00	30/jan/2025
P181511	Hidrogênio Verde no Ceará; Programa de Transição Energética do Pecém	EAE	IPF	US\$ 123,50	10/fev/2025
P504897	Bahia Vida Melhor Urbano: Inclusão Socioproductiva para a Superação da Fome e Pobreza	SPL	IPF	US\$ 120,00	EF25 T3
P500570	Sergipe Digital, Conectado e Sustentável	DDT	IPF	US\$ 53,90	EF25 T3
P504899	Assistência Social e Prestação de Serviços para Famílias Vulneráveis no Município de São Paulo.	SPL	IPF	US\$ 149,20	EF25 T3
Subtotal a ser concluído até o final do EF25				US\$ 2.809,00	
Total (EF24 + EF25)				US\$ 4.655,46	

ANEXO 6. DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA MANTIDA E DESEMBOLSADA DA IFC

B8 (IFC) For Brazil

Committed and Disbursed Outstanding Investment Portfolio

As of 01/31/2024

(In USD Millions)

FY	Approv. Company	Committed					Disbursed Outstanding				
		Loan	Equity	**Quasi Equity	*GT/RM	Participant	Loan	Equity	**Quasi Equity	*GT/RM	Participant
FY22	ABC BRASIL	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY12	AEGEA	0.00	9.85	0.00	0.00	0.00	0.00	9.85	0.00	0.00	0.00
FY14	AEGEA	0.00	7.21	0.00	0.00	0.00	0.00	7.21	0.00	0.00	0.00
FY16	AEGEA	0.00	40.64	0.00	0.00	0.00	0.00	40.64	0.00	0.00	0.00
FY15	AFFERO LAB	0.00	2.00	0.00	0.00	0.00	0.00	2.00	0.00	0.00	0.00
FY16	AFFERO LAB	0.00	0.10	0.00	0.00	0.00	0.00	0.10	0.00	0.00	0.00
FY23	ALVOAR	0.00	32.87	0.00	0.00	0.00	0.00	32.87	0.00	0.00	0.00
FY21	ANDRE MAGGI PART	100.00	0.00	0.00	0.00	70.00	100.00	0.00	0.00	0.00	70.00
FY16	ANIMA	2.56	0.00	0.00	0.00	0.00	2.56	0.00	0.00	0.00	0.00
FY20	ANIMA	20.57	0.00	0.00	0.00	0.00	20.57	0.00	0.00	0.00	0.00
FY14	ASA PART	0.00	0.00	2.36	0.00	0.00	0.00	0.00	2.36	0.00	0.00
FY14	AUSTRAL PAR	0.00	35.88	0.00	0.00	0.00	0.00	35.88	0.00	0.00	0.00
FY21	BANCO ALFA DE IN	130.00	0.00	0.00	0.00	60.00	130.00	0.00	0.00	0.00	60.00
FY24	BANCO BRADESCO S	250.00	0.00	0.00	0.00	0.00	250.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY22	BANCO BV	150.00	0.00	0.00	0.00	0.00	150.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY21	BANCO DAYCOVAL	86.67	0.00	0.00	0.00	189.00	86.67	0.00	0.00	0.00	189.00
FY22	BANCO DAYCOVAL	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY12	BANSICREDI	0.00	10.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	0.00	0.00	0.00
FY14	BANSICREDI	0.00	4.61	0.00	0.00	0.00	0.00	4.61	0.00	0.00	0.00
FY21	BANSICREDI	108.00	0.00	0.00	11.71	0.00	108.00	0.00	0.00	11.71	0.00
FY22	BANSICREDI	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
FY18	BAUDUCCO	13.46	0.00	0.00	0.00	11.67	13.46	0.00	0.00	0.00	11.67
FY22	BAUDUCCO	20.00	0.00	0.00	0.00	0.00	20.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY15	BIOSEV	0.00	10.75	0.00	0.00	0.00	0.00	10.75	0.00	0.00	0.00
FY17	BRAZIL PORT	10.37	0.00	0.00	0.00	0.00	10.37	0.00	0.00	0.00	0.00
FY12	CANOPUS HOLDING	0.00	6.97	0.00	0.00	0.00	0.00	6.97	0.00	0.00	0.00
FY99	CIBRASEC	0.00	0.91	0.00	0.00	0.00	0.00	0.91	0.00	0.00	0.00
FY22	CM HOSPITALAR	40.40	0.00	0.00	0.00	0.00	40.40	0.00	0.00	0.00	0.00
FY23	COBLI VALOR II	0.00	0.00	8.41	0.00	0.00	0.00	0.00	8.41	0.00	0.00
FY22	COELBA	111.11	0.00	0.00	0.00	0.00	111.11	0.00	0.00	0.00	0.00
FY10	CONSTELLATION	0.00	96.52	0.00	0.00	0.00	0.00	96.52	0.00	0.00	0.00
FY19	CONTABILIZEI	0.00	3.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3.00	0.00	0.00	0.00
FY21	CONTABILIZEI	0.00	0.80	0.00	0.00	0.00	0.00	0.80	0.00	0.00	0.00
FY22	CONTABILIZEI	0.00	1.49	0.00	0.00	0.00	0.00	1.49	0.00	0.00	0.00
FY21	CORSAN	60.60	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY13	CPFL RENOVAVEIS	0.00	34.81	0.00	0.00	0.00	0.00	34.81	0.00	0.00	0.00
FY17	CREDITAS	0.00	3.24	0.00	0.00	0.00	0.00	3.24	0.00	0.00	0.00
FY18	CREDITAS	0.00	3.83	0.00	0.00	0.00	0.00	3.83	0.00	0.00	0.00
FY19	CREDITAS	0.00	0.36	0.00	0.00	0.00	0.00	0.36	0.00	0.00	0.00
FY24	CREDITAS	0.00	0.00	8.00	0.00	0.00	0.00	0.00	8.00	0.00	0.00
FY18	CRESCERA FUND IV	0.00	20.00	0.00	0.00	0.00	0.00	18.90	0.00	0.00	0.00
FY22	CRESCERA FUND V	0.00	20.00	0.00	0.00	0.00	0.00	14.13	0.00	0.00	0.00
FY14	CRUSADER RES	0.00	0.29	0.00	0.00	0.00	0.00	0.29	0.00	0.00	0.00

FY13	CVENTURES	0.00	4.56	0.00	0.00	0.00	0.00	4.56	0.00	0.00	0.00
FY20	DARP NPL JIVE I	0.00	60.09	0.00	0.00	0.00	0.00	55.48	0.00	0.00	0.00
FY23	DARP NPL JIVE II	0.00	80.00	0.00	0.00	0.00	0.00	9.58	0.00	0.00	0.00
FY10	DARP SFP	0.00	1.83	0.00	0.00	0.00	0.00	1.83	0.00	0.00	0.00
FY23	DB IF LP	0.00	7.62	0.00	0.00	0.00	0.00	7.26	0.00	0.00	0.00
FY24	DB IF LP	0.00	9.35	0.00	0.00	0.00	0.00	8.49	0.00	0.00	0.00
FY21	DESENVOLVE SP	18.75	0.00	0.00	0.00	6.25	18.75	0.00	0.00	0.00	6.25
FY18	DIVCOM	7.46	0.00	0.00	0.00	0.00	7.46	0.00	0.00	0.00	0.00
FY23	ECO NOROESTE	141.41	0.00	0.00	0.00	0.00	141.41	0.00	0.00	0.00	0.00
FY23	ELEKTRO	161.61	0.00	0.00	0.00	0.00	161.61	0.00	0.00	0.00	0.00
FY22	EUROFARMA	157.05	0.00	0.00	0.00	0.00	157.05	0.00	0.00	0.00	0.00
FY22	FITESA SA	50.00	0.00	0.00	0.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY24	FITESA SA	59.61	0.00	0.00	0.00	0.00	59.61	0.00	0.00	0.00	0.00
FY21	GRUPO COCAL	35.54	0.00	0.00	0.00	24.55	35.54	0.00	0.00	0.00	24.55
FY16	GUIA BOLSO	0.00	3.50	0.00	0.00	0.00	0.00	3.50	0.00	0.00	0.00
FY18	GUIA BOLSO	0.00	1.89	0.00	0.00	0.00	0.00	1.89	0.00	0.00	0.00
FY15	HIDROVIAS	0.00	20.74	0.00	0.00	0.00	0.00	20.74	0.00	0.00	0.00
FY10	IDEALINVEST	0.00	4.30	0.00	0.00	0.00	0.00	4.30	0.00	0.00	0.00
FY13	INTERNEXA PART	0.00	19.43	0.00	0.00	0.00	0.00	19.43	0.00	0.00	0.00
FY14	INTERNEXA PART	0.00	1.85	0.00	0.00	0.00	0.00	1.85	0.00	0.00	0.00
FY15	INTERNEXA PART	0.00	0.57	0.00	0.00	0.00	0.00	0.57	0.00	0.00	0.00
FY16	INTERNEXA PART	0.00	1.87	0.00	0.00	0.00	0.00	1.87	0.00	0.00	0.00
FY22	ITAU UNIBANCO	309.72	0.00	0.00	0.00	0.00	309.72	0.00	0.00	0.00	0.00
FY23	ITAU UNIBANCO	212.59	0.00	0.00	0.00	0.00	212.59	0.00	0.00	0.00	0.00
FY18	JALLES MACHADO	9.28	0.00	0.00	0.00	3.33	9.28	0.00	0.00	0.00	3.33
FY21	JALLES MACHADO	14.68	0.00	0.00	0.00	4.28	14.68	0.00	0.00	0.00	4.28
FY20	KLABIN	103.00	0.00	0.00	0.00	127.39	103.00	0.00	0.00	0.00	127.39
FY18	KOIN	0.00	2.00	0.00	0.00	0.00	0.00	2.00	0.00	0.00	0.00
FY20	LD CELULOSE	187.50	0.00	0.00	0.00	229.17	187.50	0.00	0.00	0.00	229.17
FY22	LDC FINANCE BV	100.00	0.00	0.00	0.00	125.00	100.00	0.00	0.00	0.00	125.00
FY23	LOCALIZA RENT A	202.02	0.00	0.00	0.00	0.00	202.02	0.00	0.00	0.00	0.00
FY17	LOGGI	0.00	5.00	0.00	0.00	0.00	0.00	5.00	0.00	0.00	0.00
FY18	LOGGI	0.00	0.58	0.00	0.00	0.00	0.00	0.58	0.00	0.00	0.00
FY19	LOGGI	0.00	4.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4.00	0.00	0.00	0.00
FY18	MANDAE	0.00	2.50	0.00	0.00	0.00	0.00	2.50	0.00	0.00	0.00
FY13	MINERVA_EQ	0.00	6.98	0.00	0.00	0.00	0.00	6.98	0.00	0.00	0.00
FY15	NETSHOES	0.00	1.09	0.00	0.00	0.00	0.00	1.09	0.00	0.00	0.00
FY17	NETSHOES	0.00	0.10	0.00	0.00	0.00	0.00	0.10	0.00	0.00	0.00
FY22	OMNI	11.49	0.00	0.00	1.65	10.00	11.49	0.00	0.00	1.65	10.00
FY20	OPEN CO HOLDING	0.00	8.00	0.00	0.00	0.00	0.00	8.00	0.00	0.00	0.00
FY22	OPEN CO HOLDING	0.00	8.00	0.00	0.00	0.00	0.00	8.00	0.00	0.00	0.00
FY22	ORIZON SA	26.28	0.00	0.00	0.00	0.00	26.28	0.00	0.00	0.00	0.00
FY17	PATRIA CREDIT FU	30.29	0.00	0.00	0.00	0.00	30.29	0.00	0.00	0.00	0.00
FY23	PATRIA INFRA CRE	0.00	157.57	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY69	PETRO UNIAO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY22	PIER	0.00	0.00	5.15	0.00	0.00	0.00	0.00	5.15	0.00	0.00
FY70	POLIOLEFINAS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY17	RECARGA	0.00	5.00	0.00	0.00	0.00	0.00	5.00	0.00	0.00	0.00
FY22	RED ASSET RED RE	48.48	0.00	0.00	0.00	0.00	48.48	0.00	0.00	0.00	0.00
FY20	REVELO	0.00	5.00	0.00	0.00	0.00	0.00	5.00	0.00	0.00	0.00
FY22	REVELO	0.00	0.95	0.00	0.00	0.00	0.00	0.95	0.00	0.00	0.00
FY23	REVELO	0.00	1.50	0.00	0.00	0.00	0.00	1.50	0.00	0.00	0.00

FY22	SABESP	150.46	0.00	0.00	0.00	0.00	150.46	0.00	0.00	0.00	0.00
FY23	SABESP	202.02	0.00	0.00	0.00	0.00	202.02	0.00	0.00	0.00	0.00
FY23	SANASA CAMPINAS	52.52	0.00	0.00	0.00	0.00	52.52	0.00	0.00	0.00	0.00
FY21	SANTANDER BRASIL	150.00	0.00	0.00	0.00	0.00	150.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY22	SANTANDER BRASIL	150.00	0.00	0.00	0.00	0.00	150.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY18	SAO MANOEL	10.00	0.00	0.00	0.00	3.10	10.00	0.00	0.00	0.00	3.10
FY17	SAO MARTINHO	30.00	0.00	0.00	0.00	0.00	30.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FY21	SAO MARTINHO	59.10	0.00	0.00	0.00	45.00	59.08	0.00	0.00	0.00	45.00
FY22	SOLIS FUND	8.08	0.00	0.00	0.00	0.00	8.08	0.00	0.00	0.00	0.00
FY13	SUL AMERICA SA	0.00	75.00	0.00	0.00	0.00	0.00	75.00	0.00	0.00	0.00
FY23	SUZANO	250.00	0.00	0.00	0.00	545.00	250.00	0.00	0.00	0.00	350.00
FY22	TEMBICI	0.00	5.00	0.00	0.00	0.00	0.00	5.00	0.00	0.00	0.00
FY11	TERRA BRASIS	0.00	2.78	0.00	0.00	0.00	0.00	2.78	0.00	0.00	0.00
FY23	UNIAO QUIMICA	68.80	0.00	0.00	0.00	0.00	68.80	0.00	0.00	0.00	0.00
FY22	USINA SANTA ADEL	32.32	0.00	0.00	0.00	19.18	32.32	0.00	0.00	0.00	19.18
FY20	VALOR III	0.00	30.00	0.00	0.00	0.00	0.00	28.88	0.00	0.00	0.00
FY22	VALOR IV	0.00	16.00	0.00	0.00	0.00	0.00	8.14	0.00	0.00	0.00
FY18	VALOR VENTURE II	0.00	7.00	0.00	0.00	0.00	0.00	7.00	0.00	0.00	0.00
FY20	VALOR VOF I	0.00	10.50	0.00	0.00	0.00	0.00	10.35	0.00	0.00	0.00
FY19	VINCI CP III	0.00	15.08	0.00	0.00	0.00	0.00	13.43	0.00	0.00	0.00
FY23	VINCI CP IV	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.46	0.00	0.00	0.00
FY21	VINCI VIR IV	0.00	20.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10.72	0.00	0.00	0.00
FY14	VIX LOGISTICA	0.00	27.58	0.00	0.00	0.00	0.00	27.58	0.00	0.00	0.00
FY24	VOTORANTIM CIMEN	150.00	0.00	0.00	0.00	0.00	150.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total Portfolio:		4,501.58	1,030.90	23.92	13.36	1,572.92	4,440.96	719.33	23.92	13.36	1,377.92

ANEXO 7. CARTEIRA DE GARANTIAS DA MIGA*Em 1º de março de 2023*

EF	Projeto	Data de início	Data de encerramento	Exposição bruta em aberto (em US\$)	Descrição
EF15	Projeto de Transporte Sustentável no Estado de São Paulo	14/nov/2012	26/out/2027	US\$ 100.653.358	O projeto envolveu a reabilitação de cerca de 800 quilômetros de rodovias selecionadas pela sua proximidade e conectividade com vias navegáveis interiores e ferrovias; a reconstrução de duas pontes para melhorar a navegabilidade do complexo do corredor fluvial do Tietê; e outras obras para melhorar a segurança rodoviária.
Total da carteira				US\$ 100.653.358	